



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 04/2025
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO

Presidente:	- <i>Rita Bárbara Pires Messias</i>
1.º Secretário:	- <i>Luís Carlos Fontoura Soares</i>
2.ª Secretária	- <i>Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo</i>
Hora de Abertura:	- 09.30 Horas
Ata da 1.ª Sessão Extraordinária 25 de abril de 2025	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Vitor Manuel Correia e pelos Senhores Vereadores: - <i>Carlos Duarte Travanca</i> - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Nélia Alexandra Pires Pinheiro</i> - <i>Fernanda Maria do Sacramento Mesquita</i>
Local da Reunião:	- Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Bom dia a todos. Vamos dar início a esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela.

Exmos. Senhores Secretários, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros desta Assembleia Exmo. público e quem nos assiste *online*, Comunicação Social, a todos apresento os meus cumprimentos e desejo um excelente dia de trabalho. Vamos dar início aos trabalhos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *LUÍS SOARES* disse:

Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Muito bom dia a todos e desejo um bom dia de trabalho.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Camila Padrão Fraga* é substituída pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

O Senhor Deputado *João Carlos Malheiro dos Reis* é substituído pelo Senhor Deputado *Carlos Alberto Pinheiro Esteves*;

O Senhor Deputado *Francisco José Esteves* é substituído pela Senhora Deputada *Maria Manuela Gonçalves Fernandes*;

A Senhora Deputada *Graciete Cláudia Alves Ramos* é substituída pelo Senhor Deputado *Paulo Jorge Morais Pontes*;

A Senhora Deputada *Diana Delfina Santos Costa* é substituída pela Senhora Deputada *Rute Isabel Trigo Gonçalves*;

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *Luís Carlos Parafita Esteves* é substituído pelo Senhor Tesoureiro *Licínio Manuel Reis Rodrigues*.

Registo de Faltas.

Camila Padrão Fraga, João Carlos Malheiro dos Reis, Francisco José Esteves, Graciete Cláudia Alves Ramos, Diana Delfina Santos Costa, Luís Carlos Parafita Esteves, Sandra Cristina Bento Gomes, Luís José Herdeiro Mosqueiro, Nelson Manuel Sousa Teixeira, Cláudia Viviana Estróti Carvalho Afonso.



Apresentaram justificação de Faltas:

- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 27 de junho de 2025.
- *João Carlos Malheiro dos Reis*: Sessão de 27 de junho de 2025.
- *Francisco José Esteves*: Sessão de 27 de junho de 2025.
- *Graciete Cláudia Alves Ramos*: Sessão de 27 de junho de 2025.
- *Diana Delfina Santos Costa*: Sessão de 27 de junho de 2025.
- *Luís Carlos Parafita Esteves*: Sessão de 27 de junho de 2025.
- *Sandra Cristina Bento Gomes*: Sessão de 27 de junho de 2025.
- *Luís José Herdeiro Mosqueiro*: Sessão de 27 de junho de 2025.
- *Nelson Manuel Sousa Teixeira*: Sessão de 27 de junho de 2025.
- *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso*: Sessão de 27 de junho de 2025.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas da 3.ª Sessão de 27 de junho de 2025, dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 1.ª Sessão Extraordinária de 25 de abril de 2025.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Sobre a primeira ata que está em apreciação, a Ata do 25 de abril, desde já informo que, como não estive presente, portanto, nem sequer devo constar no quórum para essa apreciação.

Quanto à Ata de 28 de abril, tenho de manifestar muita estranheza por não ver aqui vertido o pequeno episódio que aconteceu, de ter quase sido impedido de exercer o meu direito de abstenção. É certo que está aqui a minha declaração de voto, mas não está transcrito esse pequeno episódio, que até motivou a minha ausência temporária da sala. Peço uma explicação sobre isso e, caso não me satisfaça, ficam já informados de que irei votar contra.

Não posso deixar também de notar que, com a presença apenas de 44 Membros, tivesse sido, soa-me um bocadinho a injustiça, marcada uma falta injustificada a um Deputado Municipal, talvez só pelo facto de ele ter informado que se ia ausentar da sala, mas muitos mais se ausentaram. Portanto, repito, só havia 44 Deputados presentes e só houve uma falta injustificada marcada.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Deputado, pode especificar o episódio a que se refere, de que foi impedido de se abster?

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Ainda há outra coisa então que também acrescento: eu pedi que constasse na Ata a identificação dos ausentes nesse momento e não consta, que eu visse. Admito, eu não li a Ata toda, mas admito que possa estar e, portanto, também aproveito para pedir essa explicação.

O episódio foi muito simples: foi-me dito que não me podia abster, só podia votar a favor ou contra. Não sei se o resto dos Senhores Deputados se lembram deste pequeno episódio, mas isso aconteceu e motivou, se não me posso abster, vou-me ausentar, e eu disse isso.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Mas depois alteramos essa situação e passamos a fazer as três situações e o Senhor Deputado teve oportunidade de se abster e apresentar a Declaração do Voto.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

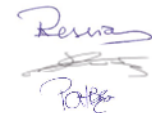
Com o devido respeito, gostava de ter visto esse pequeno episódio aqui transcrito, em obediência ao princípio que temos sempre seguido nesta Assembleia, de tudo transcrever.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhora Presidente, na Ata de 28 de abril, toda a gente soube que ocorreu um episódio, que foi o apagão, e houve uma parte da reunião que não foi gravada. Nós, como seres humanos, adaptamo-nos facilmente às circunstâncias que nos colocam à frente e também nós estamos habituados a, quando temos alguma dúvida, irmos às gravações ver aquilo que se passou nas Sessões.

No dia 28 de abril, fruto desse apagão, deixamos de ter parte da gravação daquilo que decorreu e, na tarde de 28 de abril, existiu uma deliberação dos Líderes das Bancadas, que foi comunicada, e pedia anuência à Assembleia Municipal, que transportava a continuação desta Sessão para o dia 05 de maio.



Esse excerto, que deveria constar na Ata, não consta e eu solicitava que considerassem efetivamente colocar essa parte na Ata, sob pena da Bancada do PSD votar contra esta Ata. Porque as atas são para mencionar todos os episódios importantes que decorrem de uma Sessão, eu acho que este é um episódio extremamente importante, que deriva depois naquilo que foi a primeira parte da Reunião do dia 30 de abril. Por isso, pedia que a Mesa considerasse integrar esse excerto na Ata.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Ainda a propósito da Ata, que eu acabei por não ler, porque logo no início li qualquer coisa que me surpreendeu, que foi a comunicação de uma falta injustificada ao Ministério Público. De acordo com a alínea 1) do artigo 30.º da lei invocada, eu fui ler e, realmente, se uma falta injustificada vai logo para o Ministério Público, vai ter muito trabalho. Realmente, a alínea i) diz: “Comunicar ao Ministério Público, que são competências da Senhora Presidente da Assembleia, as faltas injustificadas dos Membros da Assembleia...”, certamente que alguma coisa se interpôs e a Senhora Presidente não acabou de ler o resto: “... para os efeitos legais”.

Entretanto, fui consultar a Lei das Autarquias Locais, onde diz quais os efeitos legais, desde problemas judiciais ou, então, às faltas, em relação às faltas injustificadas, três faltas seguidas ou seis faltas injustificadas interpoladas.

Eu, por acaso, encontrei o Senhor Deputado *Carlos Carvalho* e perguntei-lhe: “Quantas faltas tens?”. Porque o que me levou a pensar é que, realmente, para os efeitos legais, se comunicou ao Ministério Público, é porque havia razões legais para ser comunicada, porque poderia, se fossem três, ele ser acusado e incorrer na perda de mandato e, mesmo assim, poder-se-ia defender.

Agora, assim, não se vai poder defender, e, se isto não for retirado da Ata, da perceção de que as pessoas terão sobre a prestação do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, com certeza que vão pensar que, se calhar, é abstencionista, que poucas vezes cá virá, o que não corresponde à verdade. É uma falsa imagem da prestação do Senhor Deputado *Carlos Carvalho* e, outra coisa, as leis do antigamente vêm do bom senso comum e as leis têm de ser aplicadas com bom senso também.

Depois de toda a confusão instalada, inclusivamente, e como disse o Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, acertaram que a reunião seguinte dessa Sessão da Assembleia Municipal seria no dia 05 de maio, não incumprindo o Regimento da Assembleia, que diz que uma Sessão pode ter cinco dias. Portanto, se fizemos as contas do dia 28 de abril ao dia 05 de maio, já estavam ultrapassados. E, quanto à marcação, só para situações excecionais tem que haver medidas excecionais. Realmente houve, mas, a mim, o que me choca é a medida excecional de mandar para o Ministério Público a primeira falta injustificada.

Eu votarei contra a Ata e apelo a todos que estão aqui, porque não vamos abrir precedentes, nem a caça às bruxas, porque, senão, daqui a nada, andamos sempre a impugnar Atas ou a dizer que não concordamos com as atas. Que houvesse bom senso e que fosse retirado aquele ponto da Ata, porque é um documento público e é um documento que fica, o ter de mandar a falta injustificada para o Ministério Público. Foi um lapso, todos nós os cometemos, seria bom que, realmente, a Mesa retirasse isso da Ata, porque é qualquer coisa que mostra que há aqui uma certa ignorância da lei, e isso não fica bem a nenhum de nós.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Vou então dar aqui as justificações aos Senhores Deputados que pediram a palavra para este ponto. Antes de mais, gostaria de deixar também aqui uma nota de que é importante, quando recebem as atas, se as puderem ler, e todas as faltas que encontrarem, façam esse comunicado diretamente, por e-mail, para a Assembleia Municipal, para poderem ser introduzidas e trazidas aqui já as atas finais, porque hoje seria já a apreciação e a votação. Por isso, era importante que já todas as falhas tivessem sido corrigidas, porque é normal, só não erra quem não faz nada, e, por isso, é normal que as atas possam ter algumas falhas. Por isso, deixo aqui e apelo ao vosso bom senso para que, sempre que detetarem lapsos nas atas, façam por e-mail esse envio para os serviços da Assembleia Municipal poderem corrigir.

Em relação ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, de facto houve fases diferentes na votação e houve algumas alterações. Efetivamente, isso possivelmente não está tratado na Ata, mas é uma situação que pode perfeitamente corrigir; aliás, já poderia ter sido corrigido se nos tivesse comunicado.

Em relação à ausência das pessoas nesse período, eu própria detetei esse erro e comuniquei aos serviços e, na segunda versão da Ata enviada, penso que já está retratado. Por isso, essa situação já está resolvida, das ausências no período da votação das pessoas que nos apresentaram justificações. Claro que nós não vamos colocar quando as pessoas se ausentam para ir à casa de banho ou tomar um café, porque não temos nenhuma justificação de ausência. Faz parte do Regimento, quando as pessoas se ausentam, apresentar uma justificação por escrito à Mesa, que foi o que foi feito nesse dia pela Senhora Deputada *Matilde Machado*, e essa situação foi depois corrigida na Ata. Por isso, agora podem ir ver que já consta na Ata.

Quanto ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, na parte da tarde do dia 28 de abril já não havia comunicações, não pode ser gravada. Eu tenho ideia de que está na Ata essa mudança para o dia 05 de maio, tenho ideia, mas, se diz que não está, também é um lapso que teremos que corrigir.

Quanto à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções, *Luísa Deimãos*, nem estava a perceber muito bem a sua intervenção, mas depois percebi que se estava a referir ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*. O que nós fizemos, houve várias pessoas que faltaram e todas apresentaram justificações de falta. A única pessoa que se ausentou e não apresentou justificação foi o Senhor Deputado *Carlos Carvalho*. E faz parte, até lhe posso dizer que é o artigo 7.º do Regimento, que, quando não há justificações, são marcadas faltas injustificadas e comunicadas ao Ministério Público. É o que está no Regimento, artigo 7.º, alínea i): “Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia comunicar ao Ministério Público competente as faltas injustificadas dos Membros da Assembleia, para efeitos legais”. Faz parte do nosso Regimento e eu estou aqui para cumprir o Regimento. Sobre isso, não tenho mais nada a acrescentar.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Tem razão a Senhora Presidente quando diz que está no Regimento, é precisamente o que eu lhe li aí: “para efeitos legais”. Os efeitos legais constam da Lei das Autarquias Locais, que também li, mas, se quiser, depois mando-lhe o fundamento de todas as situações em que a Presidente da Assembleia terá que comunicar ao Ministério Público, e isso é precisamente o que está na lei — foi transcrito na íntegra. Portanto, não há nada. Aliás, o que não foi incumprido do Regimento foi o prazo marcado para o dia 05 de maio. Cada sessão só tem cinco dias, isso está no Regimento, só pode ter cinco reuniões e a Assembleia pode deliberar. A segunda reunião já tinha ultrapassado os cinco dias, se realmente fosse no dia 05 de maio, aí já estava a incumprir o Regimento, mas foi tudo tão confuso que isso é dado de barato.

Não havia necessidade, nem tinha de comunicar ao Ministério Público, porque o Ministério Público não tem nada a fazer. Tem uma falta injustificada, o Ministério Público não tem nada a ver com isso. É uma falta injustificada, só se fossem três faltas injustificadas seguidas ou seis interpoladas. Relativamente a faltas, é isso e é o que diz a lei. Que foi marcada falta injustificada, foi, ninguém contesta a falta injustificada. Se a não justificou, é injustificada, do Senhor Deputado *Carlos Carvalho* ou de qualquer outra pessoa. Agora, a verdade é esta, não tem de ser comunicado ao Ministério Público, e por na Ata que foi comunicado ao Ministério Público.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

De facto, está na Ata, mas como sabe a Ata ainda não foi aprovada e ainda não foi comunicado ao Ministério Público, mas segundo informações que tenho, sempre foi feito assim, depois da Ata aprovada é comunicado ao Ministério Público, nós estamos a cumprir o que está no Regimento e efetivamente os efeitos legais é quando há três faltas injustificadas seguidas, ou seis faltas injustificadas interpoladas, que dá direito à perda de mandato e isso tem que estar legal. Isso sempre foi assim feito, só acho estranho ser a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções a defender esta causa, quando o Senhor Deputado *Carlos Carvalho* nem sequer se referiu a esta situação.

Em relação à questão dos cinco dias, eu pensei que esta situação já estava esclarecida, foi apresentada a devida justificação de porque é que foi alterado do dia 05 de maio para o dia 30 de abril, a alteração da Reunião, foram dadas as devidas justificações, fundamentações e foi também distribuído aos Senhores Deputados o Parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, se me está a dizer que não cumprimos o que está no Regimento, no Regimento nem sequer está nada a referir a continuidade das Sessões, nem sequer faz essa referência, agora o que está no Regimento, é que temos de aprovar as Contas até 30 de abril e portanto, se não o fizéssemos até dia 30 de abril, também estávamos a incumprir o Regimento. Não vou debater mais essa situação, porque acho que já está mais que esclarecida.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) solicitou a palavra para fazer uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez com todo o respeito, permita-me referir que esta versão da Ata foi recebida ontem, eu não tive efetivamente tempo, de ontem para hoje de ver que diferenças havia para a anterior, mas aquilo que eu afirmei, mantenho e mantem-se na Ata portanto, estavam ausentes 17 Membros e eu pedi que fossem identificados minimamente, é evidente que os que vão à casa de banho, como eu também vou às vezes, não têm que ser referidos aqui no caso, mas 17 Membros ausentes, acho que merecia a referência da sua identificação, até porque estávamos a votar uma coisa com alguma importância, portanto, o universo que permaneceu e que votou é parco para este tipo de decisão.

Por outro lado, estas questões do Ministério Público, eu tenho que felicitar a Bancada do PSD, com toda a honestidade, por ter assumido a defesa de uma coisa que me parece profundamente injusta e esta questão da comunicação ao Ministério Público, quero lembrar a todos que, depois de aprovada uma Ata em que outro Deputado Municipal também teve uma falta injustificada, eu quase garanto que não foi efetivamente comunicada ao Ministério Público, aliás, como não tinha de ser e como a Senhora Deputada *Luísa Deimões* aqui muito bem defendeu.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) solicitou a palavra para fazer uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Apenas quero solicitar que considerem retirar da votação a Ata da Assembleia Municipal do dia 28 de abril, para integrar tudo aquilo que não está, quer o que o Senhor Deputado *Agostinho Beça* disse, quer aquilo que eu também referi, porque eu acho que desde que este mandato se iniciou existia o entendimento, quer em sede de Assembleia Municipal, quer em sede do Órgão Executivo da Câmara Municipal, de que nas atas constariam todas as intervenções, quer dos Senhores Deputados, quer dos Senhores Vereadores e efetivamente na Ata do dia 28 de abril e do dia 30 de abril, não consta e portanto, eu pedia à Mesa que considerasse a retirada da Ata, para efeitos de uma atualização e na próxima Assembleia, ou ainda no decorrer desta Assembleia, fazia-se essa votação.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Só para dar aqui algumas notas, as faltas injustificadas, como sabem, podem sempre pedir recurso ao Plenário, quem realmente acha que é injusta a falta injustificada, pode usar esse mecanismo, faz parte também do Regimento e por isso, não vi que tivessem usado esse mecanismo, mas é possível.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) solicitou a palavra para fazer uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Em relação às faltas injustificadas, é evidente que o Regimento não se sobrepõe à lei, portanto, só ao fim de três faltas injustificadas é que poderá comunicar ao Ministério Público, para depois ter a sanção que lhe for adequada.

O Senhor Deputado *Carlos Carvalho* veio agora propor para retirar a Ata, tanto quanto eu sei e haverá aqui pessoas muito mais habilitadas do que eu para isso, a votação não pode ser retirada, eu acho que, por aquilo que eu estou a ver e a apreciar, deve ser



votada e reprovada, colocar as alterações que devem ser colocadas e depois vir cá na próxima Assembleia para ser votada novamente.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) solicitou a palavra para fazer uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Eu só queria acrescentar o seguinte, eu acho que não há impedimento nenhum, esta Assembleia é autónoma para isso, e proponho isso se for necessário, em precisamente adiar a votação da Ata para a próxima Reunião que virá já corrigida. Eu acho que isto é muito simples e escusamos de estar aqui a demorar tanto tempo.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) solicitou a palavra para Defesa da Honra: Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu venho aqui para dizer, eu por muito respeito que tenha pela Senhora Presidente da Mesa, não vai ser a Senhora Presidente da Mesa a decidir, ou então a mostrar o seu espanto, por ser eu a vir cá trazer um caso do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, eu sou um elemento desta Assembleia. Diga-me a Senhora se faz o favor, se conhece tanto do Regimento, se realmente há assuntos que eu não posso, ou não deva vir debater? Eu acho que não me sinto impedida de vir debater qualquer um dos assuntos que faça parte da Assembleia.

A Senhora Presidente disse, “que muito se admirava ter sido eu”, porquê? Não sou capaz? Não sei a legislação, não sei ler? Precisamente por isso senti-me ofendida na minha honra enquanto pessoa.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhora Deputada, não era minha intenção ofendê-la, simplesmente estranhei porque o Senhor Deputado *Carlos Carvalho* não se referiu a essa situação, tendo sido a Senhora Deputada a referi-la, mas está no seu direito.

Relativamente às situações que aqui foram referidas e para terminarmos este Ponto, podemos retirar da votação a Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 28 de abril, pedia aos Senhores Deputados, que encontraram falhas nesta Ata para fazerem chegar à Assembleia Municipal, para poder ser devidamente corrigida. Em relação à comunicação da falta injustificada, como disse, há sempre a possibilidade se não concordarem, de apresentarem recurso ao Plenário, efetivamente para serem comunicadas ao Ministério Público, é só feita a comunicação depois das atas serem aprovadas e após as três faltas seguidas ou as seis interpoladas. Por isso vamos retirar a Ata da Sessão do dia 28 de abril.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu entendo que deve ser proposta a esta Assembleia a retirada, ou não daquilo que eu falei, ou seja, se concordam que as atas venham na próxima Sessão, acho que isso é mais democrático, a decisão nossa aqui se concordamos, ou não e há um pormenor aqui, por isso é que eu pedi a palavra, que é este, nós vemos aqui na primeira página da Ata, Ata n.º 3/2025 de 28 de abril e depois nas restantes folhas diz Ata n.º 2/2025 de 28 de abril, há aqui qualquer coisa que não está correta.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Está-se a referir à Ata do dia 28 de abril, mas essas notas deve enviá-las aos serviços, para corrigirem.

Esta questão da retirada da Ata não é necessário ir ao Plenário, porque é uma decisão que a Mesa pode tomar, passamos à votação da Ata do dia 25 de abril de 2025.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a Ata da 1.ª Sessão Extraordinária de 25 de abril de 2025.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Parece que estou a ligar o complicómetro, mas não, o número de pessoas que podem votar deve ser aqui bem definido.

----- A Ata da 1.ª e 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril, foi retirada para que sejam feitas as alterações e correções necessárias.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhor Secretário, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Desejo a todos um bom dia de trabalho, nesta que vai ser uma Assembleia interessante.



Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Hoje vou começar a minha intervenção e vou-me dirigir diretamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, Senhor *Luís Soares*.

Foi acusado ou que foram acusados, ainda não julgados, dizem que vão recorrer, têm todo o direito. Com vários cargos políticos e antes a “*ex*” Senhora Presidente, tanto falava do *Edgar Trigo*, que não defendo, dos tachos que tinha e porque agora não fala dos tachos que o Senhor tem? É da sua cor.

O Senhor o que deveria, até prova em contrário era demitir-se, mas vou-lhe dizer, o DIAP (Departamentos de Investigação e Ação Penal Regionais), não brinca e se os acusam têm razão para tal, o problema é que os tachos são bons, estão presos ao poder.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu informo toda a Assembleia que, no Período de Intervenção do Público, convém lembrar que este período se destina a intervenções dos municípios, para solicitar esclarecimentos sobre assuntos relacionados com o Município, não sendo admissíveis intervenções puramente políticas. Pergunto Senhor *Manuel Brízido* se tem algum pedido de esclarecimento a fazer na intervenção que preparou.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

A notícia que saiu na quarta-feira de 16 milhões de euros, alguém guardou esse dinheiro, é bom que todos saibamos que isso automaticamente é dinheiro nosso, quem é culpado devia ser responsabilizado, não chega denunciar, deveria também obrigar a pagar. É que as fortunas muitas das vezes saltam à vista.

Senhor Comandante, quando veste a farda de comandante, saiba-a vestir e respeitá-la.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor *Manuel Brízido*, reitero a informação que prestei a toda a Assembleia, neste Período os municípios podem fazer questões, com pedidos de esclarecimentos relativos ao Município. Não podem fazer intervenções meramente políticas. Agradeço que veja na sua intervenção o que tem a questionar e a pedir esclarecimentos.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhores do Executivo, uma vergonha a lástima como está Mirandela em todos os aspetos, nunca vi a cidade tão abandonada como agora, culpa do Executivo. Os jardins nada, as ruas todas cheias de buracos, foi a partir do momento que entregaram à Junta de Freguesia que isto se deu em maior escala. Já chamei a atenção do perigo ao virar para a Bronceda, ninguém fez nada. Abordei, por mensagem o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, não deu ouvidos, palavras leva-as o vento. Estão à espera que ali se dê um acidente, seja ele de pequena, ou grande envergadura, para tomarem algum cuidado.

Senhor Presidente da Câmara, “a tenda quer-se na mão de quem a entenda” e se calhar é o vosso caso que não sabem entendê-la e tomar conta dela.

Senhora Presidente, com a sua permissão, ao fim da minha intervenção vou entregar um documento à Senhora Presidente, ao Senhor Vereador *Duarte Travanca* e a cada representante de cada Partido. Estão a fazer passar uma imagem negativa nossa para a rua, de que daquilo que nos queixamos, queixamo-nos por queixar, fazemos birrinhas. Não fazemos birrinhas, temos razão para nos queixarmos.

Senhor Presidente vou-lhe dizer, começo a ficar farto das suas brincadeiras, marca para serem feitas as medições do ruído no tempo que marca, marca com o nosso advogado, depois passado algum tempo já vem a desmarcar, isto não faz sentido nenhum.

A Câmara devia disponibilizar *vouchers* para algumas pessoas, que parece que andam com asia.

Senhor Presidente, a última vez foi marcada para o dia 21 de junho e outra, dia 28 de junho, agora já foi marcada para o dia 12 e 13 de julho, 19 e 20 de julho, começo a ficar farto dos seus caprichos, já não tenho paciência para o aturar.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Agradecia que moderasse a linguagem, Senhor *Brízido*.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Outra vez.

Senhor Presidente, em relação ao parque Tua Sol, setembro é daqui a poucos dias, esperamos que realmente venha a Câmara Municipal a ser governada não por este Partido por outro, não importa quem e que sejam pessoas de bem e que tenham um comportamento diferente.



----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *ORLANDO LAGO* de Mirandela disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Antes de começar, queria, até para não haver a tentação de interpretarem como uma intervenção política, quero-vos dizer qual é o significado de política e de onde vem a origem da palavra, A palavra "política" tem origem no grego antigo "politiki" e o significado é discutir coisas da cidade.

Eu só vos venho questionar, não vou fazer comentários, mas gostava que os responsáveis por estas situações que eu vou enumerar, que dissessem alguma coisa.

Ultimamente é público, tem aparecido na comunicação social, a última foi a Mobilidade do Tua e começo, Mobilidade do Tua, que se passa? Águas e saneamentos, o que se passa? Tínhamos perdas de cerca de 30 % há oito anos e agora andamos acima dos 50 %. A limpeza das ruas e dos espaços públicos, principalmente dos jardins, as festas, que se passa com as festas? As Extratoras, um caso de saúde pública, já roça o crime, não sei quem são os responsáveis por esses processos, mas isto já ultrapassa a saúde pública. Eu cheguei ontem às 02.00 horas. e a extratora das Latadas, posso-vos mostrar o vídeo e as fotografias, vergonhoso, vergonhoso, impensável, isto não pode acontecer. Todo o Município sofre com esta situação, não são só os Partidos da Oposição, nem as pessoas que votam neste, ou naquele, somos todos, como comunidade e eu moro num sítio que apanho com as duas, se o vento vier de sul, apanho com a das Latadas, se o vento vier de norte, apanho com a dos Leirós.

A água, é assim, as fotografias estão à vista, eu até gostava de saber se vocês vão continuar a manter este evento da canoagem, só espero que não lhe aconteça como em Paris, que os meteram a nadar no rio Sena, foi parar tudo ao hospital com disenteria, espero que não aconteça uma coisa dessas.

A época balnear, alguém diz que foi e é verdade, a abertura das épocas balneares é decidida pelo Governo, mas os responsáveis contactam os Municípios e os Municípios é que definem a data, não são as entidades responsáveis, ou o Governo. As pessoas dizem, saiu em Decreto, é verdade, mas antes contactaram os Municípios, uma das causas que dizem é que não têm Nadadores Salvadores, bom, é já do conhecimento público que a praia do Azibo tem pelo menos cinco pessoas de Mirandela, que vão e veem todos os dias para o Azibo.

O Parque de Campismo, era uma referência, hoje é triste o que se passa naquele Parque, triste. Está degradado, não tratam de nada e isto é triste.

Em relação ao aluguer dos espaços para a festa, espaços alugados que não aparecem a concurso e depois temos os casos e casinhos, processos em Tribunal, agora temos mais um no Ministério Público, por causa da Mobilidade do Tua, que foi o ativista ferroviário, é mais uma coisa.

Os concursos para a Câmara, pessoas que nas provas escritas têm 10, 12, vão às orais e têm 20.

Outra coisa só mesmo para terminar, a honestidade política é muito importante e quando o povo se desinteressa da política, a culpa não é do povo, é dos políticos.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

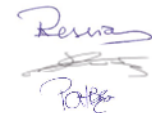
Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Responder ao Senhor *Manuel Brízido* e dizer-lhe que, está perto o próximo momento da marcação da vistoria para aferir também a qualidade do som e de que forma vai interferir na qualidade da sua vida na sua habitação e isso tem sido articulado, como bem sabe, com o advogado que mandou para tal e a razão porque temos alterado a data da vistoria, prendeu-se muitas das vezes com indisponibilidade da vossa parte, outra vez com a indisponibilidade da empresa que vai fazer a medição do ruído, finalmente chegou-se aqui a uma data, inicialmente a empresa estava disponível para fazer durante a semana, nós também entendemos que durante a semana não seria adequado, porque a utilização é feita mais no fim-de-semana e também quisemos que não ficasse qualquer dúvida, quanto à quantidade de pessoas que possam utilizar o parque e no momento em que está a ser feita a medição do ruído, foram estas condicionantes que levaram a esta data, mas finalmente vai ser uma realidade e depois vai ser tomada uma decisão em função dos resultados técnicos que por aí advêm.

Relativamente às questões colocadas pelo município *Orlando Lago*, todas elas de grande pertinência, agradecemos o facto de as ter colocado, são assuntos muito abrangentes e de grande interesse para todos.

De referir que em relação à Mobilidade do Vale do Tua, é muito importante para nós, perceber que há finalmente um interesse da população, também por ajudar nestes movimentos de pressão, que é aquilo que nós temos feito. O Executivo tem feito pressão, até porque Mirandela, consideramos nós, que dos cinco Municípios que fazem parte da Mobilidade do Vale do Tua, será aquele que mais prejudicado tem sido, pelo facto desta mobilidade ainda não estar em vigor.

Concordamos absolutamente com isto, posso acrescentar inclusivamente, que o facto da Mobilidade do Vale do Tua estar a funcionar e o aproveitamento hidroelétrico já estar a faturar e a população ter como contrapartida zero, é para nós, muito, muito penalizante, temos feito algumas reuniões com o Ministério das Infraestruturas, a questão política nacional também tem criado algumas questões que não deixam haver continuidade, mudança sucessiva de Governos, mudança sucessiva de Secretários de Estado, mudança sucessiva de Ministros, mas está agendada uma reunião com o novo Ministro das Infraestruturas e com todos os todos os representantes da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua e esta pressão que aqui é colocada, via Ministério Público, concordamos que com ela também é uma forma de pressionar e gostamos de perceber que quando há estes movimentos cívicos desinteressados, mas que têm apenas como fundamento de ter a melhoria e de ter aqui uma sensibilidade para



o que é a comunidade, faz todo o sentido. Eu acho que essa questão é bem levantada, é uma forma de nos ajudar no trabalho, de nos ajudar enquanto Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua enquanto Município parte integrante, de nos ajudar nesse processo de pressão junto das entidades, porque considero que é inaceitável que volvido este tempo todo, o território ainda não tenha compensação para esse efeito.

Quanto à questão das Extratoras, como sabem, as Extratoras estão aqui a criar um prejuízo ambiental para toda a cidade, é notório o Senhor município *Orlando Lago* mora numa casa onde vê as duas Extratoras e eu também, a primeira coisa que vejo quando me levanto e abro a janela, se não é da direita, é da esquerda, sentimos todos isto, não é uma questão que seja partidária, é uma questão de toda a comunidade.

Nós não estamos a reagir a coisa nenhuma, estamos a agir, porque entendemos que havia essa necessidade, nós só podemos fazer uma coordenação, que é aquilo que fazemos, não foi o Município de Mirandela que licenciou na altura as Extratoras, já vem do tempo do IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação IP que fez esse licenciamento, mas cumpre-nos agora a nós fazer esse acompanhamento, nesse sentido, promovemos uma reunião em abril de 2024, com as entidades SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, APA - Agência Portuguesa do Ambiente, CCDD-N, a Divisão do Ambiente do Município e a Delegação de Saúde, onde dessa visita conjunta às duas entidades, nós acompanhamos a que nos diz respeito a nós, do nosso concelho, que é a Mirabaga e Valpaços acompanhou a que diz respeito ao concelho de Valpaços, que é a Aucama.

Dessa reunião resultou um conjunto de infraestruturas a por em prática, para poder mitigar aquilo que são os efeitos nocivos para o ambiente nomeadamente, ao nível da estanquidade das charcas, ao nível dos filtros e elevação das chaminés, que vão mitigar também e segundo relatórios técnicos que há, podem ajudar a resolver o problema. Depois de termos feito essa reunião a empresa Mirabaga respondeu que não tinha condições no imediato, para fazer essa ação e pediram que fosse feita no período de pausa laboral.

O que acontece é que mesmo assim, nós estamos aqui a pressionar para que dentro do período da pausa laboral, que possam ser aplicadas todas as condições, para que não se repitam tais situações que estão a acontecer. Porém, ainda estamos a aguardar e eu digo ainda porque, esta semana e mesmo hoje, voltei a enviar uma mensagem para a CCDD-N que tem a competência da medição da qualidade do ar, para que nos enviem os relatórios para podermos sossegar, ou não, a população sobre aquilo que são os gases, a qualidade e os efeitos dos gases que estão a ser emitidos para a atmosfera, para que com esses resultados possamos reunir com a Delegação de Saúde e tomar medidas adequadas para esse efeito em função desses resultados.

O compromisso da CCDD-N era termos os resultados esta semana e até hoje ainda não tenho os resultados. Isto para dizer que nós estamos com muita preocupação, porque é um problema que nós temos aqui no nosso concelho e que é proveniente das duas Extratoras, nós quando o vento sopra de norte vem de Valpaços, quando o vento sopra de sul vem de Mirandela e é assim que tem acontecido e é muito desagradável. Seria menos desagradável se viémos a perceber que apenas é mau cheiro, mas quando digo apenas não estou a desvalorizar, se for só o mau cheiro já é muito mau. Há muito tempo que estamos a fazer pressão para que estas medidas sejam preconizadas.

Aquilo que nós sabemos, a Aucama vai ter em novembro de 2025, já todo o processo em ação, isto é, no que diz respeito à estanquidade e no que diz respeito à proliferação do vapor de água que transporta consigo alguns elementos prejudiciais em vigor. Aquilo que nos é dito pela Mirabaga e aqui estamos um pouco mais preocupados, eles já têm as obras adjudicadas, com um investimento que vão fazer de cerca de 2,5 milhões de euros, mas na questão das chaminés ainda não têm esse assunto pronto, que é mais um investimento de cerca de 2,2 milhões de euros.

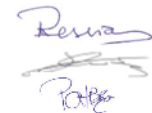
Uma vez que estamos a falar com a CCDD-N e uma vez que a CCDD-N também tem competência nesta matéria e está aqui sediada, temos que os envolver, para que junto do Ministério do Ambiente e do Ministério da Economia, possam perceber se há alguns mecanismos sob o ponto de vista do Aviso, que possa ajudar as empresas a atualizarem-se em termos de equipamentos que possam vir a garantir que a qualidade do ar é boa para todos nós que a respiramos. Este é o ponto de situação, há uma preocupação de todos, a preocupação é tão maior quanto o seguinte, nós temos que perceber que estamos em Mirandela, um concelho que é considerado como terras do olival, temos uma estimativa de cinco milhões de oliveiras no nosso concelho, tem vindo a crescer e toda a fileira também está preocupada, porque se houver um não cumprimento e que obrigue ao encerramento destas Extratoras seria também muito problemático para a economia local, mas estamos a perceber que mesmo assim estas empresas não estão só a tratar o produto proveniente do nosso concelho, mas também estão a alargar a época produtiva.

Não estamos aqui a branquear nada, estamos muito preocupados e envolvidos com todas as entidades para que possamos, todos em conjunto, fazer com que aconteça uma melhor qualidade do ar para o bem de todos. Não é uma questão política, é uma questão de todos, como disse o Senhor município *Orlando Lago* e muito bem e que lhe agradeço essa intervenção.

Estas pressões que fazem sentir, são pressões positivas, são pressões que fazem sentido, porque nós devemos ter direito à indignação, dizer que o Município de Mirandela, o seu Executivo, está a fazer *démarches*, junto das entidades competentes para que seja uma realidade a aplicação dos equipamentos que mitiguem o mais rápido possível esta questão.

Quanto às Festas da Cidade, a apresentação vai ser feita no dia 29 de junho nas Verbenas de Nossa Senhora do Amparo, por volta das 22.00 horas. vamos fazer a apresentação do Cartaz para as Festas do ano de 2025.

Em relação à época balnear, atempadamente temos feito trabalho e não é agora, não estamos a reagir a coisa nenhuma, já em 2021 enviamos para a Agência Portuguesa do Ambiente um pedido para que a época balnear em Mirandela tivesse início de 01 junho a 11 de setembro, este pedido foi enviado à Agência Portuguesa do Ambiente no dia 10/11/2021, a resposta que nós tivemos não foi a resposta que nós queríamos, porque temos mais águas balneares que estão identificadas e eles disseram-nos que a época balnear para Mirandela tinha de ser considerada como um todo e havia outras praias que não tinham condições de poderem avançar, esperemos que isso venha a acontecer. Entretanto, nós à margem da época balnear se iniciar no dia 01 de julho, conforme legislação, poderíamos e como já fizemos no ano passado e nos anos anteriores, ter Nadadores Salvadores mais cedo. É verdade que não foi possível, aliás, a época balnear vai começar dia 01 de julho e os Nadadores Salvadores já estão lá desde ontem, não por ter havido pressão de quem quer que seja, mas sim porque fizemos um procedimento e houve aqui prazos, em termos de contratação pública e quando digo contratação pública não me refiro à Equipa da Contratação Pública, mas sim um conjunto de situações que levou a que houvesse aqui algum atraso e que impediu que os tivéssemos como gostaríamos, no dia 15 de junho.



Aceitamos essa crítica, essa fragilidade e esperamos que não se repita, mas os Nadadores Salvadores já estão lá desde ontem e não obstante de começar a 01 de julho deveríamos promover para o dia 15 de junho, como já aconteceu em outros anos.

Quanto aos espaços públicos e aos jardins que falou, este ano foi muito particular, aliás, quem está aqui presente e a ouvir em casa percebe muito bem que em termos hortícolas houve uma dificuldade grande das pessoas fazerem as suas plantações do renovo, como é assim chamado, das cebolas, das batatas, dos pimentos e por aí fora, porque houve muitas chuvas que impediram que houvesse tratamento atempado de todas as questões hortícolas, isto é transportado também para os jardins, nós estamos agora a fazer a plantação de todos os jardins, porque houve também este atraso que foi condicionado pela grande pluviosidade que ocorreu este ano e que promoveu esse atraso, mas esperamos que durante os próximos dias a cidade volte a estar florida, como é nosso apanágio, também gostamos de a ver e é um prazer para todos nós, termos esta cidade um jardim florido e que estamos a trabalhar sempre nisso.

Em relação aos concursos da Câmara não vou comentar, isso foi um desabafo seu, suponho, não há nada a comentar em relação a isso.

Quanto à questão da água e das perdas de água, estamos a trabalhar nisso, temos uma rede envelhecida que estamos a renovar, temos um plano para fazer essa renovação, para substituir condutas, porque efetivamente temos que trabalhar a esse nível, estamos a aplicar também identificadores das perdas da baixa abrupta nos depósitos, que nos vão indicar que pode haver uma rotura de água, para agirmos mais proactivamente, estamos a fazer trabalho técnico para que se possam evitar essas questões.

Antes da Ordem do Dia

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, que criticou na última Sessão de 30 de abril, a minha intervenção do 25 de Abril de 2025, devo lembrar-lhe o seguinte:

Quem foi um triste papel para o 25 de Abril, foi a sua intervenção ao comentar as minhas palavras daquele dia comemorativo, por várias razões nomeadamente, porque inventou palavras e nomes que eu não disse e porque o Senhor está a ignorar um dos princípios mais elementares do 25 de Abril e que vieram no 25 de abril para os portugueses, a saber, a liberdade de expressão.

O Senhor que é Jurista, diga aqui o artigo, a lei que transgredi ao proferir aquela intervenção, ou então tenho o direito de expressar a minha opinião sobre o 25 de Abril, ou não tenho? Acaso proferi o seu nome? O Senhor não percebeu nada, ou não quis perceber, do que eu disse, aliás, não admira, nem sequer me ouviu porque não esteve presente, falou porque alguém lhe disse pelo ouvido. Então posso concluir que alguém lhe disse e pediu para fazer a intervenção que fez, mas já está escrito em Ata, por isso, neste momento pode lê-lo, eu assumo aquilo que disse.

Repare Senhor Presidente da Junta de Alvites, o que pretendemos transmitir é que é preciso estar vigilante, melhorar a legislação, para que haja mais transparência e mais equidade nas decisões, inclusive a nível autárquico, para que a democracia não corra perigos e para que os cidadãos tenham melhores e mais justas condições de vida e oportunidades e apresentei exemplos. Sabe o que o Senhor conseguiu fazer com as palavras menos próprias que dirigiu à minha intervenção que fiz em nome do Grupo Municipal do CDS/PP, mas que assumo inteiramente e à minha pessoa. Olhe, por um lado, conseguiu dar-nos razão, mostrar que a nossa intervenção está atual, tem fundamento, isto é, validou as palavras que dissemos.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Deputado peço que resuma por favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, retiro algum tempo na próxima intervenção.

Por outro lado, consegui mostrar que o Presidente da Junta de Freguesia de Alvites anda mais preocupado em defender o seu padrão, diga-se Executivo camarário, do que em defender a Freguesia de Alvites, que o elegeu. Sim, porque usou da palavra para criticar as nossas palavras, para criticar as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, enumerando as obras que este fez, esquecendo por completo o que se passa na Freguesia de Alvites.

Neste caso somos levados a mostrar-lhe como nós temos razão naquilo que dissemos, se não vejamos, o Senhor está nesta Assembleia Municipal não por eleição direta, mas porque é Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, foi nessa qualidade que usou da palavra? Ou foi na qualidade de Jurista da Câmara? Ou foi na qualidade de Adjunto do Senhor Presidente? Mais pareceu que foi nesta última qualidade. Se foi na qualidade de Adjunto do Senhor Presidente, o Senhor Eurico Carrapatoso não tem condições para estar nesta Assembleia e a prova disso é a notícia da Rádio Terra Quente, ainda ontem vinda a público, com o título e passo a citar: “Ser Presidente da Junta de Freguesia de Alvites e simultaneamente Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mirandela é compatível?”

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Deputado, acaba depois nos Outros Assuntos de Interesse para o Município, por favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:



Senhora Presidente, Senhores Deputados.
Lamento que não me deixem acabar, eu respeito.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou a palavra para fazer uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente da Câmara *Vitor Correia* e Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso*, com base na notícia vinda a público ontem, não resta outra alternativa senão a sua demissão de Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, ou o Senhor Presidente da Câmara exonerar o seu Chefe de Gabinete.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:
Peço desculpa, isso já faz parte da sua intervenção?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.
Não, é uma interpelação à Mesa.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:
Mas isso não é uma interpelação à Mesa Senhor Deputado.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) solicitou a palavra para fazer uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu faço aqui uma interpelação à Mesa e não uma Defesa da Honra, porque a minha honra não foi atacada e faço uma interpelação à Mesa no sentido de dever haver uma alteração no Regimento, que contemple exatamente este tipo de situações, porque o que se passa é que eu gostaria de responder ao Senhor Deputado, mas não por a minha honra ter sido atacada, é para contrapor e não defesa da honra, porque se não parecemos aqui umas virgens que não somos.

O Regimento é omissivo quanto a essa matéria e a proposta que eu faria era de rever o Regimento nesse sentido, de se poder usar da palavra para responder, nem que se definisse um limite para contra resposta, mas definir um momento para poder usar da palavra para este efeito, que eu não o vou fazer para não invocar aqui a defesa da honra que não foi atacada e podermos intervir e falar como devemos falar aqui nesta Assembleia.

Senhor Deputado só lhe faço um pedido de desculpa, porque eu não o ataquei a si, a intervenção não foi para o atacar a si, foi para por em causa a sua intervenção, nada mais. Tenho muito respeito por si.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:
Só para lembrar que o artigo 27.º do Regimento prevê o direito de resposta e tem dois minutos para o efeito.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Hoje termina o ano letivo, é um dia importante para as famílias e para toda a comunidade, porque como diz um provérbio africano, “para educar uma criança é necessária toda a aldeia”, nós felizmente ainda temos algumas, não tantas como gostaríamos e ocorreu-me um episódio que se passou aqui no ano passado, sobre a Assembleia Municipal de Crianças e Jovens.

Foi um pouco controversa, porque parece que quando venho aqui crio sempre muito alvoroço, mas não é para isso, é para refletirmos sobre as coisas. Na altura apesar de toda a discussão que gerou e das minhas críticas, eu não fiz críticas por fazer, era para ser melhorada e gostaria muito, porque acho que é importante que haja essas iniciativas, deveria haver anualmente, porque a democracia também se aprende, a participação também se aprende e é esta Assembleia, somos nós que estamos aqui que temos obrigação de trazermos cá as nossas crianças.

Eu quando no ano passado critiquei, foi porque achei que não teve dignidade, porque não estava ninguém da Mesa, eu estava à espera de uma Assembleia em que viessem para aqui as crianças, que estivesse a Mesa da Assembleia, como acontece em muitos lugares, que fossem escolhidas duas crianças para serem assessoras da Mesa e que pudessem ver, as outras crianças que não podiam cá estar juntas com os adultos, ver este Auditório cheio, as cadeiras ocupadas e verem como é que se faz política aqui em Mirandela. Isto é educar, agora quando fazemos algo só para a fotografia não tem interesse nenhum. Lamento muito que realmente, este ano não sei porquê, com certeza que me irão responder porquê, porque é que esta ano não houve a Assembleia Municipal de Crianças e Jovens e porque é que não haverá todos os anos.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou continuar com a minha intervenção da defesa da honra, mas queria desde já dirigir umas palavras ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites que, estranhei as palavras que disse e não vou aqui falar onde é que eu senti que me atingiu pessoalmente e não é só na intervenção, porque efetivamente sempre nos cumprimentamos, eu também tenho respeito e consideração por si, como sabe e estranhei efetivamente ter vindo de onde veio e ainda por cima porque o Senhor não está presente, por isso é que eu acho que deve ter sido mandado por alguém, provavelmente pelo Executivo camarário.

Renan
Boa

Eu estava aqui precisamente a falar, que era nesse sentido, daqueles casos que vêm a público e aqui é que está o que nós defendemos, que a lei seja revista, de modo a que nesta Assembleia Municipal e noutras haja a transparência e a isenção necessárias para que não existam estas confusões, isto é, a mesma pessoa estar com vários cargos e não se sabe com que direito fala, se é por um lugar, se é por outro, há uma grande confusão e essas confusões não devem existir, para bem de todos.

Este foi um dos pontos que eu quis transmitir na intervenção do 25 de Abril, mesmo assim entendemos que já é o suficiente, só enterra a carapuça quem tem culpas no cartório e eu entendo que quem ofendeu a democracia foi e é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, com a sua intervenção. Até fala de outros Partidos num tom jocoso, como se não estivessem legais e não tivessem o direito de existi, isto mostra que aprendeu muito mal o que foi o 25 de Abril de 1974, talvez porque se calhar ainda não era nascido e depois aquilo que veio a seguir, às vezes não é bem ensinado.

Eu queria ainda acentuar que os acontecimentos que surgiram desde o 25 de Abril deste ano até agora nomeadamente, na política de Mirandela e na dança dos lugares, dão também razão à nossa intervenção do 25 de Abril. Lembrem-se que até o funcionário da Câmara Municipal *Eurico Carrapatoso*, ascendeu a Chefe de Gabinete do Senhor Presidente no início deste mês, o que prova que valeu a pena para ele e seu benefício próprio colocar em causa as nossas palavras livres e democráticas na Sessão Solene do 25 de Abril, como igualmente as proferidas de forma democrática pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas.

Aproveito para pedir ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites que retire lá a palavra que ele cita, “os espinhaços”, que diz terem ficado na garganta com as nossas intervenções, se for preciso recorra ao hospital, porque é para isso que eles estão lá.

As nossas intervenções são de palavras legítimas, baseadas em factos, com uma função pedagógica e não de ofensa a quem quer para fazer a qualquer pessoa, se às vezes as pessoas ficam ofendidas, é porque interpretam de outra maneira.

No início deste mês de junho, veio a público a acusação do Comandante dos Bombeiros Voluntários de Mirandela *Luís Soares*, que o DIAP do Porto fazia, bem como do ex Comandante daquela corporação, já lá vão 20 dias e esse Comandante não se demitiu do cargo, como não o fez em relação aos outros cargos em instituições públicas que representa.

Verificamos que tem consigo alguns elementos do PS de Mirandela nomeadamente, a Concelhia que entende dar apoio à candidatura de *Luís Soares* a Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, mesmo recaindo sobre ele tal acusação, isto dia 11 de junho. Estranhámos e não compreendemos este tipo de reações, porque o PS Bragança no dia a seguir dizia que a confiança que as pessoas têm na Câmara Municipal de Bragança estava a ficar minada, devido à acusação em curso sobre as obras da nova Zona Industrial e da Circular daquela cidade.

Veja-se o contraditório, em Bragança apenas uma investigação põe em causa já a confiança na Câmara Municipal, o PS de Mirandela dá apoio a um Presidente de Junta que se quer recandidatar, mas que já tem uma acusação formulada de peculato e falsificação, ou seja, já passou pela fase de instigação e está na fase da acusação. Isto faz-nos pensar que a honorabilidade de muita gente desse Partido em Mirandela está de rastos, ou pura e simplesmente não existe. Registe-se que há muitas pessoas desse Partido que não concordam com esse apoio.

Senhor Primeiro Secretário desta Assembleia, se tiver coragem e um pinga de sensatez e se pensar que as instituições estão acima de nós, comece já por se demitir do cargo de Primeiro Secretário desta Assembleia, a honra desta Assembleia exige que o Senhor faça isso, só assim a vai manter preservada de qualquer suspeita, de qualquer perda de idoneidade e dignidade.

A Mesa anterior passou por várias investigações, foi ouvida, por quem de direito e nada lhe apontara, porém entre o Executivo camarário e a Mesa da Assembleia foram quebrados os laços de confiança, ela demitiu-se em bloco com coragem e elevação e esta Assembleia saiu mais reforçada na sua dignidade.

Com esta acusação que recai sobre o Primeiro Secretário e até prova em contrário que os tribunais possam decidir, o que vai demorar muito tempo, a Mesa desta Assembleia fica fragilizada, fica ferida de moralidade, fica ferida na sua transparência. Consequentemente Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, deixou igualmente de ter condições para representar a Freguesia e o Senhor *Luís Soares* deixou de ter condições para ser Comandante dos Bombeiros Voluntários de Mirandela, só com a sua demissão é que estas instituições não serão afetadas com as acusações de que é alvo, trata-se de casos públicos em que a moral, os valores humanos, a idoneidade, não podem ser afetados de maneira nenhuma.

Devo lembrar que o cidadão *Luís Soares* só terá a ganhar com a sua demissão, pelas seguintes razões: não contribui para o degradar das instituições que representa, ficará mais fortalecido, pois mostra que não está preso ao poder e que e respeita as instituições e a preservação da sua honorabilidade e idoneidade e ficará mais livre para melhor se defender em Tribunal.

É sempre preferível pedir a demissão, do que ser demitido.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO GUEDES* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

O Exmo. Senhor Presidente já abordou este assunto e bem, na resposta que deu ao Senhor município *Orlando Lago*, no entanto tenho aqui a minha intervenção e vou lê-la na mesma.

Com esta minha intervenção, tentarei esclarecer de que forma se chegou à situação atual e que muito se tem falado, a poluição do ar pelas empresas transformadoras de bagaço da azeitona.

O bagaço é considerado um resíduo, não se pode deitar fora, tem que ser entregue em locais próprios para proceder ao seu tratamento, à semelhança do que acontece com os resíduos domésticos.

Há alguns anos atrás, existiam na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, cerca de uma dezena lagares, indústrias que se dedicavam a esta atividade.

Estando dispersas numa área de muitos quilómetros quadrados, minimizavam assim a presença de fumos e o impacto ambiental, cito as mais próximas, Almendra, Folgosa do Douro, Pocinho, Cachão, Latadas, a Cuf na cidade de Mirandela, a Aucama nos Eixes.

Há alguns anos, foram-lhes impostas medidas, que exigiam fazer avultados investimentos em tecnologia, para modernizar o setor e melhorar as normas de qualidade e segurança.



Estas medidas, levaram a que algumas empresas tivessem cessado a sua atividade, concentrando-se a transformação de todos os resíduos, em 3 operadores que continuaram a laborar e que por coincidência, as 2 maiores se encontram próximas desta cidade.

Em Portugal existem no total, apenas 6 indústrias desta natureza.

Há alguns anos atrás, Portugal era deficitário na produção de azeite (não produzia azeite suficiente para consumo próprio), atualmente, passamos a ter excedente e somos um país exportador.

A produção de azeitona mais que duplicou, colhemos atualmente mais de mil milhões de kg, consequentemente a quantidade de massas e borras a queimar aumentaram na mesma proporção, havendo uma sobrecarga para as indústrias que permaneceram.

As indústrias transformadoras, recebem o bagaço dos lagares num curto espaço de tempo, isto deve-se à evolução da apanha mecanizada, que reduziu de 4 para 2 meses o tempo de colheita, isso obrigou as indústrias a terem enormes reservatórios (lagoas) para armazenarem o bagaço por mais tempo, o que aumenta também a emissão de cheiros.

O tempo de laboração, que outrora seriam de 4 ou 5 meses por ano, passou a ser de 12 meses, começando a não haver capacidade para tratar os resíduos no próprio ano.

Lembro que estas empresas, tratam também resíduos provenientes de outros concelhos, de outros distritos e até de outros países.

No passado, a maioria dos lagares eram "tradicionais" de prensas, logo o bagaço saía com menor teor de humidade.

Nos lagares modernos de 2 ou 3 fases, os resíduos saem com mais humidade, cerca de 80 % e que quando transformados libertam maior volume de fumo para a atmosfera.

Contribuiu também para a degradação do ar que nos rodeia, o aparecimento das barragens, que fazem aumentar o nível de condensação e as neblinas funcionam como barreiras, impedido a progressão dos fumos para a atmosfera, mantendo-o a pairar sobre nós.

Ainda assim, estamos melhor que noutros tempos, em que não havia controlo, nem fiscalização adequada, os lagares libertavam as águas rússas para os ribeiros e rios, causando a mortalidade de peixes e secando tudo por onde passava.

As unidades de transformação são obrigadas a realizar a medição dos fumos, pelo menos duas vezes por ano, através de empresas externas e devidamente certificadas; analisar a água, bem como apresentar consumos de água, luz, etc.

Periodicamente recebem a visita da APA, das Brigadas da GNR (verdes), e mesmo da ASAE.

Já tomaram algumas medidas no sentido de colmatar o problema, nomeadamente adquirindo potentes sistemas de filtragem, que brevemente estarão em funcionamento.

Talvez haja para breve boas notícias. Está em estudo a possibilidade da desclassificação do caroço de azeitona, (que deixará de ser considerado resíduo) e irá permitir o seu uso para combustão, sem ter outro tratamento.

Com isto, não se pretende passar uma luva branca sobre um problema, que está identificado e nos assola diariamente. É preciso agir, mas também, dar tempo para que as empresas possam reagir e se readaptarem.

Este setor tem uma importância vital para a região e para o país, o Governo de Portugal, através da Agência Portuguesa do Ambiente, deve financiar, incentivar e disponibilizar meios para que estas indústrias possam investir em melhorias, pois também elas contribuem para que Portugal já exporte mil milhões de euros em azeite.

Apesar dos constrangimentos que trás à população, não nos podemos precipitar. Imaginem se estes operadores fossem obrigados a encerrar, os lagares não poderiam transformar a azeitona, pois não teriam onde colocar os resíduos e os produtores não tinham onde transformar o seu azeite.

Só na região de Trás-os-Montes, teríamos cerca de 37.000 agricultores com as suas vidas afetadas e muitos milhões de kg de azeitona que ficaria nos olivais.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Como sabem Senhor Presidente e Senhores Membros desta Assembleia Municipal, o Programa do Governo da AD, a Coligação do PSD com o CDS/PP, foi aprovado com uma atitude de arrogância e falta de respeito pela vida difícil das pessoas, mas por maior que seja a propaganda, a realidade acaba sempre por se impor.

Vivemos num país onde a esmagadora maioria dos trabalhadores, os que criam a riqueza, os que põem o país e a economia a funcionar, confrontam-se com baixos salários.

Um país onde 30 % dos trabalhadores enfrentam o flagelo da precariedade que vai da indústria à hotelaria, das plataformas digitais e até ao Estado português, passando pelo cada vez mais desprezado setor da cultura.

Um país onde investigadores e cientistas estão a ser despedidos e onde, para muitos, é preciso ter dois ou três empregos para pagar a renda, a luz, o gás, a comida.

Um país onde 1 milhão e 800 mil pessoas trabalham por turnos e milhares por turnos noturnos e, desde logo, os trabalhadores do comércio e serviços não tem feriados, sábados e domingos.

Este é o país onde 300 mil crianças e milhares de trabalhadores vivem na pobreza, apesar de receberem subsídios.

Onde 1 milhão de reformados abaixo de 510 euros por mês.

O país das urgências fechadas, da falta de médicos, de 1 milhão 600 mil portugueses sem médico de família, de milhares de alunos sem professores, onde pais desesperam por vaga na creche e no pré-escolar e centenas de estudantes abandonam o ensino superior por dificuldades financeiras.

Um país onde o custo de vida não para de aumentar, onde todos os dias se fazem contas e sacrifícios para conseguir aguentar a casa, que todos os dias empurra a sua gente para fora, para a emigração e há quem tenha que optar ainda entre a comida e medicamentos.



Um país onde pequenos empresários e agricultores estão aflitos para aguentar o negócio.

Esta é a realidade, esta é a vida que está difícil, a vida de pessoas concretas que exigem as respostas que não virão de um Programa e de uma Política que está em contramão com o caminho que é necessário.

As opções são uma afronta à vida difícil da maioria e uma declaração de guerra a quem trabalha.

A sua velha e mobilista receita de salários baixos, a exploração, o ataque a direitos, mais precariedade, desregular ainda mais os horários de trabalho, serve e de que maneira aos grandes interesses, mas não serve aos trabalhadores, à juventude e ao País.

Isto não vai lá com a obsessão pela degradação dos serviços públicos, especulação imobiliária, privatizações, de um Estado mínimo para os trabalhadores e o povo e um Estado máximo para os grupos económicos e as multinacionais de que a negociata do BES / Novo Banco é exemplo.

Mais um ruinoso negócio, ao estilo da ANA.

O Estado perde, garantidamente bem mais de 6 mil milhões de euros, o grupo americano da *Lone Star* encaixa grande parte desses mil milhões, e o grupo francês fica com o Banco.

É a velha e imobilista receita neoliberal no seu melhor e ao serviço de uma minoria que lucra milhões e milhões de euros à custa da injustiça e da riqueza produzida pelos trabalhadores e a quem o Governo quer reduzir ainda mais o IRC.

Esta minoria, que tem nas mãos a Banca, os aeroportos, a indústria, a energia, as telecomunicações, os hospitais, as seguradoras e por aí fora, essa minoria, essa sim, que cresce à custa dos benefícios fiscais, dos Fundos Comunitários, do desvio de recursos públicos e apoios do Estado.

Sabemos quem apoia e representa nesta sala e quem financia a razão da sua aposta na mentira, na demagogia e na tentativa de divisão dos trabalhadores, das populações e da juventude.

Esta velha e imobilista política ao serviço de uma minoria, iria transformar Portugal num País mais pobre, injusto e desigual.

Um caminho desastroso que o PCP não poderia deixar passar, a votação da Moção de Rejeição ao Programa ao Programa do Governo que apresentamos no dia 08 deste mês, foi também um momento de clarificação e está claro e ficou claro, o Chega, a IL e o PS são o trio que suporta esta política que cheira a Troika.

Sim Senhores Membros desta Assembleia, cheira a Troika.

Bem podem apoiar-se uns aos outros, bem podem dizer o que entenderem este Programa de Governo e este Governo que institucionaliza esta política de injustiça, de empobrecimento merece rejeição.

Quem hoje apoia a suporta esta Política, amanhã será responsabilizado pelas consequências desastrosas das suas opções.

Mais cedo, ou mais tarde esta Política será derrotada pela luta dos trabalhadores, do povo e da juventude.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TELXEIRA* (Independente) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Não podia ficar indiferente ao vocabulário e às expressões que foram utilizadas na última Assembleia Municipal, realizada no dia 30 de abril, pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso*, que no meu entender nada dignificam este Órgão deliberativo e que são igualmente desprestigiadas para o próprio Presidente da Câmara *Vitor Correia*.

O Senhor Presidente da Junta além de ser trabalhador dos Quadros de Pessoal da Câmara Municipal de Mirandela, foi também agora promovido a Chefe de Gabinete de Apoio ao Senhor Presidente da Câmara *Vitor Correia*, ou seja, existem responsabilidades que lhe são imputadas, quer como Presidente da Junta de Freguesia, quer como Chefe de Gabinete do Senhor Presidente, quer ainda como trabalhador do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal.

Isto é o três em um, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites de facto, tem tido na Câmara Municipal uma ascensão meteórica. Entrou para Jurista da Câmara Municipal em 02 de novembro de 2023, após um ano de serviço como Jurista é nomeado no dia 04 de novembro de 2024, Adjunto da Senhora Presidente *Júlia Rodrigues*, passando obviamente a ganhar um vencimento maior e agora, que ainda não fez sequer dois anos de serviço no Município, é nomeado pelo atual Presidente *Vitor Correia* como Chefe de Gabinete, passando assim a ter um vencimento ainda muito maior.

Mas relativamente ao vocabulário e às expressões que foram utilizadas na última Assembleia Municipal realizada a 30 de abril, em concreto e estou-me a referir à expressão usada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites e Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, que passo a citar: “tenho dois espinhaços na garganta, atravessados”, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia cuspiu no prato onde comeu, eu a dizer na intervenção do 25 de Abril que Mirandela estava em coma.”

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, vou-lhe responder com toda a clareza, mas desde já lhe digo, que não tenho espinhas na garganta, não tenho ossos na garganta, atravessados, porque nunca comi, não quero comer, nem preciso de comer nos tachos da Política, ao contrário de outros, a mim não me podem dizer que sou o três em um. Mas, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, permita-me que o corrija, pois na verdade eu efetivamente disse que Mirandela estava em coma, eu nunca disse que a Freguesia de Frechas estava em coma.

Com um presidente como eu, presente e ativo, jamais a Freguesia entra em coma. Já relativamente à Freguesia de Alvites, caberá à população avaliar se fez bem o seu trabalho, ou se pelo contrário, zelou mais pelos interesses pessoais, mas se o objetivo do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso* é comparar o seu percurso político com o meu, vamos então comparar.

Eu fui eleito em 2017, nas listas do Partido Socialista, 19 meses depois passei para a Bancada dos Independentes, deixando o poder para ficar sozinho a defender os interesses daqueles que me elegeram, ou seja, fiz exatamente ao contrário do que tendencialmente acontece, em que alguns pretendem colar-se ao poder instalado, que foi o seu caso.

Em 2021, recandidatei-me à Assembleia de Freguesia de Frechas como Independente, pondo acima de tudo os interesses da minha Freguesia e como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites e Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara disse e muito bem, tenho feito muita obra, obra essa que faço questão de a publicar nas redes sociais da Junta de Freguesia de Frechas e

Renata
Pires

no final de cada ano entrego um *flyer* de forma a dar a conhecer à população de que forma e como foi gasto esse dinheiro público, demonstrando assim transparência e rigor.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites e Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, comecei a trabalhar tinha 20 anos, já trabalho por conta própria há 32 anos, nunca fui funcionário da Política, nunca pedi, nem aceitei nenhum emprego da Política, ou nomeações de nenhum político, a minha esposa tem hoje o trabalho que sempre teve, ainda não herdei e espero estar muitos anos sem herdar. Tudo o que tenho é fruto do meu trabalho como empresário agrícola, do qual me orgulho muito.

Vim para a política com o propósito e o intuito de unicamente trabalhar e servir em prol daqueles que me elegeram e é assim que vou novamente a votos para poder continuar a servir e a trabalhar, durante o próximo mandato, se esta for a vontade expressa pelo povo da Freguesia de Frechas, Cachão e Vale da Sancha.

Já no que diz respeito ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, foi eleito em 2017 nas listas do Partido Social Democrata, em 2021, recandidatou-se novamente, mas aqui deu um salto para as listas do Partido Socialista, onde também veio a ser eleito e assim pergunto, a final quem é que cuspiu no prato onde comeu? Contudo, o propósito da mudança, ao que se veio a verificar, parece ter sido outro e pelo que aconteceu e é do conhecimento de todos, não era colocado o interesse da população de Alvites acima de tudo, mas sim os seus próprios interesses. Se não vejamos, contrariamente a V.ª Ex.ª, nem eu, nem a minha esposa nunca fomos funcionários públicos, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites deixou de exercer a advocacia, para ser funcionário da Câmara Municipal de Mirandela, de verdade que o lustre que tem dado aos líderes Socialistas *Júlia Rodrigues* e *Vitor Correia*, valeu-lhe bem a pena, porque já foi nomeado Chefe de Gabinete. É caso para dizer que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites é eleito em 2017, pelo Partido Social Democrata “borrou nas mãos” daqueles que o trouxeram para a Política.

Em suma, comparar o seu percurso político com o meu, é o mesmo que comparar o vinho com o vinagre.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Trazer aqui dois ou três temas recorrentes, que já vim aqui falar várias vezes.

Em primeiro lugar manifestar a minha satisfação pela estrada de São Pedro Velho há tanto tempo prometida, foi finalmente quase concluída a obra, mais até do que eu esperava, até ao cruzamento, no entanto há algumas incorreções, penso que a obra não está concluída, apesar de terem abandonado a obra há cerca de 15 dias.

Queria chamar a atenção para o piso com cerca de 20 cm em muitos locais, dá a sensação de que a estrada ficou mais estreita, eu penso que não, só que com esse desnível de 20 cm parece mais estreita e poderá vir a causar alguns problemas porque, enquanto que antes os carros tinham a possibilidade de se desviar do alcatrão com a bermas ao mesmo nível, isso agora não acontece e quando um carro e um camião se cruzam têm muita dificuldade e têm necessidade de sair do alcatrão e com este desnível não o conseguem fazer. Penso que isso será corrigido, aliás, terá que ser corrigido porque da maneira que está não poderá ficar.

Esse problema está resolvido, no entanto vão aparecer mais dois problemas com a estrada que delimitam São Pedro Velho, uma delas é a estrada de São Pedro Velho para Vale das Fontes, são cerca de três km. É nestas obras que eu penso que deveria haver coordenação entre as Câmaras, Vale das Fontes relembro, é concelho de Vinhais, esses três km cerca de metade é da Freguesia de Vale das Fontes, concelho de Vinhais e a outra metade pertence à Junta de Freguesia de São Pedro Velho, concelho de Mirandela.

Segundo sei esse 1,5 km de Vale das Fontes em direção a São Pedro Velho, está para ser adjudicado, ou seja, o restante 1,5 km até São Pedro Velho vai continuar esburacado e penso que o Município é capaz de ficar mal na fotografia, com metade do percurso com tapete novo e a outra metade esburacada, penso que poderão pensar nisso no próximo mandato, quem for eleito.

Outro problema, a ligação de São Pedro Velho à estrada 206, à estrada que faz Bouça/Torre de Dona Chama, está a ser intervencionada neste momento, porque passa lá a tubagem que serve a água para Torre de Dona Chama, em cerca de 1,5 km constantes rebentamentos, temos lá cerca de 15 remendos na estrada com dois, três m² e são remendos que nunca ficam remendados e neste momento estão a por tubagem nova em cerca de 1,5 km e é na estrada, já estão a rasgar e eu já estou a prever o que vai acontecer ali, vai ser remendado e não vai ficar em condições, certamente. Gostaria que estivessem atentos, para que não fique com deficiências.

O outro assunto é a praia fluvial, praia fluvial não, intitulada parque de merendas pelo Senhor Presidente na última Assembleia, eu passo ali com alguma frequência e esta semana fiz questão de me deslocar mesmo ao parque de merendas, porque passo ali e nunca vejo lá ninguém, foi feito ali um investimento durante cerca de dois anos e quis ver o que é que se está a passar, porque nunca vejo lá ninguém, agora é altura de verão, as pessoas procuram espaços com água e ali nunca vejo ninguém, achei estranho e fui ver o que é que se passa para as pessoas não irem para lá.

Uma das coisas que verifiquei, como sabe, está lá um bar que não está a ser utilizado, estão lá umas casas-de-banho mas não têm água, nem luz, estava aberta porque penso que alguém arrombou aquilo e num dos acessos à água tem lá um tronco com cerca de 20 m que dificulta muito o acesso à água, mas o maior problema é aquele problema que eu tenho vindo a falar desde sempre, tem cerca de 20 cm de água, sem açude vamos continuar com esse problema e eu gostaria de fazer aqui um apelo, penso que estão aqui quatro candidatos às próximas eleições autárquicas, uma vez que foram lá gastos milhares de euros nestes últimos dois anos e meio, para aquilo ter pelo menos algum benefício para a população, porque ninguém lá vai, há-de haver ali algumas correções, mas sem o açude, sem água nunca poderá ser praia fluvial.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Quando alcançamos um certo patamar da nossa existência, ou seja, de tempo vivido... recebemos três dádivas preciosas:

a lucidez,

a serenidade e



a liberdade...

Lucidez, porque o saber acumulado nos permite distinguir com clareza o essencial do acessório. Reconhecemos a máscara quando substituí o rosto e percebemos quando a forma se sobrepõe ao conteúdo.

Serenidade, porque já não somos reféns de impulsos ou de reações passionais – a maturidade não é sinónimo de passividade, mas de ação ponderada.

E, sobretudo, liberdade, porque deixamos de viver sob o jugo da aprovação alheia. O nosso percurso – com erros e acertos – já nos definiu.

Mas a suprema expressão de liberdade e independência é o livre-arbítrio para não nos “sentarmos à mesa com quem nos faz mal”!

Transpondo estas virtudes para a nossa vida política, podemos reafirmar três princípios fundamentais:

O primeiro – Aqui, nesta Assembleia, não somos serventuários de partidos nem de agendas cegas.

A política não se faz com servilismo ou subserviência, mas com coragem para questionar, mesmo quando isso desagrada.

Estamos aqui eleitos por todos os cidadãos, que juridicamente representam todo o povo e não apenas pelos militantes dos partidos.

Se hoje não nos revemos na estratégia ou na liderança do grupo, é porque defendemos bens maiores: a retidão, a justiça e a verdade, ainda que, por vezes, inconvenientes...

O segundo princípio – Unanimidade não é unanimismo

Como lembra uma citação que por aí circula: *"A decisão unânime — mesmo que errada — resulta da discussão e da Razão; o unanimismo é fruto do seguidismo ideológico e da adesão irracional a dogmas."*

Quando uma minoria impõe o seu projeto sob aplausos silenciosos, é o unanimismo que se sobrepõe à Razão e o autoritarismo dissimulado que triunfa!

Recusemos, pois, resoluções moldadas por “mãos invisíveis” nos bastidores – com as quais não nos identificamos, nem podemos perfiar ou apoiar...

Parafraseando José Saramago: *«O heroico num ser humano é não pertencer a um rebanho.»*

O terceiro princípio – A política precisa de emoção – mas da emoção que liberta, não da que nos aprisiona.

A emoção que vence eleições não é a do medo ou do cinzentismo, mas a da luz, cor e alegria que inspiram – não que manipulam.

Queremos uma autarquia que una, não que divida; que dialogue, não que imponha; e que governe para todos...

Senhora Presidente, Senhores Deputados,

Se há algo que a vida política nos ensina é que o tempo não perdoa a inércia, nem se compadece com *políticas sem visão de futuro, sem patriotismo e sem fraternidade*...

Ou agimos com lucidez, serenidade e liberdade – ou falhamos no cumprimento do mandato que nos foi confiado...!

Que esta assembleia seja um espaço de lucidez e de escuta ativa – onde até as vozes discordantes sejam consideradas – só assim serviremos verdadeiramente quem nos elegeu.

A terminar deixemos ecoar as sábias palavras do grande pensador *Agostinho da Silva*, que já em 1973 se atrevia a dizer:

(...) Podes, e deves, ter ideias políticas, mas, por favor, as tuas ideias políticas, não as ideias do teu partido;

o teu comportamento, não o comportamento dos teus líderes;

os interesses de toda a humanidade [ou comunidade, neste caso], não os interesses de uma parte dela.

E lembra-te que “parte” é a etimologia de “partido”.

----- O Senhor Deputado Municipal *EMANUEL BATISTA* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O que me traz aqui são os fumos, os fumos de Mirandela e os fumos que estão por Mirandela. Nós temos que ser responsáveis por aquilo que andamos a fazer nas redes sociais, Mirandela é um setor olivícola, já aqui alguém disse que temos 37 mil agricultores que vivem da olivicultura, Mirandela tem cá a sede da CCDR-N a qual também deveria fazer alguma coisa por esta olivicultura e estes fumos que já vêm há dezenas e dezenas de anos, estão-se a agravar, é verdade, porque plantou-se muito olival, recebemos muito bagaço de outras regiões do país, mesmo da nossa vizinha Espanha e pergunto ao Município, que já em 2017, fez publicações de fotografias de morte de peixes, que diziam eles, ou os Senhores Deputados que estão aqui a exercer a sua atividade nas listas do PS, que isso era devido às fábricas e a minha pergunta é esta, desde 2017 e com esses Deputados eleitos e com esses Deputados responsáveis por equipas de trabalho dentro da Câmara Municipal, o que é que foi feito neste setor em benefício dos olivicultores e em ajuda às Extratoras, porque digo-vos e sou-vos sinceros aqui, as Extratoras fazem falta ao nosso setor, se não tivermos Extratoras o que é que vão fazer os 37 mil agricultores que têm olival? Deixam ficar a azeitona nos olivais? Vão-se alimentar de gorduras sintéticas, que não tem nada a ver com o saudável do azeite?

Digo-vos mais, nesta sala está muita gente, muitos agricultores e muita gente formada, tenho dúvidas que grande parte delas saibam fazer destriça entre o que é um azeite e o que é um azeite virgem, só fico por aqui, tenho muitas dúvidas porque por aquilo que eu vejo nas redes sociais, há muita ignorância.

Outra situação que deparei hoje aqui por alguém que esteve aqui neste púlpito, é que a atualização faz muita falta a muita gente, o caroço da azeitona neste momento é um subproduto, não é um resíduo. O bagaço neste momento já está em aprovação como subproduto e não como um resíduo. Por isso, quando se trazem informações não devemos, nem devíamos pretender enganar quem está do lado de lá a ouvir-nos. Temos de ser concisos, temos que defender a nossa região e a nossa região é defendida nos setores que cá temos, porque hoje é a olivicultura, amanhã pode ser o setor das alheiras, porque o setor das alheiras também deita fumos e se emitem fumos, também podem estar em causa.

Renata
Borges

O que eu pergunto ao Município é, estando três, ou quatro Ministérios envolvidos em tal situação, o que fez desde 2017, até hoje para resolver a situação? Rigorosamente nada, o que se está a passar hoje aqui e o que se está a passar há uma semana atrás, é campanha eleitoral. Não podemos destruir o pouco que temos na nossa região para fins políticos, porque quem viver na zona de Vila do Conde tem o problema das Etar's dos animais, quem viver em Estarreja tem o problema dos amoníacos dos adubos, quem viver em Leiria tem o problema dos porcos, quem viver em Aveiro tem o problema da Portucel, quem viver em Vila Velha de Rodão tem o problema da Portucel, então nós queremos crescer em Mirandela, queremos emprego, queremos fábricas e queremos as poucas que temos fechá-las?

Pensem duas vezes naquilo que transmitem para a comunicação social, porque se as coisas correrem mal, eu serei um a encabeçar a lista dos agricultores a dirigirmo-nos ao Município a perguntar onde é que vamos por os bagaços, onde é que vamos por aquilo que não é aproveitado pelo agricultor e que não temos em casa onde o guardar. À porta do Município de Mirandela? Cuidado com estas situações, é o Ministério da Economia, é o Ministério da Agricultura, é o Ministério do Ambiente, por isso eles têm de trabalhar em consonância, se não trabalharem em consonância aqui a Câmara Municipal tem que fazer força para isso e isso não está a acontecer. Por isso, tenho-vos a dizer que o setor da olivicultura é um setor com muito peso na nossa região e é um setor que tem que ser respeitado, tem que ser respeitado e tem que ser respeitado por toda a gente.

Não andamos aqui em tempo de campanha eleitoral a atirar fogos para a fogueira, porque isto não vamos a lado nenhum, só vamos destruir um setor que neste momento tem vitalidade, é um produto nobre, um produto que ganha prémios a nível nacional e mundial e que não é reconhecido por esta Câmara Municipal. Ainda um destes dias gastaram alguns milhares de euros na promoção de um determinado produto, que só temos aqui sete, ou oito produtores, na olivicultura temos cerca de 37 mil olivicultores e este Município, nestes sete anos nada fez por isso.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O que me traz aqui é um assunto que foi falado aqui na última Assembleia por uma munícipe, que falou aqui do Complexo Agro-Industrial do Cachão, a maior parte das pessoas não têm noção do que era o Complexo Agro-Industrial do Nordeste, eu quando era garoto quando comecei a vir estudar para Mirandela com os meus 10 anos, só de São Salvador umas pessoas vinham a pé, outras vinham no nosso autocarro eram cerca de 40 pessoas que apanhavam nos Móveis Lindolar os autocarros azuis, que transportavam as pessoas do concelho para o Complexo Agro-Industrial do Nordeste, o Complexo no auge chegou a estar com cerca de 1800 funcionários, isto, salvo erro, nos fins da década de 80, início da década de 90, possivelmente.

Se calhar as duas maiores entidades empregadoras do nosso concelho, penso eu, que é a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia, se calhar juntas não têm esses funcionários hoje. O Complexo Agro-Industrial do Nordeste foi idealizado pelo estimado e saudoso Engenheiro *Camilo de Mendonça*, um grande visionário e fez-se honra ao Senhor Engenheiro e muito bem, fez-se uma estátua, mas eu acho que a melhor honra que se podia ter dado ao Senhor Engenheiro era ter dado uma continuidade digna aquele Complexo todo, que ainda hoje, a nível nacional não há nada parecido.

Tudo o que saía da terra tinha ali condições para ser tudo transformado, uma das coisas que peca ainda o Complexo Agro-Industrial do Nordeste e eu falo porque tenho alguns problemas nessa situação, é a questão do Matadouro, porque é ridículo ter a minha exploração a cerca de sete, ou oito quilómetros do Matadouro do Cachão e cada vez que tenho que abater, neste caso suínos adultos, tenho que me deslocar ou a Vinhais, ou a Bragança, já os animais no fim de vida são pagos ao preço da uva, como costumamos dizer, ainda mais termos encargos de deslocação de fazer cerca de 150 quilómetros.

Os outros Senhores que estiveram na Câmara aqueles anos todos, tínhamos o problema parecido, atualmente não está nada resolvido. Depois há aqui uma situação que eu acho que era de bom-tom o Executivo, ou outro Executivo que seja substituído um dia mais tarde, não sabemos quando, só o povo é que nos dirá, é o seguinte, faz esta Câmara, assim como já os anteriores Executivos do PSD faziam e muito bem, promoção à alheira que é o ex libris do concelho, ou da cidade, porque não juntar todas essas empresas que são transformadoras de fumeiro e obrigarem a fazer um acordo para abaterem parte do que eles transformam aqui no nosso Matadouro, como receita para o próprio Matadouro.

Já que este Executivo gasta tanto dinheiro na promoção da alheira, porque não obrigar esses transformadores a abater aqui alguns desses animais? Porque é que há-de vir tudo de fora já morto? Era forma de dar mais vida ao nosso Matadouro, segundo sei, não abatem os suínos por uma razão simples, porque tem lá uma caldeira enorme, com custos elevadíssimos para a por com a água a ferver e é uma fonte de grande prejuízo para o Matadouro ligar essa caldeira, porque se vai abater um animal a cada dois, ou três meses não se justifica. Acho que era de bom-tom o Senhor Presidente reunir com as casas que fazem o fumeiro, que fazem vida disso e que são importantes para o nosso concelho, que é uma grande fonte de empregabilidade.

Além disso, continuamos com o mesmo problema que é a Estrada Municipal 578, cada vez o trânsito é maior, a maior parte dos acidentes não são reportados, não há registos porque as pessoas despistam-se sozinhas e fica por ali, vem o reboque, carrega, não há intervenção das Autoridades e continuamos assim.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÂNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhora Presidente, decidi hoje recuar um pouco no tempo, concretamente ao início da presente legislatura, quando entrei pela primeira vez nesta Assembleia, para lembrar que a imagem que trazia e que era transportada de dentro para fora, era extremamente negativa, um verdadeiro desastre. Os ecos do que aqui se passava, conduziam à conclusão de que aqui não se respeitavam todas as formas legais e regimentais, que aqui nada se debatia com elevação e serenidade, antes se discutia em alta voz, com total desrespeito pelos outros, utilizando uma linguagem imprópria para o local, inclusive uma linguagem de insulto, de tal modo que havia quem entendesse que esta Assembleia já não servia para nada.



Ora, decorrido um curto lapso de tempo, tudo se modificou no sentido positivo, e a Assembleia Municipal deixou de ser uma espécie de “arena”, onde alguns se radiavam para passar a ser um palco de debate político, de confronto de ideias, da criação e resolução de diversas questões, que tinham a ver com os reais interesses de Mirandela e dos mirandelenses.

Por mi, acho que tudo isto ficou a dever-se à postura assumida pela Mesa que sessou funções, naturalmente com a colaboração de todos, que exerceu as suas funções com total obediência das nossas normas legais e regimentais, com inteira independência, sem quaisquer preconceitos e também com grande serenidade e até generosidade para com os circunstanciais intervenientes, a quem não retiravam a palavra abruptamente, como acontece noutros fóruns.

À Assembleia Municipal incumbem diversas competências, entre as quais vou salientar as seguintes:

- Acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal;
- Solicitar e receber informações através da Mesa e a pedido de qualquer Membro;
- Requerer à Câmara Municipal, ou aos seus Membros documentação e informação;
- Comunicar à Assembleia Municipal a recusa da prestação de qualquer informação, ou os documentos, bem como a falta de colaboração por parte da Câmara Municipal.

No que concerne ao Presidente da Mesa, destaco:

A competência de dirigir os Trabalhos;

Manter a disciplina das Sessões;

Assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações.

Esta escolha decorre do simples facto de ser aqui, que em boa medida se centra a imparcialidade e a isenção.

Ora, manda o mais elementar dever e obediência à verdade, que aqui afirme, sem favor, que a Mesa cessante, cumpriu estas e outras competências com grande dedicação, independência e eficácia, restituindo a dignidade à Assembleia, pelo que não é demais que aqui se enfatize.

Os trabalhos foram sempre dirigidos com serenidade, até cordialidade e cumprimento integral das leis e regulamentos. Dir-se-á que não fizeram mais do que a sua obrigação, seguramente, mas também é verdade que no tempo que aqui passei, não me lembra que outros tenham feito melhor, ou até o mesmo e daí que me perecesse ser justo realçar tal circunstância.

Dr. *Francisco Esteves*, que aqui não está, Engenheiro *Lúcia Belchior*, Professor *José António Ferreira*, permitam-me que em nome pessoal e em nome do Grupo Municipal que faço parte, aqui lhes manifeste o sentimento do nosso profundo reconhecimento e gratidão, por tudo o que fizeram e a forma cordial como a todos trataram, muito obrigado.

Todavia é importante que a Assembleia possa continuar a contar com a vossa inestimável colaboração, o que creio acontecerá.

Tudo o que até aqui foi dito modestamente, não colide como é óbvio, com o respeito devido pela Mesa recentemente eleita, tendo uma atual esperança que será capaz de cumprir o legado da Mesa anterior.

Conosco poderão contar, a nossa postura será sempre a mesma, ou seja, respeito pela Constituição da República, pelas leis, por regulamentos e regimento e sobretudo respeito pela opinião dos outros, ainda que divergente da nossa. Fiscalizar é isso mesmo, fiscalizar e não colocar a chancela sem mais, de forma à crítica em tudo o que por aqui passa, por mais aberrante que seja, só porque interessa à força política, que circunstancialmente detém o poder. Isso não importa à Assembleia, nem à Câmara Municipal e também muito menos aos eleitores, que é suposto aqui representarmos.

Portanto, aqui fica o desejo de que a Assembleia, no tempo que lhe resta, continue a desempenhar bem as suas funções, em que cada um defenda a suas ideias, participe no debate de questões aqui trazidas, com inteira liberdade e o maior espírito democrático. Há que não copiar os exemplos que nos chegam por vezes das instâncias com mais visibilidade no país, como acontece com a eufemisticamente chamada Casa da Democracia, ali há de tudo, mas não é a democracia que prevalece.

Temos de estar atentos, usando os escassos argumentos que dispomos, tendo em conta que os ventos que sopram são de mudança e não é para melhor. A democracia vem sofrendo sucessivos ataques, nos últimos tempos, com o nascer como cogumelos de movimentos extremistas, por onde passa o pior das sociedades modernas, ou seja, nacionalismo, populismo, racismo e outras discriminações e a mentira como verdade alternativa.

A nós cabe-nos defender a liberdade, os direitos humanos e mais justiça social.

O mundo, Senhora Presidente está a mudar, este mundo onde os edifícios caem, as cidades desaparecem, as crianças morrem e os velhos choram...

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu antes de começar queria apenas fazer uma interpelação à Mesa, só queria questionar a Mesa sobre qual é que é o critério da chamada para as intervenções? Apenas para começarmos a uniformizar o processo, para que fique acordado qual o critério da chamada.

A seguir queria falar em dois temas, um deles é o Protocolo Tripartido das Festas de Mirandela e em Honra de Nossa Senhora do Amparo, no ano passado o Protocolo vertia que o Município ficava com a vertente lúdica das Festas, os espetáculos, a iluminação e o fogo de artifício, a Junta de Freguesia de Mirandela assegurava a aquisição e a gestão dos espaços, os stands, as tasquinhas, a área de artesanato e ficava também responsável pelo Parque Império, ou ainda outro local a definir e a Confraria Nossa Senhora do Amparo ficaria com a parte religiosa dessas Festas.

Há muitos protocolos que vêm aqui, umas vezes para conhecimento, outras vezes para aprovação, já no passado esse Protocolo não veio à Assembleia Municipal, seja para conhecimento, ou para aprovação e eu estranho, porque efetivamente é uma das verbas gasta mais dinheiro no nosso Orçamento Municipal, só este ano ainda com cinco artistas que já estão na base.gov., estão adjudicados 72 mil euros e por isso eu queria saber efetivamente quais são os critérios com que se vão reger as Festas deste ano, pedia ao Senhor Presidente que nos dê uma explicação sobre como é que vai decorrer, além daquelas que já deu no Período de



Intervenção do Público, mas como é que vai decorrer e quais são os seus traços das Festas de Mirandela e em Honra de Nossa Senhora do Amparo 2025.

A seguir, apenas para fazer só uma reflexão sobre o tema que tem sido mais badalado em Mirandela, que é o fumo e a questão de salubridade quer da qualidade do ar, quer da qualidade da água, na minha opinião nós temos que ter uma atitude didática, nós sabemos perfeitamente que o papel do Município esbarra naquilo que é a sua ação, há coisas que o Município tem limitações e não pode ir mais além do que isso, mas há uma coisa que o Município deve fazer, é informar os municípios sobre aquilo que se está a passar e para onde é que vai.

O Senhor Presidente disse numa notícia veiculada por um canal de comunicação local, que esta semana ainda iríamos receber o relatório da CCDR-N, presumo que ainda não tenha saído, porque se não já tinha saído uma notícia a dizer quais é que foram os resultados desse relatório, mas sugiro que assim que saía, em conjunto com o Delegado de Saúde, porque tem um papel muito importante naquilo que é a tranquilização da população, ou não, ou até de alertar para os perigos que possam advir da qualidade do ar e da água, mas que se faça uma sessão de esclarecimento sobre a verdadeiramente aqui em causa, que se juntem os vários setores, que se junte o setor agrícola, o setor da transformação e ainda o setor da Saúde Pública, porque efetivamente é isso que os mirandelenses neste momento precisam. É demasiada informação que veicula nas redes sociais sobretudo, para este mau estar que se tem vivido, sobretudo naquilo que tem sido de diferentes opiniões e por isso, o meu singelo contributo é que se façam sessões de esclarecimento ao longo do nosso concelho, para que a opinião pública seja também formulada, com critérios e estudos mais profundos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *LUÍS SOARES* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Sobre a questão da sequência, a Mesa esclarece que não existe naturalmente nenhum critério, o que tentamos na Mesa é que seja sequencial consoante o número de inscrições, muitas vezes na tentativa de não haver dois Deputados da mesma Bancada para realizar as intervenções, considerando que a Bancada do PSD tem o maior número de Deputados inscritos, nós precisamos de fazer esse enquadramento, para que seja o mais harmonioso possível e que os trabalhos decorram com a máxima normalidade, por isso, creio que estamos a cumprir com esse pressuposto.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Depois de me ter reunido na passada segunda-feira, com o atual Presidente da Câmara, se a minha esperança já não era grande, saí completamente desiludido, com a forma como este Executivo tem tratado a União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira.

No início deste mandato, também em reunião com o atual Presidente da Câmara, conversamos sobre algumas obras, que seriam importantes para a minha União de Freguesias.

Nessa altura, vi um Vereador com otimismo e muito dinâmico, ao ponto de me prometer que com ele essas obras seriam uma realidade, aliás, que algumas dessas obras seriam uma prioridade.

Estamos no fim do mandato e nem uma obra das que me foi prometida, está em execução.

Saneamentos do Carvalhal e da Palorca, depois de me andarem a pressionar, para arranjar terreno para as fossas, dizendo que não podiam fazer os saneamentos, sem termos o dito terreno para estas infraestruturas, lá andou o Presidente da Junta a trabalhar até conseguir o terreno tanto no Carvalhal, como na Palorca, a custo zero para a Câmara.

Mas as obras dos saneamentos nem vê-las, já sei que vão ficar para o próximo Executivo que for eleito.

A conversa de sempre, é que os ditos saneamentos já têm financiamento, mas as pessoas destas duas localidades não querem saber de financiamentos, queriam era ver as obras em andamento.

Entrada dos Avidagos, uma coisa simples, estivemos no local, onde chamou dois engenheiros, nessa hora estava tudo resolvido, saímos desse local nunca mais se lembrou da dita intervenção.

Candeeiros para o largo de Pereira, prometidos logo no início do mandato e que até agora nada foi feito. Voltaram a ser prometidos na reunião de segunda-feira, vamos aguardar.

Parque infantil de Pereira, já informei por várias vezes, que o parque existente, está um perigo para quem o utiliza, já disse várias vezes, que devia ser vedado, para que nenhuma criança corra o risco de sair de lá magoada.

Na reunião de segunda-feira passada, voltou a ser prometido vamos aguardar.

O restauro dos polidesportivos, já foram prometidos no mandato anterior, mas infelizmente continuam igual.

O edifício do lagar do Navalho, continua em degradação, foi feita uma visita ao local pelo então Vereador *Vitor Correia*, acompanhado pelo Arquiteto *Henrique*, que ficou maravilhado com o lagar antigo de moer a azeitona, aliás, até referiu que não deixássemos degradar mais o edifício.

Dizia na altura o Senhor Vereador, que iria mandar fazer um projeto para a referida obra, mas até ao momento nada foi feito.

Bom depois de tudo isto, só posso dizer, que a União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, não contam para este Executivo e não me venha com a conversa das obras da igreja, porque isso nada tem a ver com a Junta de Freguesia.

Não me venha também, com as desculpas dos ditos Protocolos com as Juntas de Freguesias, pois a União de Freguesias que eu presido, tem cinco aldeias, dezenas de quilómetros de caminhos rurais, para cortar silvas, para compor todos os anos, limpeza de todas as ruas das cinco aldeias, cinco cemitérios, capelas, infantário, escola do Primeiro Ciclo e recebo tanto do Protocolo, como uma Freguesia que tenha só uma aldeia.

Mudando de assunto e falando agora um pouco das preocupações, dos nossos empresários agrícolas, gostaria de saber, se realmente o Senhor Presidente, falou com a empresa das lãs do Cachão, no sentido de recolher também as lãs dos rebanhos dos ovinocultores do nosso concelho, as informações que tenho, é que continua tudo na mesma.



O Executivo da Câmara, também ficou de ajudar na sanidade animal, as explorações de Ovinos, Caprinos e Bovinos. Gostaria de saber também, quantas explorações já beneficiaram desta ajuda.
Por agora fico por aqui.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

É com profundo respeito e sentido de dever que me dirijo a esta Assembleia para solicitar a realização de um minuto de silêncio, e emissão de voto de pesar em memória de Manuel Afonso Silva Strecht Monteiro, médico, cuja perda representa uma significativa comoção para a nossa comunidade, dada as suas ligações ao nosso território, à freguesia de Múrias, pela sua Gandariças, à Vila da Torre de Dona Chama, e às cidades de Mirandela e Bragança.

Faleceu no passado dia 15 de maio, em Santa Maria da Feira, distrito de Aveiro, aos 83 anos de idade, Manuel Afonso Silva Strecht Monteiro, cuja intervenção ética, cívica, profissional e política deixa uma marca relevante na construção da Democracia portuguesa.

Nascido a 17 de maio de 1941, no Porto, Strecht Monteiro, frequentou a escola primária da então Vila da Feira e a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Médico de profissão, foi Deputado à Assembleia da República, Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, candidato à presidência da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, vereador e deputado municipal eleito pelo Partido Socialista, mandatário de candidaturas autárquicas em Mirandela, presidiu à Comissão Instaladora do Hospital de Santa Maria da Feira, terminou a sua carreira como Médico contratado na Unidade Local de Saúde do Nordeste, nos hospitais de Mirandela e Bragança, de 2004 a 2022, nos serviços de ginecologia e obstetrícia, e por todos os lugares onde passou, deixou sempre expresso o seu inabalável compromisso com os valores da Democracia, da justiça social e participação cívica.

Presidiu à Associação dos Médicos da Carreira Hospitalar da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos e dirigiu vários serviços hospitalares na área da obstetrícia e ginecologia.

Combatente antifascista, defensor dos direitos das mulheres, lutador fervoroso pela democracia e pela liberdade, teve uma vida profissional dedicada ao Serviço Nacional de Saúde, numa ação sempre guiada pelo espírito de serviço público e pela proximidade às pessoas.

Entre as inúmeras causas que abraçou, destaca-se o seu papel como Deputado na VII Legislatura, determinante na aprovação da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez. Foi um avanço civilizacional que defendeu de forma íntegra, com firmeza, enfrentando resistências, mas sempre com um mesmo objetivo: tornar o país mais justo e mais livre. Assim, a nossa Assembleia Municipal, reunida em plenário a 27 de junho de 2025, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Manuel Afonso Silva Strecht Monteiro, com esta homenagem simbólica, recordando o Médico defensor dos direitos das Mulheres e do Serviço Nacional de Saúde, um Homem da Terra e Amigo do seu semelhante, o combatente anti-fascista, e o lutador fervoroso pela Democracia e pela Liberdade de todos nós, pretendendo reconhecer a importância da sua vida, do seu contributo para a saúde regional e prestar a devida solidariedade à sua família e a todos os que com ele privaram.

"O que fazemos por nós mesmos morre connosco. O que fazemos pelos outros e pelo mundo permanece e é imortal." (Albert Pike), proponho que esta Assembleia observe um minuto de silêncio em sua memória e faça chegar um voto de pesar à sua Família.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Devo dizer que hoje estou muito agradado com esta Assembleia, porque de facto os temas tratados e abordados têm sido da maior pertinência, ao ponto de esvaziar muitos dos temas que eu aqui queria abordar.

Tendo em conta a qualidade desta Assembleia Municipal, queria também referir a qualidade do PSD, como tem abordado os assuntos dos fumos, do cheiro a bagaço e a óleo, porque nós não fazemos política de terra queimada à semelhança do que aconteceu em 2017, com o lixo do Cachão e com os peixes mortos que apareciam no rio Tua.

Sabemos da importância do setor para a região e para Mirandela, sabemos que estamos dependentes da evolução da tecnologia, sabemos que necessariamente temos que estar unidos na resolução deste problema, não pode é a Câmara Municipal ficar num silêncio ensurdecedor ao ponto do candidato da coligação Todos por Mirandela pelo PSD ser abordado na rua, não ter respostas e ouvir impropérios, como eu já ouvi, porque se tivesse informação atualizada daria aos munícipes das perguntas que me fizeram e se calhar estaria também a defender, ao lado da Câmara Municipal a importância que este tema tem.

Jamais faremos, de um problema que se pode tornar grave em termos de saúde pública, política de terra queimada. É neste sentido que eu gostava que a Bancada do PSD e a coligação Todos por Mirandela, fossem vistos e fossem olhados, este tema está resolvido.

Sobre o outro tema que está na ordem do dia e que tem uma leitura política extremamente importante, se é verdade que tudo o que dizem que é acusado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela e depois do PS ter pronunciado apoio incondicional à sua candidatura, se é verdade tudo isso, porque é mesmo verdade, devo-lhe dizer *Luís Soares*, que o Senhor está fortemente fragilizado pessoalmente, politicamente, eticamente e até nas ações do seu serviço público, se está assim tão fragilizado é a si que o PSD quer apresentar um candidato, que não está acusado de nada disso, na qual encontramos uma grande oportunidade para o derrotar nas próximas eleições. Primeiro porque o que é do tribunal é do tribunal, o que nos descansa a todos, o que é para ser abordado politicamente, felizmente que este ano e daqui a três meses temos eleições autárquicas e o povo quando vota é porque escolhe e está seguro das suas opções. Se ganhar o candidato do PSD nós ficamos muito felizes e se o povo porventura continuar a votar em si, o que é que nós podemos dizer, se não aceitar democraticamente esta eleição. Esta é a particularidade deste ano, porque temos de facto um juízo político, porque o outro juízo é dos tribunais e não temos nada a ver com isso.

Disse-lhe isto com a maior elegância, porque tinha que o dizer e tinha que firmar aqui a minha posição, é a si que o PSD quer combater e se possível ganhar-lhe as eleições.

Rena
Borges

Outro tema abordado, Senhor Presidente Câmara Municipal falta água em Vale de Asnes, falta, falta, são as informações que eu recebo, que falta água a Vale de Asnes depois das melhorias das redes de abastecimento.

A outra questão que gostaria de abordar Senhor Presidente, até porque já obtivemos respostas durante a semana, quero-lhe agradecer as respostas, porque lançamos um repto e o Senhor Presidente da Câmara Municipal acedeu responder à coligação Todos por Mirandela, sobre a abertura da época balnear, de facto há evidências e as evidências são que de facto as temperaturas em Mirandela estão a atingir valores insuportáveis ao ponto de os mais jovens e não só, procurarem mais cedo épocas de veraneio, épocas e espaços aquáticos para se refrescarem, não fui eu, foi a Senhora Presidente que referiu que em 2021 fez um pedido para que a época balnear fosse aberta a 01 de junho, sabe quando é que a piscina de Mirandela abriu nesse ano? Pede para abrir mais cedo, a 01 de junho, às entidades competentes, sabe quando é que a piscina em 2021 abriu, 17 de julho. Nós já podíamos ter tocado neste assunto há mais tempo, porque os atrasos sucessivos da abertura da piscina de Mirandela têm sido recorrentes, calhou este ano e calhou este ano porque, entretanto, iam acontecer os acidentes que podiam ter acontecido no espaço do rio Tua.

Senhor Presidente, a piscina do Parque da Maravilha em 2021, foi o ano que o Senhor Presidente referiu, abriu a 17 de julho, não me parece que esteja ajustado às necessidades de Mirandela, da sua população e em nada abona os serviços que o Senhor Presidente acaba de referir, porque ou não lhe dá ordens a tempo e horas, ou então não sei.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *LUÍS SOARES* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Considerando que a Mesa recebeu do Grupo Municipal do PSD um voto de Louvor, que passamos a realizar a sua leitura:

“Voto de Louvor

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em sessão ordinária no dia 27 de junho de 2025, delibere aprovar um voto de louvor ao treinador *Rui Borges* e ao analista *José Pedro Meireles*, ambos naturais do concelho de Mirandela, pela extraordinária conquista do bi-Campeonato Nacional de futebol e da Taça de Portugal.

Estes feitos desportivos, alcançados ao mais alto nível competitivo, são testemunho do profissionalismo, da competência técnica e do espírito de liderança de *Rui Borges*, bem como da visão estratégica e rigor analítico de *José Pedro Meireles*, cuja colaboração tem sido fundamental no sucesso da equipa.

A sua dedicação, talento e perseverança elevam o nome de Mirandela no panorama desportivo nacional e tornam-se motivo de justo orgulho para todos os mirandenses. Representam também um exemplo inspirador para os jovens da região, demonstrando que é possível sonhar alto, trabalhar com humildade e alcançar a excelência.

A Assembleia Municipal de Mirandela expressa, assim, o seu mais profundo reconhecimento e gratidão a *Rui Borges* e *José Pedro Meireles*, endereçando-lhes calorosos parabéns por estas conquistas históricas que dignificam o nosso concelho.

Deliberação:

Voto de Louvor ao treinador *Rui Borges* e analista *José Pedro Meireles* pela conquista do bi- campeonato nacional de futebol e Taça de Portugal.

Nota: em caso de aprovação recomenda-se o envio deste voto de louvor aos visados.

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 47 votos a favor e um voto contra, aprovar um Voto de Louvor ao treinador *Rui Borges* e ao analista *José Pedro Meireles* pela conquista do bi- campeonato nacional de futebol e Taça de Portugal.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Tenho por princípio na minha vida que não fazemos mais do que aquilo que é nossa obrigação e também tenho como princípio na minha vida, não receber qualquer tipo de condecoração, ou qualquer tipo de homenagem. A minha vida pode ser uma vida muito simples, é verdade e muito humilde, mas não aceito esse tipo de condecorações e por isso acho que haverá muita gente em Mirandela, a fazer muito mais por Mirandela do que um treinador de futebol, como é o caso de empresários.

Eu sei que me estou a expor, mas assumo isso sempre na minha vida, não é só agora, sempre me expus aqui. Haverá temas muito mais importantes, temas muito mais interessantes, temas muito mais valiosos, do que a homenagem, se tirar todo o mérito que teve na verdade e condecoração ao treinador *Rui Borges*.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Na sequência do Voto de Pesar apresentado pela Senhora Segunda Secretária *Patrícia Bernardo*, propomos o Voto de Pesar em honra da memória do Dr. *Strech Monteiro*.

Propomos ao Plenário a aprovação do Voto de Pesar

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

Renan
Boa

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar um Voto de Pesar seguido de um Minuto de Silêncio em honra da memória do Dr. *Strech Monteiro* e dar conhecimento à família do teor deste Voto de Pesar.

----- A Assembleia Municipal associou-se à homenagem ao Dr. *Strech Monteiro*, efetuando um Minuto de Silêncio.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Quanto à intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *Luísa Deimãos*, que fez referência à Assembleia Municipal de Crianças e Jovens, dizer que o Município tem tido e continua a ter sempre muitas ações que são notórias, para quem acompanhe o dia-a-dia para crianças e jovens. Efetivamente não houve essa Assembleia Municipal, o que lamentamos, porque achamos que deve ser uma necessidade que devemos identificar e concretizá-la, porque é a partir das crianças e jovens que se fazem os adultos, que se fazem os movimentos participativos e os movimentos cívicos.

Eu acho que isso é de extrema importância e obrigado por ter trazido aqui esta questão, porque faz todo o sentido. Já houve em tempos e terá que voltar a acontecer, não obstante de todas as ações que sejam feitas à volta deste tema, a Senhora Professora como alguém ligada à educação, como professora, tem esta sensibilidade, agradeço-lhe imenso ter trazido o tema. Não lhe posso informar porque razão é que este ano não houve, mas irei procurar dar-lhe essa resposta, mas efetivamente também a considero uma lacuna, porque nós neste mandato, no âmbito da Câmara Municipal, promovemos uma simulação de uma Reunião de Câmara com os jovens da EsAct, que substituíram o Executivo, eu acho que isso é necessário e importante, para amanhã termos aqui alguém que nos substitua e que dê continuidade a este projeto. Obrigado pela sua intervenção.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, tenho que lhe dizer Senhor Deputado, o Chefe de Gabinete não está mandatado por mim para coisa nenhuma, para este efeito na Assembleia Municipal, ele está aqui na qualidade de Presidente de Junta, decidiu fazer a sua intervenção por livre iniciativa, não está de forma alguma mandatado, ou orientado no sentido de vir aqui trazer assuntos que o Executivo nomeadamente, eu, lhe tenha dado alguma informação para o fazer. Isso está completamente fora de questão e o Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, se bem me conhece, sabe perfeitamente que não sou pessoa para fazer esse tipo de coisas, é de livre iniciativa, que entendeu o nosso Chefe de Gabinete, neste caso concreto o nosso Presidente de Junta fazer a intervenção e é assim que efetivamente acontece.

Eu aproveitaria já para falar do tema Chefe de Gabinete, por uma razão muito simples, ele foi nomeado Chefe de Gabinete, porque já era Adjunto da Senhora Presidente, quando eu assumi estas funções, pelas razões que sabem, dispensei comentá-las e então nós, como Executivo em Regime de Permanência éramos quatro pessoas, um Presidente e três Vereadores, na impossibilidade de nomearmos um novo Vereador com funções, até porque teria aqui uma questão muito pertinente, que era a integração de todos os projetos, seria um pouco extemporâneo, como forma de ultrapassar isso nomeamos o Senhor Dr. *Eurico Carrapatoso* como Chefe de Gabinete, com competências também de poder ajudar. Isso são ganhos em termos de gestão, até sob o ponto de vista orçamental, com muito mais impacto do que o que teria, se fosse nomeado um Vereador em Regime de Permanência com um vencimento, em termos de gestão financeira tem essa particularidade, fica para o erário público muito mais económico, se me permitem a expressão, termos aqui um Chefe de Gabinete que efetivamente viu aqui um *upgrade* no seu salário, mas também viu um *upgrade* nas suas funções, nas suas responsabilidades, no seu trabalho.

Foi esta decisão de gestão pura que presidiu a tomada de decisão, não foi qualquer outra. Tínhamos a indicação, da questão da incompatibilidade que está a ser levantada, já devia ter sido levantada em novembro de 2024, não há alteração da incompatibilidade relativamente a Adjunto, ou a Chefe de Gabinete, a incompatibilidade é a mesma, ou seja, não há incompatibilidade por aquilo que é dito, por aquilo que foi observado e por aquilo que foi obtido junto de entidades que têm competências nessa matéria portanto, não há ilegalidade nesse termo e então o Adjunto passou a Chefe de Gabinete, pelas razões que já apresentei e não por quaisquer outras.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Guedes*, dar-lhe os parabéns pela intervenção, é muito importante percebermos que as pessoas têm de ser esclarecidas e fez aqui uma intervenção onde falou do papel e da importância das Extratoras e dos seus benefícios, mas também nunca podemos deixar de por em causa as questões, apesar de fazerem falta, não podem ser um elemento perturbador daquilo que é o nosso bem-estar. Agradeço-lhe a oportunidade, tanto que neste dia muito se falou das Extratoras por muitos dos Senhores Deputados, mas agradeço-lhe ter trazido este tema para aqui, porque de facto contribuiu para o aumento do esclarecimento.

Em relação à questão colocada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, fez aqui uma dissertação do que é a dificuldade da vida, a questão dos trabalhadores, a precariedade, todas essas questões às quais já nos habituou e com as quais nós concordamos, percebemos que há aqui questões que nós devemos todos contribuir, cada um de nós individualmente e coletivamente em todos os aspetos, quer seja da vida privada, quer seja da vida pública, para contribuir para que haja um maior desenvolvimento, para que as pessoas possam ter uma vida mais aceitável, de acordo com aquilo que são os seus direitos.

Levantou aqui uma questão de âmbito nacional, mas que nós também transportamos, dentro daquilo que são os nossos preceitos de atuação, também a transportaremos para as questões do nosso Município e agradecer-lhe sempre essa preocupação que tem tido com os trabalhadores, que são a força motriz, a força viva da nossa sociedade. Reconheço-lhe esse trabalho, esse empenho na defesa de sempre trazer aqui questões muito pertinentes nesse aspeto e mais uma vez agradecer-lhe a forma frontal e muito sincera com que aborda estas questões.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, relativamente à questão da nomeação do Chefe de Gabinete já respondi, a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia *Eurico Carrapatoso*, é da responsabilidade dele, porque ele está aqui nessa função, não está noutra, quanto à nomeação já justifiquei e não tem outra justificação que não essa e reconhecendo-lhe competências para estar a desempenhar esse trabalho.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Pires*, é sempre um gosto, estava à espera que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *Fernanda Guerra* pudesse ter tido uma intervenção dessa natureza, mas “delegou” no Senhor Deputado *Carlos Pires*, digo isto porque esta semana tive uma reunião com a Senhora Presidente e a Senhora Presidente

Renan
Beça

está ao corrente destas situações que levantou aqui, ou “delegou”, ou não lhe deu conhecimento. A questão de Vilar de Ouro, efetivamente a obra não está concluída, as questões que levantou são de pertinência premente, temos que garantir todas estas questões, há-de estar concluída e penso que irá responder a todas as questões que levantou aqui, de qualquer forma saúdo com muita satisfação essa preocupação e sobretudo ter reconhecido que efetivamente e finalmente a obra está a ser uma realidade.

Relativamente à questão de São Pedro Velho e Vale das Fontes, isto leva-nos para uma questão muito importante que ainda ontem na CIM-TTM, numa reunião extraordinária, em que debatemos questões relacionadas com o território na sua globalidade, falamos lá nesta questão de termos aqui ligações mais estreitas entre uns concelhos e outros para podermos resolver assuntos que são comuns às populações. Obrigado por ter trazido essa questão e são sempre muito pertinentes as suas intervenções.

Quanto à estrada que liga São Pedro Velho à Bouça, há lá uma intervenção que é da responsabilidade das Águas do Norte, como sabe e nós estamos atentos, obrigado por alertar isso, mas estamos atentos para que a estrada não fique esburacada., que não fique remendada, que fique como um bloco, que seja substituído o tapete todo. Em relação ao parque das merendas de Torre de Dona Chama, Freguesia de São Pedro Velho, a questão tem a ver com o facto de nós estarmos ali na presença da Ponte da Pedra, a Ponte da Pedra que é um monumento nacional, mas que se integra numa Estrada Nacional, cuja responsabilidade de manutenção é da IP a quem nós todos os anos repetidamente lançamos o Aviso, lançamos o alerta de poder ser intervencionada. Paralelamente a isso, quando foi feito o projeto para a passagem da energia, não tiveram em conta que era um monumento nacional, tivemos que alterar o projeto, pedir um Parecer à CCDR-N Cultura que nos desse autorização para alterar o projeto.

Hoje a energia elétrica já é uma realidade, como também tivemos uma questão relacionada com o empreiteiro, que abandonou a obra, já está adjudicada a um novo empreiteiro, que há-de concluir a obra nos próximos dias e para nós cada dia e cada hora é algo que funciona contra a população e contra nós, decisores, porque vemos uma decisão, um compromisso que vemos adiado e com os quais somos alheios, porque não conseguimos controlar essas questões dos empreiteiros e da falta de recursos humanos sobretudo, que obrigam muitas vezes a deixar concursos vazios, a protelar a obra, a pedir o alargamento dos prazos de execução e assim sucessivamente e de facto concordar consigo, que a praia para ser praia tem que ter água e para ter água não há outra forma senão ter um açude, que já teve uma candidatura e que agora está numa fase mais evoluída.

Queremos ir muito além de ser apenas um parque de merendas, como é nosso desejo. Eu sei que o Senhor Deputado *Carlos Pires* tem sempre uma atitude proativa nestas coisas e muito positiva e é importante que todos nós a tenhamos e parece-me que tem havido hoje uma forma proativa de estarmos aqui nesta Assembleia Municipal e de tentarmos resolver os problemas.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, as palavras com que eu fiquei foram, a lucidez, a serenidade, a liberdade, eu acho que são palavras sábias, são palavras que muito mais que as pronunciar, devemos praticá-las e praticá-las de uma forma mais ampla, mais abrangente, muitas das vezes saímos da nossa própria bolha e alargarmos. A lucidez tem que ser uma lucidez coletiva, a serenidade coletiva e a liberdade individual também não podem colidir com liberdades coletivas, sem entrarmos aqui em questões filosóficas, mas gostei muito da intervenção, revejo-me nela em muitos aspetos e agradecer-lhe a forma sempre de alto nível das suas intervenções que tem aqui conosco. Obrigada Senhor Deputado *Agostinho Beça*.

Responder ao Senhor Deputado *Emanuel Batista*, o Senhor Deputado esteve no último Conselho Municipal de Agricultura, onde já tinha ouvido da minha voz o que é que se passava com as Extratoras, fico contente pela intervenção que fez, no entanto, quando pergunta o que é que foi feito desde 2017, dizer-lhe que foram feitas muitas coisas. Nós temos tido maior controlo, temos tido reuniões com as entidades, as coisas estão a acontecer, vão acontecer, não quando nós queremos, mas o que está a acontecer já, estes Programas, estas Candidaturas que estão a ser feitas, estas obras, estes compromissos que têm, resultaram de uma ação que o Município desenvolveu juntamente com as entidades, como já referi, para que isso pudesse ser uma realidade, porque se não fizéssemos isso acho que ainda estaríamos no início, não, já estamos numa fase mais adiante, com questões aprovadas, com situações que vão dar resposta e aqui é como São Tomé, eu tomo essa posição também, não chegam boas palavras, não chegam boas intenções, temos que ver na prática o que vai acontecer.

Nós vamos promover uma reunião com todas as entidades com competências na matéria e vamos reunir de novo, para ver efetivamente e muito mais de termos um documento escrito, porque já temos documentos escritos, porque já a Aucama e a Mirabaga enviaram para o Município, o Município já enviou para as entidades competentes qual é que é o ponto de situação, mas é preciso acompanhar, perceber que não passa de intenções, mas que haja ações concretas no terreno, que isso é que importa e isso é que vai ter impacto na vida das pessoas. Obrigado por ter corrigido aqui uma intervenção anterior, sobre a questão legal legislativa o facto de ser considerado um resíduo produzido, mas ser agora um subproduto, que até essa questão própria também permitiu que pudesse haver candidaturas, porque enquanto era considerado um resíduo ninguém financiava um projeto de uma entidade que produzisse resíduos, a partir do momento em que a legislação foi alterada, que de resíduo passou a ser subproduto, passou a ter enquadramento para poder ser candidatado a projetos que possam vir aqui a responder a questões ambientais.

Agradeço imenso por isso, mas também dizer-lhe que efetivamente referiu-se aqui a um evento para a promoção dos vinhos do nosso concelho, mas para dizer que também temos em Mirandela para a fileira do azeite a promoção Terras do Olival, através de um projeto Almas do Azeite, em que temos feito promoções em Feiras, temos feito também uma coisa que disse e que eu gostei muito de ouvir que foi, muitas pessoas que estão aqui, que não conhecem, que não fazem a distinção entre o azeite virgem e os outros azeites, efetivamente temos feito, juntamente com associações, provas, cursos de provas de azeite para potenciar, para que as pessoas possam conhecer e possam distinguir, porque o nosso azeite aqui no nosso concelho tem que ser promovido pela diferenciação e nós entendemos que diferenciação é qualidade e para ser qualidade nós temos que conhecer a qualidade, se eu não souber qual é que é a diferença, se eu não conhecer o produto, eu não o consigo diferenciar.

Temos feito esse trabalho e temos feito um trabalho muito profícuo, porque nessas formações têm vindo pessoas de quase todo o país, mas temos que continuar e replicar e efetivamente temos que continuar a promover tudo aquilo que são os nossos produtos endógenos. Agradecer a intervenção, gostei muito e é muito bom que não nos esqueçamos que somos um território que tem essencialmente produção agrícola e é bom que tenhamos todos a noção que temos que olhar para esse bem, que é a agricultura no seu todo e a pecuária.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *André Geraldo*, dizer-lhe que quase me dá a sensação que o *André Geraldo* tem estado a acompanhar as reuniões que temos tido com a AIN – Complexo Agro-Industrial do Nordeste e o MIC – Matadouro Industrial do Cachão, porque aquilo que o Senhor Deputado apresentou aqui, como

Renan
Bete

as questões de abater os suínos no MIC, ele apresentou as questões todas, ele falou tudo, é fácil para mim estar aqui a dar essa resposta, porque efetivamente o Matadouro está direcionado e temos uma caldeira que tem custos, tem gastos de aquecimento elevados em termos de energia, que nós temos que reequacionar, temos que redimensionar para que possamos dar essa resposta. Porque não faz sentido termos aqui por exemplo, a indústria das alheiras e a matança dos suínos ir acontecer noutros lados, eu acho que isto é um assunto que nos preocupa a todos e nós temos feito algum trabalho no sentido redimensionar e temos já provas da das no terreno do que estamos a fazer, para manter esse Matadouro, mas também não o podemos manter a qualquer custo, tem que ser reequacionado para darmos aqui alguma resposta, quer aos produtores de suínos, quer aqueles que têm necessidade de abate de suínos, quer também dos ovinos e dos pequenos ruminantes.

Relativamente à Estrada Municipal 578, esta é uma estrada que nós em tempo vimos que havia aqui duas velocidades, nós temos feito um pedido, porque achamos que esta estrada nunca deveria ter sido desclassificada e nós queremos reclassificar essa estrada, nós temos que continuar este trabalho, porque é uma estrada intermunicipal e sendo intermunicipal não poderia ser considerada municipal.

Há aqui uma lacuna que é a ligação de Mirandela ao IP2, efetivamente essa não aconteceu, mas o que é facto é que essa estrada é muito utilizada e nós temos que continuar a fazer a reclassificação, porque se não fizermos a requalificação vai cair sobre o Município mais um encargo e hoje temos muitos encargos e temos que perceber que há necessidade dessa requalificação imperiosa pela ligação ao IP2, mas também para que seja menos um encargo à responsabilidade da Câmara Municipal.

O Senhor Deputado *Hernâni Moutinho* também teve aqui uma intervenção, agradecer imenso as considerações que fez à Mesa, com uma atitude elevada e agradecer-lhe a forma, que aprecio muito de intervenção, quer à anterior Mesa, quer os votos para a nova Mesa, para que continue esse trabalho. Obrigado por essa consideração.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, relativamente ao fumo das Extratoras, tenho aqui várias chamadas do Dr. *Paulo Ramalho*, Vice-Presidente da CCDDR-N, penso que já terá alguma informação para nos dar, parece-me que já haverá alguma novidade e sim, é obrigatório tornarmos público o relatório, é indispensável que assim seja para ficarmos um pouco tranquilos, ou não, ou mais preocupados, em função do resultado do relatório e sim, envolver sempre quem tem competência na matéria que é a Delegação de Saúde, com quem tivemos uma reunião neste semana.

Relativamente à questão colocada sobre o Protocolo das Festas da Cidade e de Nossa Senhora do Amparo, elas vão acontecer, o Protocolo não foi renunciado, o Protocolo é o mesmo para 2025. É um Protocolo tripartido com três entidades, a Confraria de Nossa Senhora do Amparo, a Junta de Freguesia de Mirandela e a Câmara Municipal, nos mesmos moldes, vai acontecer igual, não há aqui novidade nenhuma quanto à questão protocolar.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *Arménio Vaz*, confirmo tudo quanto o Senhor Presidente da União de Freguesias disse, falou aqui na questão do edifício do lagar no Navalho, que efetivamente confirmo como tal, acho aquele lagar extraordinário e outro também em Vale de Lobo, que devem ser extensões do MOA – Museu da Oliveira e do Azeite e devem ser englobados no projeto Alma do Azeite, em que temos que ter esses equipamentos para levar as pessoas que vêm aqui ao MOA, levá-las também às Freguesias e até também colaborarem no projeto que se chama, Calcorrear por Terras de Olival, não fosse Mirandela um concelho de terras do olival.

Nós estamos à procura de questões de enquadramento em Avisos, nós não temos capitais próprios para fazer tudo, é uma pena cada dia que passe, cada dia que não é feito nada, mas confirmo essa vontade, essa necessidade e há-de acontecer e sim, confirmo que essa é uma intensão, é uma vontade e é uma necessidade.

Relativamente à questão da sanidade animal, tivemos na semana passada uma reunião no âmbito do Conselho Municipal de Agricultura, onde foi apresentada lá uma proposta que previa aumentar o apoio para os pequenos ruminantes, para os bovinos e também questões de sanidade, essa “deliberação” vai ser proposta à Câmara Municipal e a Câmara Municipal irá acolher naquilo que é o seu orçamento, essa proposta para melhorar o apoio aos pequenos ruminantes e aos bovinos, com uma majoração de 50 % naquilo que são as raças autóctones.

Em relação ao saneamento do Carvalhal e da Palorca, dizer-lhe Senhor Presidente, o saneamento do Carvalhal não inicia já, ele está cabimentado, tem projeto, porque o concurso ficou vazio, se tivesse tido concorrentes estaríamos hoje a dar aqui os parabéns ao Carvalhal por já estarmos na execução. A obra está cabimentada, está identificado o âmbito do Portugal 2030 e isso é uma realidade, não sei quem é que o vai fazer, a nossa intenção era que começasse o mais breve possível, porque esse não é o seu compromisso, é o meu compromisso.

Esta questão do Carvalhal e da Palorca, estão os projetos identificados e cabimentados, isto quer dizer que temos 500 mil euros que estão sob reserva para o investimento na União de Freguesias. Dizer que não fizemos nada parece-me que é extrapolar um pouco, mas a verdade é que esta é uma realidade, o concurso ficou vazio a agora vamos ter que aumentar o valor para o tornar mais apetecível, para ver se alguma empresa pode fazer esse trabalho.

Quanto à questão da instalação elétrica, penso que terá reunido com o Engenheiro *Paulo Verdelho* e o Engenheiro *Paulo Verdelho* imediatamente submeteu à E-REDES um pedido para nos enviarem um orçamento para nós fazermos esse trabalho.

Relativamente à estrada dos Avidagos, também confirmo que estivemos lá na presença do Engenheiro *Luís Vinhais* e do Engenheiro *Luís Beleza*, efetivamente ainda não foi possível, mas também devo-lhe dizer Senhor Presidente, eu acho que quando fez a obra se tinha dito à Câmara Municipal de Mirandela para fazermos um projeto antes de ter feito o alargamento por sua iniciativa, se calhar o problema podia estar resolvido, isto é, eu não fujo às responsabilidades, o Executivo não foge às responsabilidades, mas também temos que ver que algumas vezes nós também temos alguma responsabilidade sobre as coisas, isto é resumidamente, aquilo que disse em relação à intervenção zero na sua União de Freguesias, não corresponde à verdade por tudo o que já elenquei e espero que brevemente tenha a oportunidade de dizer outra coisa, que é aquilo que desejamos para bem da população. Obrigada por trazer aqui as suas preocupações e, porque dá-nos oportunidade de esclarecermos e de mostrarmos a todos qual é a nossa forma de trabalhar.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, agradecer-lhe este momento que é sempre interessante e necessário nós honrarmos aqueles que são proeminentes e o Dr. *Sirech Monteiro* assim o foi, teve uma intervenção na sociedade muito importante e acho que foi meritório e de reconhecimento esta intervenção.

Rena
Borges

Da mesma forma associar-me ao Voto de Louvor que foi proposto para o nosso treinador mirandense *Rui Borges* e para o nosso analista mirandense José Pedro Meireles, associar-me aqui também e ficar muito satisfeito pelos seus êxitos e por terem falado neles aqui, porque efetivamente têm sido embaixadores de Mirandela, provavelmente nos últimos tempos nunca se falou tanto em Mirandela a nível nacional por essa via muito positiva e que nos deixa muito orgulhosos a todos, tomáramos nós termos muitos *Rui Borges* e muitos *José Pedro Meireles* e que levassem Mirandela aos quatro cantos do mundo e serão sempre embaixadores, reconhecer e agradecer a quem fez a proposta.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, relativamente às Extratoras, é um assunto que já foi falado, apenas uma nota, o facto de não termos dado uma explicação há mais tempo foi porque estávamos à espera de ter informação mais precisa para podermos tranquilizar, ou não da questão da qualidade do ar que respiramos, mas teve a ver só com isso e não por outro fator qualquer que fosse de esconder o que quer que seja, antes pelo contrário, somos muito claros, muito transparentes.

Quanto à questão da falta de água em Vale de Asnes, aconteceu uma falta de água pontual porque Vala de Asnes já está ligado às Águas do Norte, tal como Cedães e Cedáinhos, só que para Vale de Asnes é necessário a água ser bombada para o depósito, pois não consegue ir por gravidade e esta aqui é alguma fragilidade que é, no momento que a bomba falhou, quando houve uma trovoadas a bomba não acionou e por isso a falta de água no depósito, mas foi uma situação pontual e ainda bem que deixaram de ser regulares e passou a ser pontual, mas não deixou de ser uma falta de água.

Em relação à Piscina Municipal e da época balnear, acho que há aqui uma confusão, a época balnear é época balnear no seu todo, quando dizemos época balnear referimo-nos também às praias fluviais e também à Piscina Municipal. A Piscina Municipal de Mirandela tem algumas fragilidades, que importa todos os anos nós fazermos ali intervenções e é nesse âmbito que a Piscina Municipal não tem aberto mais cedo, porque tem havido sempre necessidades de fazer intervenções. Por uma questão de termos aqui alguma prevenção para que tudo corra bem, abrimos sempre no dia 01 de julho, sem prejuízo da época balnear no seu geral abrir no dia 01 de junho e a Câmara Municipal ter pedido a abertura da época balnear para o dia 01 de junho, mas não era referente à Piscina.

A Piscina Municipal tem um enquadramento e a época balnear no seu todo tem outro enquadramento, a Piscina Municipal sempre esteve prevista para 01 de julho, pelas razões que já informei, estamos inclusivamente e já não é de agora, a tentar percebermos que devemos deslocalizar aquela piscina para o terreno por cima, estamos em negociações com a CCDR-N, que agora é quem tem essa competência, porque terminou o prazo de concessão daquela área, para que possamos deslocalizar o Parque de Campismo da zona baixa para a zona mais alta, porque normalmente vem uma tempestade e havia sempre inundações, era um prejuízo enorme, que nos obrigava a fazer obras de novo. Efetivamente a Piscina já tem alguns anos e Mirandela merece que seja requalificada e que seja deslocalizada para uma área mais alta.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o seguinte, em primeiro lugar queria chamar aqui a atenção, porque acho que deve andar uma confusão na cabeça dele, porque Senhor Presidente não tem que responder, quando nem sequer lhe fazem perguntas, há aqui intervenções que o Senhor Presidente não tem que comentar, nem responder, parece que até estamos a ser avaliados todos, se acha bem, se não acha, se agradece, se não agradece, aliás, a resposta que ele deu à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, nessa dita reunião, que não tinha que comentar, nem tinha que falar nela, agradece precisamente a intervenção dele.

Agora comentou aqui uma Proposta de um Minuto de Silêncio, isto não tem que fazer, na minha opinião, acho que não tem que comentar estas situação, agora, quando lhe fazem perguntas sim, deve responder. O pedido de esclarecimento é este, como é que o Senhor Presidente, nomeando um Chefe de Gabinete pode separar, ou querer que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, pode separar o cargo de Chefe de Gabinete do de Presidente da Junta de Freguesia de Alvites que está aqui, por acaso não acontece isso, mas se ele é o Chefe de Gabinete podia-o solicitar para o assessorar neste seu trabalho das respostas aos Senhores Deputados, por exemplo, noutros locais acontece isso. É por isso que é difícil e é por isso que eu digo, que pode não haver incompatibilidade legal, isso é um caso ainda a ver, mas há uma incompatibilidade em termos de observância e de cumplicidade entre os dois, isso é lógico, isso é uma coisa que não se pode separar.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, sobre a Piscina Municipal da Maravilha a Câmara, volvidos oito anos de Executivo PS, não temos andado nada bem, dei-lhe o exemplo de que em 2021, a Piscina Municipal abriu a 17 de julho, tem sido sempre à pressa e agora acaba de dizer que ainda vai entrar em negociações sobre aquele terreno anexo em frente ao Parque de Campismo, com a CCDR-N para eventualmente no futuro, ser deslocalizada para lá a piscina e o Parque de Campismo? Eu tinha a ideia que esse assunto já estava fechado. Porque eu participei numa cerimónia há bastante tempo, onde esteve cá o Senhor Ministro da Agricultura de então e que protocolou com a Câmara Municipal a cedência desse terreno ao abrigo de uma lei de comodato. Esse terreno está tudo tratado, ou vai ser a Câmara que vai diligenciar novamente a captação desse terreno agora para a Câmara e eventualmente futuramente nascerá aí um novo projeto?

É que aquele equipamento que ali está, quer a Piscina Municipal, quer o Parque de Campismo, tem andado muito devagarinho e não vislumbro em nenhum programa eleitoral dos últimos anos, que alguém queira acrescentar ali alguma coisa e acho que era importante, por todas as razões e mais algumas, até porque há um documento que vamos discutir a seguir, que obrigaria o Município, em tempo útil, oferecer as melhores condições para os nossos jovens e aos mirandenses em geral, mas fale-me se faz o favor sobre aquele terreno anexo, se está devidamente protocolado com a Câmara Municipal a cedência para a Câmara poder executar lá obra, ou ainda vai discutir a título definitivo, ao abrigo de alguma lei de comodato com a CCDR-N? É que aquele espaço já está a ser ocupado por autocaravanas que ali estacionam durante o ano, penso eu, que com autorização da Câmara e não com autorização da CCDR-N.

Renan
Boa

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, não tenho mais nada a acrescentar, acho que na minha intervenção disse tudo, são questões de interpretação, as interpretações podemos ter aquelas que cada um quiser e entendermos, agradecer o facto de ter ficado com essa dúvida e ter voltado a questionar, mas acho que já tinha respondido antes.

Quanto à questão que colocou o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, elas estão a ser ocupadas porque o Protocolo termina em 2025. Daquilo que nós temos conhecimento, há um conjunto de intenções, mas que não passa disso, é preciso pormos o preto no branco, porque o que tem acontecido muitas das vezes é, fala-se, reunimos, mas não há nada escrito, só intenções e por aquilo que já me chegou, nem será já da competência da CCDDR-N, será outro organismo que também tem que se pronunciar nomeadamente, o Ministério das Finanças relativamente a esse tema.

Nós temos que esclarecer muito bem, porque nós temos projetos para fazermos onde não é exequível não pode ser, a primeira coisa a fazermos é garantir a titularidade, garantir que nós podemos efetivamente fazer, por isso nós vamos ter que esclarecer muito bem em que condições é que podemos ir, porque um dos primeiros documentos que é pedido quando se submete uma candidatura é o registo de titularidade, tem a ver com isso. Portanto, não vale a pena andarmos aqui a criar castelos no ar se nós não tivermos a base feita e eu gosto de fazer bases, gosto de perceber para onde é que vamos, passos seguros.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu aproveitava este Ponto, que é exatamente a Informação que o Senhor Presidente nos dá, analisando os documentos, aliás, como eu analiso, os Senhores Deputados também analisam e vamos percebendo que em algumas coisas há uma repetição e eu acredito que possa haver, porque tem a ver exatamente que não há mais nada para falar a não ser aquilo que vai acontecendo no nosso dia-a-dia, é perfeitamente normal, ninguém pede que sejamos mais proativos do que aquilo que devemos ser.

Não posso deixar de questionar o Senhor Presidente e eu vou falar na questão do Programa 1.º Direito, Senhor Presidente, o PCP e a CDU no dia 02 de abril de 2025, dirigiu uma pergunta à Câmara Municipal em que o assunto é a aquisição de imóveis para a implementação de projetos no âmbito do investimento RE-CO2-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e na nossa pergunta Senhor Presidente e eu vou passar a enunciá-la aqui, porque não tive oportunidade de receber uma resposta da Câmara Municipal, uma pergunta que foi feita no dia 02 de abril de 2025 e então Senhor Presidente, vou passar a discriminar aquilo que nós perguntamos:

“Em setembro de 2022 foi aprovado o procedimento designado por “Oferta pública de aquisição de imóveis para implementação de projetos no âmbito do investimento re-CO2-i01 - programa de apoio ao acesso à habitação - aviso de publicitação n.º 01/CO2-i01/2021 - componente 02 - habitação”, cujo objeto consistia na aquisição de frações ou terrenos, de acordo com a tipologia na presente proposta, destinadas a, no seio do programa “1.º Direito”, promovido no âmbito do Investimento RE-CO2-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação do Plano de Recuperação e Resiliência, para serem reabilitadas ou construídas e posteriormente arrendadas aos beneficiários que cumpram os requisitos definidos para tal, nos termos e condições melhor plasmados no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação, na Portaria 230/2018, de 17 de agosto, na sua atual redação, no Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, na Portaria n.º 138-C/2021, de 30 de junho e, bem assim, no Aviso de Publicitação n.º 01/CO2-01/2021 - Componente 02 - Habitação - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Em acordo com o que foi tornado público, enquadrada na Estratégia Local de Habitação, e no âmbito do Programa 1.º Direito, o Município Mirandela pretendia àquela data adquirir, nos quatro anos seguintes, 97 imóveis destinados à habitação a custos controlados e como forma promotora da reabilitação urbana do concelho. Tratava-se de uma medida com um anunciado investimento estimado em cerca de 4,7 milhões de euros com vista à criação/reabilitação de imóveis de tipologia T0, T1, T2, T3 e T4.

Considerando que, são competências da Assembleia Municipal e por inerência dos seus Membros a apreciação e fiscalização sobre assuntos de interesse para o Município.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea a) e d) do nº2 do artigo 25º da lei 75/2013, solicitamos à Senhora Presidente da Câmara Municipal os seguintes esclarecimentos: Em que ponto se encontra este investimento? Quantas propostas de venda foram apresentadas aos serviços? E quantas destas foram concretizadas? Quantos imóveis se encontram já em fase de construção/reabilitação?

Estas foram as perguntas e eu antes de continuar a fazer a minha intervenção, Senhora Presidente, vou-me retirar e aguardar pela resposta do Senhor Presidente.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu estive a ver na Informação do Senhor Presidente no Ponto 1.2 relativamente às Juntas de Freguesia e pensei que vinha lá mencionada a atribuição de subsídios e não aparece nada, isto porque eu vi uma publicação do caríssimo amigo *Eurico*



Carrapatoso Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, que passo a citar: “*Júlia Rodrigues* liderou o Executivo que atribuiu a todas as Freguesias cerca de 30 mil euros anuais para o respetivo Executivo, para promoção do território”.

A Freguesia de Frechas não recebeu, nem recebe, nem de longe, nem de perto o valor referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, se assim for, estarão a ser Freguesias discriminadas, o que é inadmissível.

Tendo estado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites a exercer funções de Adjunto e agora como Chefe de Gabinete do Senhor Presidente, certamente teria alguma informação privilegiada, que eu desconheço.

Questiono o Senhor Presidente *Vitor Correia*, peço, por favor, que esclareça esta Assembleia sobre a afirmação, se os valores que referiu o seu Chefe de Gabinete correspondem à verdade, ou não, porque a Junta de Freguesia de Frechas não o recebe.

Outra questão, tinha questionado o Senhor Vice-Presidente na última Assembleia Municipal e também não vi qualquer informação relativamente à DGAL, aos pagamentos a fornecedores que mencionou a 30 dias. Pedi-lhe o primeiro trimestre de 2025 e efetivamente não aparece nada. Tenho aqui o mapa da DGAL, estive a pesquisar na DGAL e não aparece, só há dez Municípios que têm o pagamento com mais de 60 dias e no mapa da DGAL a Câmara Municipal de Mirandela não aparece por falta de informação, estamos no segundo trimestre e a DGAL não tem qualquer informação. Deve haver aqui algum interesse certamente, para não mandarem essa informação, assim não sabemos se é de mais de 60 dias, ou se é de menos 60 dias. Eu tenho aqui o mapa da DGAL tirado ontem e diz que a Câmara de Mirandela não fornece qualquer informação há seis meses, está aqui, é público. Se diz que não, faça o favor de o mostrar.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, é sempre bom trocarmos opiniões, de qualquer maneira quanto ao saneamento do Carvalhal e da Palorca, quando deixamos obras para o último ano do mandato, temos que ter consciência que os empreiteiros querem sempre ganhar muito mais e portanto, ao lançarem essa obra deveriam ter lançado a obra com mais valor que era para os empreiteiros adjudicarem a obra, se a obra for por pouco valor claro que ninguém lhe pega e quando nós não queremos fazer a obra certamente, lançamos a obra com pouco valor e aí ninguém lhe pega.

Quanto às outras obras que eu referi, obviamente que eu tive que me antecipar à Câmara Municipal em algumas delas, porque se não corria o risco de chegar ao fim do mandato e não apresentar obra nenhuma na minha União de Freguesias e eu como não gosto disso, antecipei-me arranjando o terreno para o alargamento da entrada dos Avidagos, calcetando essa rua tudo por conta da Junta de Freguesia portanto, a Câmara Municipal o que ficou de fazer, era uma intervenção fácil e barata e que V.ª Ex.ª podia ter e que realmente comprovou que era verdade, podia ter feito isso há muito mais tempo e espero que ainda consiga fazê-lo até ao fim do mandato. Quanto ao parque infantil, espero que isso também seja uma realidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Dizer que é interessante vir só intervir nesta altura do dia, porque avançamos aqui já um bocadinho numa espécie de Assembleia de toca e foge, isto hoje faz-me lembrar aquele jogo dos miúdos, em que toca e foge consoante o que interessa, ou seja, tocamos num assunto qualquer que interessa, mas depois fugimos e dizemos que não é bem isso que queremos dizer. Depois tocamos noutro assunto qualquer, mas dizemos atenção que isso é com os tribunais, depois tocamos em outro assunto qualquer e dizemos, calma que isso é com os Ministérios todos e vamos fazendo aqui uma espécie de uma dança, para a qual eu não tenho absolutamente jeito nenhum.

O facto de andarmos aqui há sete anos, pelo menos eu há quase oito anos, faz com que já tenhamos tido várias situações deste género em que a tolerância e eu entendo que nesta altura a tolerância seja pouca, mas em que a tolerância de fazer um preâmbulo de menos de um minuto esteja a incomodar tanto as forças vivas deste triunvirato que aí vem.

Vamos então à Informação escrita, concreta e não aquilo que já foi aqui feito, de estarmos nove minutos a falar sobre outros assuntos, sem nada a ver, mas isso, o Alzheimer de cada um, a cada um lhes diz respeito.

Quero começar por reconhecer a relevância da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela - N.º 3/2025, que espelha um período de intensa atividade municipal entre 12 de abril e 6 de junho de 2025.

Permitam-me destacar, com sentido de responsabilidade institucional, alguns aspetos positivos que merecem o nosso reconhecimento enquanto representantes da população mirandense:

Eficiência na Gestão de Crises. O apagão elétrico de 28 de abril foi um desafio extraordinário, e a resposta da Proteção Civil Municipal revelou organização, prontidão e liderança. A ativação célere do Plano Municipal de Emergência, a gestão da escassez de combustível e a salvaguarda dos serviços essenciais demonstraram maturidade institucional e capacidade operacional.

Dinamismo no Investimento e Desenvolvimento Empresarial

A atuação Municipal, através das Várias divisões em articulação com da Equipa Multidisciplinar de Gestão Integrada de Investimentos (EMGI) deve ser elogiada: Conclusão de todos os projetos do Portugal 2020 (Execução notável); Envio de relatório à Câmara Municipal, referente ao ponto de situação das candidaturas à nova Área de Acolhimento Empresarial, com 24 candidaturas formalizadas e Monitorização ativa do Portugal 2030. Esta fase de candidaturas termina dia 30 de junho.

É notório o esforço coletivo, no impulso à economia local e no apoio ao empreendedorismo; Apoio ao Mundo Rural e à Sustentabilidade. De destacar o trabalho articulada de todas as Divisões e Equipas Multidisciplinares, nomeadamente a Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, nos contributos técnicos sólidos para o setor agrícola, incluindo no Plano Municipal de Ação Climática e no projeto de requalificação do canil municipal. A participação em eventos e a revisão das taxas de pareceres demonstram uma atitude proativa de proximidade com o território rural.

Educação, Ação Social e Juventude, a estabilidade dos serviços escolares, o apoio social contínuo através de diversos instrumentos (SAAS, RSI, 1.º Direito) e os programas para a juventude e população sénior revelam uma aposta clara no bem-estar da

Renan
Boa

comunidade. Destaco os mais de 3,200 mil momentos de enriquecimento curricular previstos, a atividade do projeto JaT-Tua e a adesão ao Município Amigo do Desporto.

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, o SAAS é um serviço de primeira linha de apoio social, integrado na rede de ação social, que visa: Diagnosticar situações de vulnerabilidade social; elaborar e acompanhar planos de intervenção individualizados; encaminhar os munícipes para os recursos adequados (apoios financeiros, habitação, saúde, etc.). Em Mirandela, este serviço é dinamizado com o apoio técnico da Divisão de Desenvolvimento Social, promovendo a proximidade e resposta rápida a quem procura ajuda.

RSI - Rendimento Social de Inserção, o que é: O RSI é um apoio social garantido pelo Estado para assegurar um rendimento mínimo a pessoas e famílias em situação de extrema pobreza ou exclusão social. É composto por duas dimensões: Prestação financeira mensal, calculada com base no rendimento do agregado e Programa de Inserção Social, obrigatório, que define obrigações e objetivos para melhorar a autonomia e inclusão (emprego, educação, saúde, parentalidade, etc.). Em Mirandela: O Município, em articulação com a Segurança Social, acolhe e acompanha os beneficiários, através de equipas técnicas multidisciplinares. A autarquia participa na elaboração dos planos de inserção e na monitorização do cumprimento dos compromissos por parte dos beneficiários. Este programa tem impacto direto no combate à pobreza e na capacitação de famílias vulneráveis, especialmente em meios rurais e zonas urbanas degradadas.

Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, o que é: O 1.º Direito é um programa público nacional, operacionalizado pelo IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), com o objetivo de erradicar situações habitacionais indignas. Destina-se a agregados familiares carenciados, sem acesso a habitação condigna, através de soluções como: Apoio financeiro para compra, arrendamento ou reabilitação de habitação própria; Promoção de habitação social Municipal e Parcerias com IPSS ou entidades privadas para soluções de alojamento.

Em Mirandela, o Município elaborou e está a implementar a Estratégia Local de Habitação, enquadrada no 1.º Direito (várias obras em curso e outras em fase de lançamento de empreitadas). Esta estratégia identifica famílias em situação de carência habitacional e propõe soluções específicas para cada caso. O relatório destaca o acompanhamento regular aos beneficiários, com vista à redução efetiva das situações de exclusão habitacional.

Promoção Cultural e Turística: A dinamização da biblioteca, dos museus e das ações de promoção turística representam um esforço louvável para valorizar a identidade mirandense e atrair visitantes ao nosso território. A ligação à saúde mental, em articulação com a ULS, acrescenta uma vertente humana à atuação municipal.

Saúde Mental- Uma Nova Centralidade nas Políticas Locais: A ligação estabelecida entre o Município de Mirandela e a ULS Trás-os-Montes e Alto Douro, no domínio da saúde mental, representa mais do que uma cooperação institucional: acrescenta uma dimensão profundamente humana à ação municipal.

Num tempo em que os desafios emocionais, sociais e económicos se refletem cada vez mais no bem-estar psicológico das populações, sobretudo das mais vulneráveis, é de realçar que a Câmara Municipal não se limite a infraestruturas e obras visíveis, mas invista também na saúde invisível, silenciosa e tantas vezes desvalorizada: a saúde mental. Esta articulação contribui para: Descentralizar respostas clínicas, aproximando os cuidados dos territórios de baixa densidade; sensibilizar a comunidade, quebrando estigmas associados à saúde psicológica; integrar estratégias de inclusão, apoiando jovens, seniores e famílias em situação de fragilidade emocional.

Transparência e Qualidade na Gestão: A renovação da certificação ISO 9001:2015, acompanhada de auditorias internas, inquéritos de satisfação e ações de formação, reflete uma cultura de melhoria contínua. Estes elementos são sinal claro de que a gestão municipal está atenta à qualidade dos seus serviços.

Por fim, a situação financeira revela equilíbrio e controlo: Com uma dívida global de 8,8 milhões de euros, sendo 7,3 milhões referentes a instituições bancárias e 1,45 milhões a fornecedores, a par de uma execução orçamental prudente para esta fase do ano, com um saldo de tesouraria que permite enfrentar os compromissos imediatos com tranquilidade.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, este documento dá conta de uma governação que, mesmo, ainda, com alguns constrangimentos de recursos humanos demonstra rigor, planeamento e proximidade às necessidades das populações. Como Deputado Municipal, valorizo a transparência na apresentação da informação e incentivo que esta linha de ação prossiga, com abertura à crítica construtiva, mas também com o devido reconhecimento público às boas práticas que têm sido feitas por este Executivo em prol do concelho de Mirandela.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Começo por responder ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, relativamente à questão da Estratégia Local de Habitação, dizer-lhe que já temos executadas 1,9 milhões de euros no projeto da rua *José Bacelar* 194 mil euros, no Bairro do GAT 1,2 milhões de euros, no Vale da Azenha 515 mil euros, umas já concretizadas e outras a concretizar, o GAT e o Bacelar estão concretizadas e as restantes vão passar da Estratégia Local de Habitação para o 1.º Direito, porque como disse e muito bem, elas estavam no âmbito do PRR e o PRR termina a 30 de junho, não foi possível concluir, mas através de uma Resolução do Conselho de Ministros n.º 129 de 2024, que autorizou que o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana assumir encargos financeiros de 2,11 milhões de euros para o Programa 1.º Direito, vão passar para essa componente, vão continuar e temos em projeto de adjudicação mais 15 operações, aquisição e reabilitação mais ou menos no valor de 10 milhões de euros, é previsão que sejam executados 10 milhões de euros, temos a previsão de serem 81 frações.

Relativamente à questão levantada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, ou não estamos a falar da mesma coisa, ou eu não percebi muito bem, porque os últimos dados publicados aqui foram do último trimestre de 2024, efetivamente ainda não temos informação, à data de hoje e já estamos a concluir no dia 30 de junho o 1.º semestre, não temos informação, não obstante nós termos também promovido a consulta para dar essa resposta. Nós temos feito aquilo que é o habitual, que é fornecermos os dados para a DGAL atempadamente todas as informações que temos, suponho que a breve trecho irá estar lá, porque não estamos a esconder nada, nem se pretende esconder, antes pelo contrário, era nossa intenção também nós percebermos



qual é que é a forma transparente com que as pessoas podem ter acesso a esta informação sem estarem aqui a ouvir e sem estarem, às vezes a duvidar do que é dito, não obstante do documento que foi exibido, ainda assim suscitou algumas dúvidas, sabemos e confirmamos que não está ainda publicado, mas não me parece de todo e matéria a confirmar, que seja falta do envio por parte do Município de Mirandela, parece-me que há aqui alguma desatualização.

No que diz respeito à atribuição de subsídios, penso e não estou aqui mais uma vez para defender o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, mas aquilo a que ele se terá referido, no meu entender, será o valor da Bolsa de Materiais, será o valor do Protocolo para apoio ao património e será o apoio do Contrato Interadministrativo, que no caso da Junta de Freguesia de Frechas o somatório destas três parcelas são 30,5 mil euros, penso eu que será isso, mas poderá perguntar-lhe diretamente a ele, se é isso que está em causa. Deixo só esta nota porque se dirigiu a mim e eu estou a responder, isto é o que eu sei que foi para a Junta de Freguesia de Frechas em concreto.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente *Arménio Vaz*, eu fico muito satisfeito com as suas intervenções e congratulo-me com essa pujança económica que tem, para poder contratar obras e dar decurso a elas, isso é um bom sinal. Se calhar é sinal que o valor que o Município está a transferir é bem aplicado. É isso mesmo que se pretende, uma boa gestão. Significa que o dinheiro bem gerido é suficiente, não precisamos de valores extraordinários.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, agradecer-lhe esta referência à Informação que foi dada, ela resulta da Informação que está patente para todos, teve oportunidade de dar esse realce.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, eu não posso ficar mais, não digo surpreendido, mas a sua capacidade de oratória e a sua capacidade de fazer uns desvios, não digo que sejam muito grandes, mas para quem não está dentro da documentação poderá acreditar no que está a falar. Eu estou a falar num investimento de 4,7 milhões de euros. O Senhor Presidente falou em 1,2 milhões de euros, se eu percebi bem, estamos a falar da aquisição de imóveis e vou-lhe falar desta zona específica, estamos a falar da questão da aquisição de imóveis na rua da Portela.

Eu sei que a Câmara criou algumas expetativas a alguns proprietários para a compra desses imóveis, aliás, eu tenho aqui na minha mão, por isso é que eu lhe fiz a pergunta Senhor Presidente, por isso é que lhe vou pedir que responda a esta pergunta por escrito, porque eu não tive tempo de anotar e por isso é que lhe perguntei quantas propostas de venda foram apresentadas aos serviços e quantas destas foram concretizadas? Eu tenho conhecimento e tenho aqui a documentação toda comigo, na rua da Portela temos o projeto aprovado, em que a Câmara Municipal criou expetativas e contratualizou, tenho aqui o contrato, contratualizou com municípios a compra destes edifícios e mais, a Câmara até lhes fez um pagamento de um sinal de 100 euros.

Aquilo que eu lhe perguntava Senhor Presidente é, quantos contratos foram celebrados com estas pessoas, ou melhor, de quantas pessoas é que estamos a falar e eu falo concretamente na rua da Portela, para quem não sabe e é normal, porque eu também não sabia até à altura, a rua da Portela é o Centro Histórico de Mirandela, eu queria saber quantos contratos é que foram feitos e mais Senhor Presidente, espero bem que a caducidade destas contratualizações não acabem e depois a Câmara Municipal tenha que ressarcir essas pessoas dos 100 euros que deu de sinal.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente eu fiquei, por acaso, bem esclarecido, mas explique-me lá, que eu de matemática não percebo nada, tirei a 4.ª classe já de adulto, 5.300,00 euros mais 5.300,00 euros para promover a Freguesia, mais 5.000,00 euros da bolsa de materiais, onde é que vai buscar o outro? O outro vem do FEF, não vem da Câmara. Uma coisa é dizer que o meu pai me dá uma gorjeta, outra coisa é dizer que o Senhor Presidente me dá uma gorjeta. São coisas diferentes, vem do FEF na sequência de uma transferência de competências. É preciso explicar isso às pessoas, vem do FEF na sequência de uma transferência de competências, não vem porque a Câmara nos dá, a Câmara não dá, vem do FEF que inicialmente passava pela Câmara e a Câmara depois transferia para as Juntas e União de Freguesias. agradeço que explique por favor.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Dizer-lhe Senhor Deputado *Jorge Humberto*, vou-lhe responder por escrito, para que não fiquem quaisquer dúvidas e podemos depois dar conhecimento à Assembleia.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, aquilo que eu disse, é aquilo que sabemos, o FEF é uma coisa e depois houve uma transferência de competências em que se abdicou de 50 % do valor do FEF, esses 50 % do valor do FEF, mais a bolsa de materiais, mais a comparticipação para promoção do território, é que faz aquele valor, suponho eu, mas peço-lhe que dirija a palavra a quem a proferiu.

4.2 - Plano Municipal de Ação Climática.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 15/05/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a versão final do Plano Municipal de Ação Climática de Mirandela, bem como o respetivo relatório de ponderação dos resultados da consulta pública, conforme proposto.”



----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Este documento que chega agora é da maior importância para o território, para as pessoas e para os tempos que vivemos, há aqui um *slide* que diz que em 2022, Mirandela teve 42 dias de ondas de calor extremo que condicionou as nossas vidas e mexeu certamente também com as características do nosso território.

Aquilo que aqui está plasmado nas linhas de ação, vai obrigar o Município a novos investimentos, porventura, a modificar muita da tipologia que temos nos nossos jardins, nas nossas estradas, nas nossas casas e nos diferentes setores do turismo, da agricultura e outros setores.

Eu tenho andado a acompanhar alguns investimentos que faz, nomeadamente, a Câmara de Sevilha e a de Paris, na perspetiva de mitigar as elevadas temperaturas que se fazem sentir já nessas cidades e as evidências têm de ser mesmo concretizadas, ao ponto de mitigar as ruas, as artérias, os edifícios, mitigar de certa forma estas elevadas temperaturas que se fazem sentir.

É ao nível das estradas, onde o alcatrão deixa de ser tão preto, para passar a ser cinzento, é ao nível dos paralelos que consagram pequenos intervalos onde a água penetra e de certa maneira retempera as temperaturas durante o dia por forma a facilitar a vida das pessoas.

Este documento que aqui está é da maior importância, eu acho que deve ser levado a sério, se bem que, uma parte significativa do Orçamento vai começar a ser gasto ao abrigo deste documento. Os Fundos Comunitários certamente irão apoiar de forma significativa, mas eu estou muito esperançoso, até porque já passo mal com o calor, confesso que nos dias de verão, com estas temperaturas elevadas afetam-me, levam-me a um esforço acrescido, mas de facto este documento é estratégico, é importante e gostava que o Município fosse vanguardista em relação aos concelhos limítrofes de Mirandela e que voltássemos a ser um exemplo daquilo que fomos no passado, porque houve um Presidente de Câmara, nomeadamente, Dr. *José Gama* que conseguiu alterar significativamente o dia-a-dia dos mirandenses, com jardins, passeios e alguns relvados, que na altura caíram muito bem e que agora temos uma oportunidade que esses espaços continuam a ser espaços de referência, vanguardistas e que novamente, os concelhos limítrofes se voltem a rever na Mirandela, Cidade Jardim.

----- Efetuada a votação e estando 45 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a versão final do Plano Municipal de Ação Climática, bem como o respetivo relatório de ponderação dos resultados da consulta pública.

4.3 - Proposta de Abertura de Procedimento Concursal e Constituição do respetivo Júri.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 29/05/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a abertura de recrutamento de um procedimento concursal para preenchimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau para a Unidade Orgânica de Urbanismo;
- 2 - Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a designação do júri do procedimento concursal para recrutamento do cargo mencionado.”

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar:

- 1 - A abertura de recrutamento de um procedimento concursal para preenchimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau para a Unidade Orgânica de Urbanismo;
- 2 - A designação do júri do procedimento concursal para recrutamento do cargo mencionado.”

4.4 - Conhecimento das alterações efetuadas no Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/06/2025, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Queria apenas questionar efetivamente o Senhor Presidente sobre o que motivou as alterações no documento, para termos também nós o conhecimento do que originou essas alterações.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

O conhecimento da alteração tem a ver com o compromisso e a dotação financeira da IP, tinha que ser feito e pelo Despacho do Ministro Adjunto da Coesão Territorial, portanto, foram essas duas inclusões. É esta a razão pela qual isto acontece.



Mas também é importante esclarecer que o valor inicialmente previsto do projeto era de 370 mil euros, mas o preço médio da adjudicação foi de 220 mil euros. Funcionou aqui o mercado, houve cinco empresas a concorrer, cinco foram convidadas e quatro apresentaram propostas, o valor baixou, houve um ganho efetivo de 150 mil euros.

A decisão sobre a nova fase faz parte do caderno de encargos, esta é uma cooperação com a IP e tem uma assinatura prevista para julho.

Penso que está respondido, tem a ver com estas duas questões, sobretudo o Despacho do Ministro Adjunto da Coesão Territorial e o compromisso financeiro que era necessário que a IP vertesse no Protocolo. Tem a ver com essas duas alterações.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, vou-lhe ser muito franco, eu estou estupefacto, estou estupefacto com o documento que tem a ver com a questão da ação climática e com o facto de esta Assembleia não ter tido uma única questão a colocar sobre esse documento e votaram todos a favor, foi isso que fiquei a saber.

Vou intervir no ponto Outros Assuntos, porque não tive tempo agora, porque pensei que tivessem tido a capacidade de ler o documento e perceber o que estiveram a votar, mas eu lá cheguei, vou ter essa oportunidade de explicar.

Em relação a este ponto, Senhor Presidente, queria só fazer-lhe uma pergunta rápida, em relação a este Protocolo na cláusula nove, "cooperação financeira de obra", diz assim, espero que acompanhem o que vou dizer e que tenham lido também e tenham tido oportunidade de estudar isto, "Após a aprovação do projeto de execução e fixação do valor estimado da empreitada a realizar, a IP poderá e eu sublinho, poderá vir a participar até 85% do valor da obra a realizar...". Eu não assinava este contrato. "Poderá"

Vamos ver o que é que vai dar o "poderá", mas fica claro o que aqui está, poderá, se para tal, "... vier a ser autorizada por um novo Despacho dos Membros do Governo." Nós não sabemos qual será esse Governo e seguramente não sabemos se vai haver cabimento orçamental na altura em que isso lá chegar. Eu acho que isto é muito pouco, isto é um compromisso que não compromete ninguém, isto é uma expectativa. Era só isto que eu queria deixar.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Primeiro, percebermos que, dentro de nove meses, temos o projeto já finalizado. Naturalmente, que o que deixa aqui é que depois, como não sabemos o valor do projeto, não pode haver um compromisso concreto sem um valor, como é que podia estar aqui a dizer que se comprometia com o quê? Com qual valor? Está aqui a falar-se no condicional, poderá, efetivamente, na presença de um valor. Aquilo que há aqui é uma participação prevista para a execução do projeto, depois de sabermos o valor do projeto, aí é que tem de ser submetido e aprovado esse valor.

Parece-me que este é o princípio. Ninguém passa, e desculpem a expressão, um cheque em branco.

E aquilo que o Senhor Deputado *Jorge Humberto* está a fazer é exatamente isso: não passar um cheque em branco para um valor que não sabemos do que se trata. Vamos ver o projeto e em função do projeto, vamos avaliá-lo e submetê-lo a quem de direito, à tutela para que possa ser aprovado.

Estamos convencidos de que este foi um passo muito importante, num vazio que existia, foi um trabalho que foi feito, para que conseguíssemos que esta obra saísse do âmbito municipal e passasse a ter apoio das Infraestruturas de Portugal, porque, inicialmente, havia dúvidas sobre se a ponte seria, ou não uma obrigação do Município e isto tem que ser valorizado.

Este Executivo conseguiu que essa responsabilidade saísse da esfera municipal e passasse para a IP e não estamos aqui a falar de dois euros, estamos a falar de alguns milhões de euros, inclusivamente, nem sabemos ainda qual será a solução, se será reconstruir a ponte existente, ou se será construir uma nova ponte naquele local. Ainda há alguns "se's", mas que nos dão muita força para acreditarmos neste projeto e acreditamos também que as entidades envolvidas são pessoas de boa-fé.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Se me permite, queria primeiro fazer uma questão à Mesa sobre a Ordem dos Trabalhos.

Eu tinha a ideia de que os pedidos de esclarecimento eram só para quem se inscreve para fazer uma intervenção inicial, nesse sentido, ou se faz uma intervenção de seis minutos, ou então os três minutos só pode ser para quem faz a primeira intervenção.

Depois, queria fazer um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente, em função da resposta que me deu, questiono, se existir uma derrapagem orçamental, quem é que assume essa derrapagem? Se 85% é da Administração Central e 15%, ou se é apenas o Executivo que fica com todo esse honorário da derrapagem orçamental?

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Isso não está bem claro no Regimento e tem sido norma as pessoas poderem falar mesmo não se tendo inscrito para intervir no Ponto para efeitos do uso da palavra para pedido de esclarecimento. Tem sido essa a norma.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Só uma questão de português que eu não posso deixar passar, a mim não me importa quanto é que ao IP vai participar e o que é que o projeto vai dar, agora o que a IP pode determinar, já independentemente do valor do projeto, é que a IP participa em 10, 15, 20, 50, 100%, 85%. Poderá, o poderá não é definitivo, é condicional, exatamente.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:



Senhora Presidente, Senhores Deputados.
Efetivamente está lá 85%, até podem ser 100%.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou a palavra para fazer uma interpelação à Mesa:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu não sabia que tínhamos deputados aqui agora a defender a honra da Casa, não sabia, sinceramente não sabia e fiquei deveras sensibilizado por esse preciosismo, esse preciosismo fica-lhe muito bem.

Aquilo que eu interpelava à Mesa Senhora Presidente, é o seguinte, o que diz a cláusula cinco, eu vou voltar a ler com calma, “após a aprovação do projeto...”

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Só um momento, senhor deputado, peço desculpa, está então a fazer uso da palavra para um pedido de esclarecimento e não interpelação à Mesa.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou a palavra para fazer uma interpelação à Mesa:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Para ler o ponto, para não ficarem dúvidas, “o valor estimulado da empreitada a realizar, a IP poderá vir a comparticipar, poderá vir a comparticipar até 85%.”

Portanto, o “poderá”, os 100 % que o Senhor Presidente falou há pouco nunca lá chegará, agora, se chega aos 85%, vamos ver. Era só isso que eu queria dizer.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Eu gostava só de esclarecer que a interpelação à Mesa, é para falar sobre decisões que a Mesa tomou.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Estamos a falar de 85%, se o valor for maior, é 85% desse valor. Os 15% são sempre da responsabilidade do Município, quer seja 15% de 1.000, de 10.000, ou do que for. Parece-me que é claro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.5 - Prestação de Contas Consolidada – 2024 – Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A., Agro- Industrial do Nordeste, EIM, S.A e Resíduos do Nordeste EIM, S.A.;

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/06/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Prestação de Contas Consolidada – 2024 – Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A., Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. e Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção é muito reduzida, até porque nestes últimos oito anos, especialmente nesta altura do ano, onde a Assembleia de junho é dedicada às Contas Consolidadas, os números apresentados em anos anteriores já estão mais do que estudados.

Sabemos perfeitamente que estas empresas, apesar do Metropolitano Ligeiro de Mirandela ter agora um resultado positivo de 17 mil euros, que tem muito a ver com a diminuição de gastos com funcionários, pois a atividade do Metropolitano Ligeiro de Mirandela diminuiu, não me vou prender nos números.

A prova provada é uma, as Câmaras Municipais não estão minimamente vocacionadas para gerir este tipo de equipamentos, aliás, deviam estar fora da alçada da Câmara Municipal, como em tempos existiu uma norma, não sei se ainda está em vigor, para a desanexação destes equipamentos e a entrega a privados.

A questão aqui é esta, volvidos oito anos, o Complexo Agro-Industrial do Nordeste, foi a aposta número um da campanha eleitoral da Dr.^a *Júlia Rodrigues*, até hoje nada de significativo foi feito que alterasse a realidade do Complexo para melhor, pelo contrário, todos os problemas que existiam à data, hoje estão agravados, portanto, a principal bandeira eleitoral da Dr.^a *Júlia Rodrigues* em 2017 já tinha caído por terra, porque deixou de constar como aposta número um nos Orçamentos Municipais que aprovamos ano após ano, a prova disso são estes relatórios, nada foi feito.

Quanto às outras empresas consolidadas, já conhecemos a sua realidade, não é fácil a gestão, mesmo estando na sua alçada e enquanto Vereador e detentor do Pelouro, não vou ser minimamente demagógico, mas há aqui decisões muito importantes que precisam de ser tomadas, sob pena da Câmara Municipal andar ano após ano a suportar todos os encargos,

A Câmara Municipal não pode continuar a suportar todos os encargos, nomeadamente do Matadouro, especialmente tendo em conta os novos equipamentos no distrito, altamente financiados por Fundos Comunitários, este equipamento ter de falir nas mãos da Câmara Municipal por ausência de estratégia e decisões, ainda que difíceis, mas que deviam ser tomadas, portanto, é um discurso cuidadoso.



Não sabemos o dia de amanhã, mas de facto está a obrigar a esta Assembleia e a este Executivo, até porque já existem planos estratégicos delineados, sabemos que os custos, nomeadamente com eletricidade, deitam por terra qualquer ato de gestão, mesmo que bem-intencionado. Estas contas consolidadas deviam obrigar o Executivo e outras entidades parceiras, a tomar decisões estratégicas muito importantes.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECHO* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhor Deputados.

De facto, há aqui algumas coisas que o senhor deputado Paulo Pinto disse que fazem algum sentido e louvo e sublinho a sua boa vontade e a sua construtividade neste caso e espero que assim se mantenha durante os próximos meses e que este grau de cuidado se mantenha, porque é sempre bom partirmos desse princípio construtivo.

Quero, de facto, calha sempre falar destes assuntos financeiros, seja do orçamento geral, seja agora em junho, da Prestação das Contas Consolidadas e de facto, como já se tornou quase uma tradição, contas são contas, depois, resta-nos é ver as contas da maneira do copo meio cheio, ou do copo meio vazio, ou se quisermos ser niilistas, da inexistência de qualquer tipo de copo.

É com sentido de responsabilidade e confiança que vemos como foi apresentada a esta Assembleia a Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2024 do Município de Mirandela.

Num contexto, ainda que difícil, marcado por pressões económicas, instabilidade internacional e exigências crescentes de gestão pública, Mirandela demonstra estar financeiramente sólida, equilibrada e a cumprir com rigor os seus compromissos.

- Execução Orçamental e Resultado Líquido

Em 2024, alcançámos uma das maiores taxas de execução de sempre:

- 95,5% na receita e 90,3% na despesa.
- O Município registou um resultado líquido positivo de 1,2 milhões de euros.

Estes números confirmam que o Município está a ser gerido com eficácia, captamos receita e investimos de forma responsável.

- Situação Patrimonial e Redução do Passivo

O património líquido consolidado aumentou 15,93%, ultrapassando os 65 milhões de euros.

O ativo consolidado também cresceu, atingindo os 81,6 milhões de euros, enquanto o passivo diminuiu substancialmente em mais de 8 milhões face ao ano anterior. Esta evolução reflete uma estratégia de investimento equilibrado, com apoio de fundos europeus, e sem comprometer a estabilidade financeira.

- Endividamento Controlado

A dívida total do Município (incluindo as Entidades) era, a 31/12/2024, de 9,96 milhões de euros, embora a dívida relevante para efeitos legais foi apenas 5,46 milhões, o que representa apenas 16% do limite legal.

Desde 2017, reduzimos a dívida em quase oito milhões de euros, mantendo a capacidade de investimento. Este é um sinal claro de gestão responsável e rigorosa.

- Auditoria Independente: Contas Fiáveis

Apesar da reserva do auditor relativa à situação da AIN e do MIC, a opinião é clara: "As demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município de Mirandela", ou seja, a reserva não invalida a fiabilidade global das contas. Foi um parecer técnico, circunscrito, e sem impacto material no equilíbrio consolidado.

- Entidades Participadas com Papel Estratégico.
 - A Resíduos do Nordeste mantém-se como exemplo de rentabilidade e sustentabilidade ambiental.
 - A AIN e o MIC, embora com desafios, estão a estabilizar e mantêm um papel estratégico no agroindustrial local.
 - O Metro Ligeiro continua a cumprir funções essenciais, enquanto aguardamos o desfecho do Plano de Mobilidade do Tua. É necessário intensificar os contactos com o Governo.

Tem de haver pressão crescente sobre o Governo, para resolvermos esta questão de uma vez por todas.

De manhã, não falei nesta questão do Plano de Mobilidade do Tua, mas de facto é um problema que diz respeito não só a nós, mas a toda a região e obviamente, tem impacto nas Contas do Município nas Consolidadas, por causa do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, que continua por resolver.

Não conseguiremos resolver essa situação enquanto não houver um desfecho, seja ele qual for, para a Mobilidade do Tua.

Passe por um operador privado, passe pelo Estado voltar a assumir a concessão da linha, seja qual for a solução, ela tem de ser rápida, porque não conseguimos aguentar muito mais, sob pena de continuarmos a suportar este "El Dorado", este projeto que nos foi vendido há anos como contrapartida da construção da Barragem do Tua.

Conclusão: Contas Certas, olhar no futuro.

Senhoras e Senhores Deputados.

Estes resultados não são apenas um exercício técnico. São a demonstração de uma visão para o território, de um Município que investe com critério, respeita os prazos de pagamento positivamente históricos reduzidos a 17 dias, quando há poucos anos rondavam quase meio ano, lembro-me de discutirmos aqui prazos de 120, 150 ou mesmo 180 dias, consoante os trimestres. Hoje preparamos o futuro com contas certas.

Por tudo isto, vamos votar favoravelmente para que seja aprovada a Prestação de Contas, como expressão de confiança, responsabilidade e progresso ao serviço de Mirandela.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Renan
Boa

Não houve propriamente pedidos de esclarecimentos, houve uma dissertação sobre o tema, portanto, congratulamo-nos com esta questão orçamental que, não obstante estas Empresas Participadas, não vem defraudar aquilo que é o Orçamento, nem o compromisso que temos, nomeadamente financeiro, o que é de registar, no entanto, quer Metropolitano Ligeiro de Mirandela, quer a AIN/MIC, as suas fragilidades, que conhecemos bem.

Sobre a AIN e o MIC sobretudo, nós temos que ter presente que não podemos estar aqui apenas a pensar no apoio à pecuária, aos nossos agricultores, sem também pensarmos em fomentar o incremento e a possibilidade de dar uma resposta via Matadouro à pecuária, nomeadamente para redimensionar o Matadouro, esses são assuntos que temos de resolver, que carecem de resolução e para isso é preciso primeiro, fazer um Saneamento Financeiro, há questões que podem ser resolvidas com fornecedores, isso tem sido gerido, mas não tem sido o suficiente para fazer investimento, vamos olhar para isso dessa forma.

É claro que estamos a falar de um projeto intermunicipal, no que diz respeito à AIN e ao MIC de Mirandela e de Vila Flor, mas parece-me que se queremos e há outros Municípios vizinhos, como já foi dito aqui, que estão a apostar nisso, não podemos deixar de pensar que vamos desinvestir em detrimento de outros Municípios. Se já o temos instalado, acho que devemos investir, redimensionar, reequacionar e fazer tudo o que estiver ao nosso alcance, enquanto território agrícola, para olhar para isso dessa forma, mas é preciso Saneamento, é preciso resolver o problema, porque se não houver esse Saneamento, não conseguimos fazer investimento, nem recorrer a fundos estruturais, porque há aqui questões relacionadas com penhoras, que temos de olhar com todo o rigor e frontalidade e é preciso resolvê-las, agora não me parece que Mirandela, um concelho eminentemente agrícola, possa deixar de pensar nesse Complexo, não pode.

Tem sido um projeto adiado, mas é preciso tomar medidas, essas medidas têm sido tomadas, temos dado passos no sentido de reformular a gestão da AIN e do MIC, para que possam criar condições para uma negociação e para, de uma vez por todas, reaver todo o nosso património e fazer investimento.

No que diz respeito também ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela, está, como sabem, a prazo, ficará extinta no momento em que o Plano de Mobilidade do Tua esteja em vigor, o que tem sido adiado consecutivamente, mas há passos para que isso aconteça, mas também não podemos descorar que o próprio Metropolitano Ligeiro de Mirandela possa vir a ser, no futuro, parte da solução, porque é uma entidade que tem licença para exploração ferroviária.

Haverá dois modelos possíveis, ou a CP assumir caso a empresa concessionária desista, o que seria o ideal, ou o próprio Metropolitano Ligeiro de Mirandela ser chamado ao processo, porque enquanto detentor de licença ferroviária, pode também colaborar. Há aqui duas incertezas sobre a continuidade destas empresas, mas não deixaremos de acreditar nelas e defendê-las, porque são património de Mirandela e é preciso continuar à procura dessas soluções para resolver definitivamente estas questões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.6 - Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado de 2025.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/06/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a presente alteração ao Mapa de Pessoal de 2025, bem como o respetivo Plano de Recrutamento, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal de 2025, bem como o respetivo Plano de Recrutamento.

4.7 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Abreiro.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/06/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 17.000€ (dezasete mil euros), à Freguesia de Abreiro, para a execução das obras propostas, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 17.000€ (dezasete mil euros) para execução das obras propostas, à Freguesia de Abreiro.

4.8 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Aguiéiras.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/06/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros), à Freguesia de Aguiéiras, para a execução das obras propostas, conforme proposto.”



----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros), para execução das obras propostas, à Freguesia de Aguieiras.

4.9 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/06/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 20.000,00€ (vinte mil euros), à União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde, para a execução das obras propostas, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhora Presidente, Senhor Deputados.

Ora bem, está aqui um documento que merece da nossa um pequeno reparo, não só um reparo, mas também a ousadia, ou seja, provavelmente, na vida deste distrito e do concelho de Mirandela, vamos ter uma Freguesia com pavilhão multiúso primeiro que é sede de concelho. Batemos palmas, batemos palmas porque realmente aqui está a ousadia de um Presidente de Junta que merece, pelo menos da parte da CDU, este reparo positivo e que vai ficar nos anais da história por ser uma Freguesia a ter um pavilhão multiúso primeiro que é sede de concelho, isto é de salutar e é um investimento com um subsídio extraordinário de 50.000 € para um investimento total de 158.000 €.

Senhor Presidente, acho que na última Assembleia Municipal eu tive aqui algumas intervenções acerca dos orçamentos que as Juntas de Freguesia apresentam, pelo menos já cumpriram três orçamentos e bem, três orçamentos que acompanham aquilo que são as obras e isso fica muito bem, aliás, é como deve ser na atribuição de subsídios na Função Pública, tem que haver três orçamentos para compararmos, porque senão os pedidos são quase sempre uma “cara chapada” do valor que interessa, mas fica claro aqui a intenção desta Junta de Freguesia, ou União de Freguesias da Freixeda e Vila Verde, está a pedir um apoio de 50.000 € para um investimento de 158.000 €.

Senhor Presidente, andou a poupar muito e isso é um bom sinal, porque provavelmente vamos passar a fazer a Feira da Alheira de Mirandela na Freixeda e é um investimento exatamente para isso, porque naqueles dias de chuva em que Mirandela não possa fazer a Feira da Alheira aqui, vamos fazer na Freixeda, porque já tem um pavilhão multiúso.

Era só esta concretização que eu queria fazer.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 20.000,00€ (vinte mil euros) para execução das obras propostas, à União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde.

4.10 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Vale de Salgueiro.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/06/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 15.000€ (quinze mil euros), à Freguesia de Vale de Salgueiro, para a execução das obras propostas, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 15.000€ (quinze mil euros), para execução das obras propostas, à Freguesia de Vale de Salgueiro.

4.11 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Cedães.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18/06/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela, a atribuição do subsídio extraordinário de 20.000,00€ (vinte mil euros), para a execução da obra proposta, à Freguesia de Cedães, conforme proposto.”

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.



Eu queria dirigir-me à Senhora Presidente, que só falou num subsídio na Freixeda em valores, aprova-se aqui o subsídio, mas não diz os valores, podem ser 100.000 €, podem ser 200.000 €, por que é que numa Freguesia disseram o valor e nas noutras não?

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal RITA MESSIAS disse:

Senhor Deputado, os documentos foram enviados para todos os Membros da Assembleia.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu BERNARDINO PEREIRA (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu posso não ter aqui os documentos. então por que falou na Freixeda que eram 150.000 € e não falou os valores das outras Freguesias que pediram subsídios?

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal RITA MESSIAS disse:

Não fui eu que falei Senhor Presidente, foi o Senhor Deputado da CDU que se inscreveu para falar.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu BERNARDINO PEREIRA (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

É sempre a mesma história. Não vale a pena.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal RITA MESSIAS disse:

Senhor Deputado. Não tem sido o hábito, uma vez que todos os Membros desta Assembleia têm a informação, não vale a pena estarmos aqui a repetir informações que são recebidas.

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 20.000,00€ (vinte mil euros), para a execução da obra proposta, à Freguesia de Cedães.

4.12 - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Fundação Inatel e o Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18/06/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme proposto:

- 1. O Protocolo de Colaboração entre a Fundação Inatel e o Município de Mirandela, conferindo os respetivos poderes ao Senhor Presidente para sua outorga;**
- 2. Conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder a eventuais ajustamentos ao teor do clausulado da minuta do referido Protocolo, e outorgá-lo em nome do Município, dando posterior conhecimento de eventuais alterações à minuta que sejam provadas pelas partes.”**

----- O Senhor Deputado Municipal CARLOS CARVALHO (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Quero fazer duas perguntas, uma para o Executivo e outra para a Mesa.

Para o Executivo era apenas questionar o motivo do débito existente relacionado ao protocolo que remonta a 2001? Sabemos que há uma falta de pagamento e presume-se que esse débito será abatido nas obras de melhoria previstas. Poderiam esclarecer quais são efetivamente essas obras de melhoria? Temos conhecimento de intervenções anteriores, como a requalificação do telhado e o pavimento interior, mas gostaríamos de saber se já existe algum plano concreto de intervenção para a continuidade das obras no edifício.

E à Mesa questionar se seria possível proceder à votação dos pontos de forma dividida? Ou seja, votar separadamente o ponto referente ao Protocolo e o segundo ponto que confere poderes ao Senhor Presidente para renegociar o Protocolo.

----- A Senhora Deputada Municipal DANIELA RODRIGUES (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Hoje falamos de desporto, mas mais do que isso, falamos de visão, de responsabilidade e de compromisso com a comunidade. Venho expressar o meu total apoio à celebração do protocolo entre o Município e a Fundação Inatel e à reabilitação do Pavilhão Desportivo do Inatel, cujo concurso público já está lançado. Trata-se de um acordo relevante, aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara, que marca um passo estratégico para o concelho. Por um lado, garante ao Município a gestão plena e direta de um equipamento desportivo de grande valor para a cidade e, por outro, resolve de forma eficaz um impasse antigo, com vantagens para ambas as partes: a extinção de uma dívida através de um investimento concreto em requalificação.

Este investimento, no valor de 274.930 €, traduz-se numa intervenção profunda e integral no pavilhão, substituição do piso por um novo piso de competição, reabilitação total das instalações sanitárias e balneares com acessibilidade universal, substituição da cobertura e beneficiação térmica da envolvente, requalificação das saídas de emergência, pintura interior e exterior e outras

Renan
Boa

melhorias de segurança e funcionalidade. É uma resposta necessária às exigências do desporto atual e um contributo direto para a qualidade, conforto e segurança de todos os utilizadores do espaço, atletas, treinadores, professores e comunidade.

Mas esta intervenção é apenas uma peça de uma política mais ampla e consistente. O desporto tem sido, de facto, uma prioridade clara do Executivo Municipal e os dados são inequívocos. Em 2024, o Município investiu cerca de 1 milhão de euros no apoio ao associativismo e à prática desportiva da seguinte forma, aproximadamente 700.000 € em apoios diretos a associações desportivas e culturais, subsídios de funcionamento, formação e participação em competições, mais de 82.000 € para o transporte das coletividades, assegurando a participação em treinos, provas e atividades e a manutenção e funcionamento das infraestruturas desportivas municipais implicou um investimento superior a 264.000 €.

Estes números não são apenas estatísticos; são a expressão de um compromisso político firme com quem faz o desporto acontecer, clubes, dirigentes, treinadores, atletas e voluntários, pessoas que promovem diariamente valores como o esforço, o mérito, o respeito e o espírito de equipa e que merecem as melhores condições para continuar a fazê-lo. A qualificação do Pavilhão do Inatel insere-se, por isso, numa estratégia coerente, justa e necessária. Reforça a rede de infraestruturas municipais e valoriza um espaço que serve tanto para a prática desportiva federada como informal.

O Executivo municipal tem dado provas de que acredita num desporto verdadeiramente acessível, um desporto para todos. Acredita que os clubes devem ser apoiados de forma justa e que as infraestruturas públicas devem estar ao serviço da formação, da inclusão e da saúde da população. Este é o caminho certo: o da responsabilidade, da equidade e do progresso. E é justo reconhecer este trabalho.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Nós temos aqui um contrato com o Inatel que nos diz e eu vou ler, porque provavelmente, aliás, como o Senhor Presidente *Bernardino Pereira* não traz os documentos, eu vou ler o documento para aquelas pessoas que não tiveram oportunidade de o ler, para que fiquemos todos a saber o que é que vamos votar.

Cláusula número 4 – Contrapartida: “Como contrapartida pela cedência do direito de utilização do Pavilhão Desportivo, o Município pagará à Inatel um valor mensal de 1.845 €, ou seja, são 1.500 € mais IVA.” Incluído igualmente como contrapartida, o Município obriga-se a ceder à Inatel, a título gratuito e enquanto se mantiver em vigor o presente protocolo, um espaço situado no pavilhão para a instalação e funcionamento dos serviços da Inatel.

Devo dizer, Senhores Deputados, que este contrato vai ser assinado com uma duração de 20 anos, diz também na cláusula quinta o seguinte, o Município de Mirandela reconhece que tem um débito com o Inatel no valor de 189.906 €. O Município assumiu essa dívida para pagamento integral, vale a pena dizer que estes 189 mil euros decorrem do período de 2015 a 2021.

E perguntava o Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, de onde é que vem esta dívida? Pois, Senhor Deputado, eu não tenho os documentos todos, mas uma coisa sei, os compromissos dos protocolos anteriores previam que a Inatel tinha que pagar os ordenados a dois funcionários que tinha lá e nunca os pagou. Foi a Fundação Inatel que os pagou e remeteu essa dívida para o Município, desde 2015. Em 2015 ainda estava no poder o PSD. O PS assumiu o poder em 2017 e continuou a fazer o mesmo procedimento: não pagar aos funcionários e agora temos este contrato.

E diz este contrato o seguinte, “para pagamento integral desta dívida, o Município realizará, a suas expensas e sob sua responsabilidade, no Pavilhão Desportivo propriedade do Inatel (que não passa a ser da Câmara, continua a ser do Inatel), as obras estruturais e de requalificação discriminadas no Anexo 1 do protocolo, que dele faz parte integrante, num valor de 274.000 € (+ IVA), obras essas que o Inatel aceita e uma vez efetivadas e realizadas, farão extinguir a dívida mencionada.

Mas mais grave ainda são os 1.845 € mensais que o Município tem a obrigatoriedade de pagar. Só deixará de pagar ao Inatel quando concluir na totalidade a obra dos 274.900 €.

Senhores Deputados, se fizermos contas aos 20 anos em que a Câmara Municipal vai pagar os 1.845 € ao Inatel, estamos a falar em 240 meses, o que perfaz um total de 442.000 €, mais, se a Câmara tiver a obra concluída até daqui a 20 anos e se tivermos a mesma projeção no tempo em que a Junta da Freixeda e a União de Freguesias vão conseguir fazer um pavilhão multiúso antes da Câmara Municipal, estamos a ver qual vai ser o custo que este pavilhão vai representar para os bolsos dos munícipes.

Portanto, Senhor Presidente, eu sei que é verdade que não se pagaram os ordenados aos funcionários e foi o Inatel que os teve de pagar, por isso temos esta dívida e eu então lhe perguntava, não era mais fácil pagarmos ao Inatel 94.000 € e fazer esta pergunta diretamente, e temo o Inatel ficasse com o pavilhão e fizesse o que quisesse e que a Câmara Municipal construísse um pavilhão multiúso de raiz, projetado para aquilo que são as necessidades atuais do Município e provavelmente, Senhor Presidente e citando o que foi dito há pouco, o Município ainda ganhava dinheiro e poupava dinheiro.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, penso que a Senhora Deputada *Daniela Rodrigues* esclareceu cabalmente onde é que era feito o investimento e de que forma. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, deixe-me só dizer-lhe uma coisa, deste investimento que o Município vai fazer, só vamos pagar 15%, porque está candidatado no Portugal 2030, está aprovado, portanto é uma oportunidade que temos e está já em execução, isto é para andar já neste próximo inverno, estas obras estarão todas realizadas. Está em execução, o projeto está aprovado e submetido.

Temos, no âmbito dos KIPs (Quadros de Investimento Permanente), garantido esse valor e não podemos deitá-lo fora. Esta é uma oportunidade que vem resolver um problema que, no meu ponto de vista e no ponto de vista do Executivo, já devia ter sido resolvido há muito tempo, desde 2015. Mas também não abona nada a nosso favor, antes pelo contrário. Temos que ter contas limpas e é isso que nos propomos fazer. Vimos aqui uma oportunidade de resolução e parece-nos adequada, com este investimento, que vai equipar uma estrutura muito utilizada e que, independentemente de se vir a realizar o pavilhão multiúso, continuará a fazer falta.

Parece-nos que uma coisa não substitui a outra e que este é um investimento com gestão muito assertiva.



----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Em relação à questão colocada pelo Senhor Deputado *Carlos Carvalho* sobre dividir este ponto em dois, passo a ler os pontos. De facto, este ponto tem:

“A questão do protocolo de colaboração entre a Fundação Inatel e o Município de Mirandela, conferindo os respetivos poderes ao Senhor Presidente para a sua outorga;

Conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder a eventuais ajustamentos ao teor da minuta do referido protocolo e outorgá-lo em nome do Município, dando posterior conhecimento de eventuais alterações à minuta que sejam aprovadas pelas partes.”

A Mesa entendeu que não se justificava dividir isto em dois pontos.

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos contra, uma abstenção e 43 votos a favor, aprovar:

- 1 - O Protocolo de Colaboração entre a Fundação Inatel e o Município de Mirandela, conferindo os respetivos poderes ao Senhor Presidente para sua outorga;
- 2 - Conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder a eventuais ajustamentos ao teor do clausulado da minuta do referido Protocolo, e outorgá-lo em nome do Município, dando posterior conhecimento de eventuais alterações à minuta que sejam provadas pelas partes.

----- O Senhor Deputado *PAULO PONTES* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Só para dizer que eu votei contra porque o discurso do Senhor Deputado da CDU Jorge Humberto convenceu-me e a final ele traiu-me, eu votei contra e ele votou a favor.”

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- A Senhora Presidente da Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOES* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Ora bem, venho aqui novamente, sempre no mesmo, ouvi falar tanto de saneamento, e vou perguntar: o saneamento dos Eixes? Os Eixes até têm saneamento. Têm terreno, já há oito anos, para a construção da ETAR e têm lá um recipiente que seria para pôr na ETAR, que já deve estar podre.

As ruas, continuam iguais desde as não promessas, desde que se começou a tirar as culpas para a Junta de Freguesia, até às promessas pessoais. Só que a Rua da Escola continua precisamente igual. Apesar dos ofícios enviados e das chamadas de atenção, desde o Inverno passado que temos um problema iminente de uma derrocada no lugar do Seixo, na estrada municipal Suções-Pai Torto. A única intervenção que se fez foi mandar lá a Proteção Civil para marcar onde não se deveria passar e impedir a passagem por aquele local.

Só que, como já disse pessoalmente mais do que uma vez, é uma obra que deveria ser feita. Por acaso, até devia ter falado disso de manhã, mas não sabia que estava aí o Engenheiro *Francisco Pavão*. Eles, com certeza, deixariam escorar a estrada, porque é uma altura bastante grande. Agora, quando a estrada estiver metade em baixo, certamente ficará mais barato para o erário público também.

Sei que há uma casa em Suções que também está contemplada no Primeiro Direito. Depois, agora vi que entraram em contacto com os Presidentes de Junta. Eu pergunto: Senhor Presidente, já há outro Presidente ou outra Presidente de Junta? É que a mim ninguém me contactou. No entanto, há lá uma casa de Suções, a casa da senhora invisual. Mas está nos documentos que nos mandaram que, realmente, foram contactadas as Juntas de Freguesia. E eu não fui contactada. Lamento, porque, se as pessoas me perguntarem, eu vou dizer: “Não, eu não fui contactada.” Não sei se contactaram alguém da Junta de Freguesia, mas, em princípio, seria eu. Ou se olharam para o edifício, se realmente foram lá. Não sei, porque realmente eu não fui contactada. E isso fica aqui esclarecido, relativamente a Suções, eu não sei absolutamente nada, nem nunca ninguém me contactou.

Fui eu quem contactou a Câmara, falei mais do que uma vez, e contactei a Câmara para falar do caso da senhora invisual, a quem chovia em casa. E, realmente, com algum esforço da Junta de Freguesia e de familiares, pelo menos pusemos o telhado na casa. Mas fui eu quem contactei sempre. O que está ali é que foram contactadas as Juntas de Freguesia das localidades, e eu não fui. Portanto, não sei se foi alguém, não fui eu. Pronto, era só isso que tinha para dizer.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Rena
Bete

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou falar, em primeiro no Senhor Deputado *Rui Carrazedo*, mas ele não está aqui, saiu. No entanto, o que eu vou dizer não tem maldade nenhuma. Portanto, vou dizê-lo, e vou dizê-lo no sentido de, há pouco, pedi desculpa. Porque eu intervi para lhe fazer sentir que, quando estava a intervir, dois Deputados, lado a lado praticamente, começaram a interromper a minha intervenção, inclusivamente com perguntas diretas, e perturbaram-me. Portanto, eu fiquei perturbado, tal como ele também ficou.

Pedia, para a próxima vez, que fossem mais ponderados e deixassem as pessoas falar à vontade. Era isso.

E também queria pedir, depois será transmitido até pessoalmente, que, nas intervenções do Senhor Deputado *Rui Carrazedo*, esta já é a segunda vez que utiliza a palavra Alzheimer. Eu já tive pessoas, da outra vez que ele usou a palavra, que me contactaram, porque existe, como sabem, uma associação mentalmente dedicada precisamente ao Alzheimer. Fica muito mal a uma pessoa ligada à saúde, como ele, estar a usar essa palavra aqui. Porque temos de respeitar a doença, que todos nós podemos vir a ter. Temos de respeitar as pessoas que a têm, e as famílias, porque é custoso, digo-vos, é custoso ter uma pessoa na família com essa doença. Portanto, acho que há outras palavras. Quer dizer que as pessoas esquecem? Digam mesmo que esquecem. Não precisamos de estar a usar essa palavra: Alzheimer.

Depois, também foi falado aqui de mim, indiretamente, para o triunvirato. Estão muito enganados. Por acaso, nós somos quatro. Agora só estamos aqui dois, os outros dois já saíram. Não há triunvirato nenhum da minha parte. Mas foi mesmo triunvirato a palavra utilizada. Eu escrevi aqui para não me esquecer. Pronto. Mas também não tem maldade nenhuma. Mas eu também vejo isto com menos maldade do que foi, há pouco, a forma como realmente foi reagido.

Quería dirigir-me, permita-me, Senhor Presidente, Senhor Secretário, queria dirigir-me ao Senhor Presidente da Câmara para dizer que não concordo com a sua resposta em relação ao facto de ter nomeado o Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso* para Chefe de Gabinete, dizendo que a Câmara poupou dinheiro. Não concordo. Já foi falado aqui de outras formas de poupar dinheiro, e vou lembrar-lhe o seguinte assunto, que também tem vindo a público. No dia 25 de abril de 2025 foi inaugurada uma exposição em homenagem ao Arquitecto *Albino Mendo*. Nesse dia, foi também assinado o contrato com o operador privado que desenvolveu esse trabalho. Contrato esse que tem a data de 24 de abril de 2025 e que custou ao município mais de 14 mil euros. Como é que o operador conseguiu, em poucas horas, ter o material pronto para ser visto, tratado e inaugurado? Já se vê que todos os trabalhos objeto do contrato foram realizados antes de ser assinado. Já não há pessoas na Câmara, funcionários na biblioteca, disponíveis ou com qualidades para fazerem um trabalho destes? Já fizeram outros trabalhos, de outras exposições que foram feitas, nomeadamente a de *Sarmento Pimentel*, por exemplo, que estou a lembrar-me agora. Claro que há. Mas assim é mais fácil, não é? É mais rápido. Acho que aqui também se podia ter poupado algum dinheiro.

Será esta a nova fórmula de contratar operadores? Contrato na hora do fim da obra? Registe-se que o cidadão *António Martins*, residente em Cedães, fez uma solicitação ao Senhor Presidente da Câmara sobre este assunto recentemente. Por isso, questionamos o Senhor Presidente da Câmara, como explica esta situação algo rocambolesca, e tão célere, de assinar um contrato com o trabalho já executado? Já foi respondida a solicitação em exposição do cidadão *António Martins*? Explique-nos, se faz favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Vou fazer uma intervenção que era para ter feito no ponto 4.2, mas, por motivos ausência de força maior, quando cheguei para intervir, a votação já tinha sido realizada. Pelo que tive oportunidade de perceber, a votação foi feita por unanimidade a favor.

Portanto, vou passar a discriminar alguns pontos que considero bastante importantes. Foi lançado, há pouco tempo, e vou explicar porque é que foi lançado recentemente, sem qualquer problema de magoar suscetibilidades e até mesmo por questões de proteção de dados, pela empresa Bizfuture, que delineou este plano de ação climática. Não só para o concelho de Mirandela, mas para todos os concelhos da nossa região e do nosso Distrito. Este plano foi contratualizado com a CIM-TTM e foi lançado recentemente. A Bizfuture diz que a terceira edição do Mapa da Ação Climática Municipal, que avalia a resposta dos municípios portugueses à Emergência Climática. Apesar de avanços significativos em algumas frentes, apenas 150 dos 308 municípios têm um Plano de Ação municipal climática em vigor ou em consulta pública. Isso representa menos de metade do território nacional. Esta informação foi divulgada no comunicado da empresa responsável pelo documento.

Segundo a mesma fonte, a data limite imposta pela Lei de Bases do Clima, e como os Senhores Deputados devem saber, esta lei tem a ver com uma diretiva comunitária, expirou em fevereiro de 2024. Um ano depois, o incumprimento será a norma, e não a exceção.

A nova edição do Mapa revela que, apesar de alguns progressos, a resposta municipal continua muito aquém do exigido pela legislação e pela urgência climática. Desde a primeira edição, em 2022, o mapa tem permitido acompanhar a evolução do compromisso dos municípios com a neutralidade carbónica. Nessa altura, apenas 11% dos municípios tinham assumido esse objetivo. Nesta edição de 2024, o número subiu para 97 municípios, representando 31,5%, dos quais 47 têm estratégias ou roteiros específicos para alcançar a neutralidade carbónica.

Infelizmente, Mirandela não tem estratégia ou roteiro para a neutralidade carbónica. Perguntamos: porquê? A energia e a adaptação à realidade Municipal. Agora, passarei à parte que mais me diz respeito, referente ao comunicado que esta empresa fez sobre este documento. Lendo o documento, Senhor Presidente, seria importante que todos o lessem, para percebermos o que é que está em causa e o que foi votado. Eu, infelizmente, não tive a oportunidade de votar, mas fica claro que a CDU, votava contra. E vou explicar porque votámos contra.

Entendemos que o documento relativo ao Plano Municipal da Ação Climática é um documento estratégico para Mirandela, mas que apresenta muito pouco ou quase nada de substancial. Na verdade, é um plano que serviria para todos os concelhos da CIM-TTM, como se comprova ao consultar os outros documentos, e provavelmente outros concelhos do interior também. Ou seja, este documento é um simples *copy-paste*.

Seria importante que este documento tivesse passado por uma ampla discussão pública e reunisse os contributos de todos os setores mencionados, nomeadamente: o setor industrial, o setor dos resíduos, o setor dos transportes, o setor do comércio e serviços, o

Renan
Boa

setor agrícola e o setor residencial. Mais ainda, a própria Comissão Permanente desta Assembleia não foi envolvida de nenhuma forma neste processo.

Pelo que estou a ver, no referido plano foram feitos inquéritos a estes setores, mas não há qualquer referência sobre a amostra utilizada, um fator determinante para garantir dados válidos. Conseguimos identificar, no entanto, os contributos de duas organizações do nosso concelho, a Appitad e a Cooperativa de Mel da Terra Quente, mas estes contributos não estão em nenhuma parte do documento. Entendemos que estes contributos foram bastante oportunos e pertinentes, mas infelizmente o documento continua a referir dados desatualizados. Permitam-me citar: os resultados do inventário das emissões de gases de efeito de estufa referem-se a 2019, quando já existem dados mais atualizados. Este é um facto que não se entende. Utilizam dados de 2009 para indicar o sequestro médio de CO₂ para diferentes tipos de ocupação do solo, quando já existem dados mais atualizados, quer pelo Instituto Politécnico de Bragança, quer pela Universidade de Trás-os-Montes.

Outro fator que denota o desconhecimento da realidade de Mirandela, nomeadamente do setor agrícola, é o facto de, nas duas únicas fichas de medidas para este setor, ser referida a sua principal fonte de financiamento: o PEPAC (O Plano Estratégico da Política Agrícola Comum). Este é um documento que se limita a cumprir calendário, sem qualquer objetividade técnica no que diz respeito aos diferentes setores da atividade do concelho de Mirandela. E, como já mencionei, poderia ser copiado para qualquer outro concelho. A demonstração da inutilidade deste plano está no fato de o primeiro estudo referir uma enorme preocupação com a emissão de gases de efeito de estufa pela produção pecuária intensiva, quando, no concelho de Mirandela, essa não é a realidade. Mais uma vez, isso denota a falta de profundidade técnica do documento e a ausência de rigor factual.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, para completar a análise, este plano não entrega um dos requisitos mais importantes, que é a estratégia ou o roteiro para a neutralidade carbónica. E, como ainda tenho 3 minutos, gostaria de ler à Assembleia o que é este requisito.

O roteiro para a neutralidade carbónica é um plano estratégico que visa reduzir as emissões de gases de efeito de estufa de um setor ou vários setores, com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica. Estes roteiros geralmente envolvem a definição de metas, a identificação de medidas de mitigação, o envolvimento de *stakeholders* e o acompanhamento dos resultados.

Elementos do roteiro de descarbonização: Definição de metas, Estabelecer objetivos claros e mensuráveis para a redução das emissões, alinhados com metas climáticas nacionais e internacionais.

Análise da linha de base: Avaliar as emissões atuais para identificar as principais fontes de emissão e o potencial de redução.

Identificação de medidas de mitigação: Determinar ações específicas a serem implementadas para reduzir as emissões, como a transição para energias renováveis, a melhoria da eficiência energética, a adoção de práticas de economia circular e a compensação de emissões.

Envolvimento dos *stakeholders*: Engajar todos os envolvidos no processo, funcionários, fornecedores, clientes e a comunidade local, para garantir o sucesso do roteiro. No fim fazermos o acompanhamento desta avaliação.

Sabemos que estamos inseridos num concelho com um forte teor industrial, como a fileira da alheira, a fileira dos lagares de azeite e até mesmo as indústrias extrativas. É inconcebível que não tenha havido participação destas entidades, como também é inconcebível que a Associação Industrial e Comercial de Mirandela não tenha dado qualquer contributo.

Aliás, mencionei aqui apenas duas entidades que deram contributos: a Appitad e a Associação dos Produtores de Mel de Trás-os-Montes de Mirandela. Fica claro que este documento, como mencionei no início, é um documento sem qualquer efeito prático, elaborado apenas para cumprir calendário. E é tão para cumprir calendário que está feito com dados desatualizados. Pelo menos, o proponente deste documento poderia ter dado o trabalho de consultar os estudos realizados pelo IPB e pela Universidade de Trás-os-Montes.

Por isso, a CDU, que não teve a oportunidade de votar contra mais cedo, faz agora esta menção e expressa o seu voto de protesto. Este documento só tem a função de cumprir calendário e já está ultrapassado desde 2024.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Vou só aqui tentar contextualizar.

Na última Assembleia Municipal, realizada a 30 de abril, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, *Eurico Carrapatoso*, enumerou muito bem uma série de obras realizadas na minha freguesia, a Freguesia de Frechas. Obras essas que foram feitas sem receber qualquer subsídio extraordinário por parte da Câmara Municipal. Quero referir que tomei conhecimento, através de relatos da população de Alvites postados no *Facebook*, que existe uma profunda indignação pelo estado de abandono em que a freguesia se encontra, nomeadamente as ruas cheias de ervas, o cemitério num estado lastimável e o telhado da escola primária caído.

Caríssimos, esta Assembleia precisa de esclarecimentos por parte de quem lidera a Câmara Municipal. Vamos a factos. A Junta de Freguesia de Alvites, cujo Presidente também é o atual Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, recebeu um subsídio extraordinário no valor de 33 mil euros, repito: 33 mil euros, para o restauro do telhado da escola primária de Alvites, conforme consta na página 13 da Reunião de Câmara de 30 de julho de 2020. Foi deliberado, e passo a ler: “A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio de 33 mil euros à Freguesia de Alvites, mediante a junção de todos os comprovativos respeitantes à obra a realizar.”

Ora, cinco anos decorridos, repito, cinco anos após a atribuição deste subsídio de 33 mil euros à Freguesia de Alvites, tudo está na mesma ou pior, como se pode verificar através da fotografia, agradecia à Senhora Secretária que projetasse a fotografia, por favor. Onde diz na proposta da Câmara da Ata de 30 de julho de 2020, “com caráter de exceção, e a mesma se mostra urgente e fundamental”. Portanto, era assim tão urgente que, após cinco anos, ainda se mantém na mesma posição.

Posto isto, é caso para questionarmos: o que aconteceu? Onde é que estão os 33 mil euros? Mas a Câmara Municipal não está isenta de responsabilidade. Aliás, na Assembleia Municipal de 30 de abril, o Senhor Presidente da Câmara em funções, *Vitor Correia*, quando questionado pelo Senhor Deputado da CDU, *Jorge Humberto*, relativamente à atribuição dos subsídios

Renan
Boa

extraordinários e à falta de documentação que devia acompanhar a atribuição dos mesmos, foi pelo próprio dada a seguinte resposta, que está na página 43 da Ata e passo a citar: “Relativamente à questão colocada, é legítimo que eu possa colocar, nós estamos a atribuir os subsídios, mas se ler bem a proposta, diz que o município vai fiscalizar a atribuição do mesmo e naturalmente que a Junta de Freguesia não deixa de estar sujeita a regras. Qual é a falta de ilegalidade nenhuma. Será fiscalizada.” Certo, Senhor Presidente? Está recordado?

É ainda de referir que a proposta de atribuição deste subsídio está lá bem explícito que, passo a citar: “Deverá a Freguesia de Alvites juntar toda a documentação relativamente à empreitada, nomeadamente faturação e relatórios de obras a realizar, com vista à fiscalização do subsídio a atribuir.”

Eu pergunto: então, a Câmara Municipal, durante estes cinco anos, não fez qualquer fiscalização? Aguardo que, no decorrer desta Assembleia, sejam prestados os necessários esclarecimentos. No entanto, Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, compete a esta Assembleia fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, pelo que deverá Vossa Excelência proceder em conformidade e participar às devidas instâncias, caso isto tenha lugar.

Tenho que referir esta situação, que era de abril. Ligou-me a Senhora *Sónia Mota*, no dia 11 de abril a perguntar-me que horas é que eu queria que o Senhor Presidente da Câmara estivesse em Frechas, na Feira do Ramo. Eu respondi-lhe que eu não mandava na agenda do Senhor Presidente. Ele que aparecesse quando quisesse, à hora que quisesse. A Junta de Freguesia endossou-lhe o respetivo convite, como a todo o Executivo. E foi-me respondido pela Senhora *Sónia Mota* que eu estava a romper o protocolo. Foi verdade. Então eu pergunto: e quando a Senhora Ministra da Coesão e do Território veio ao Cachão, que não se dignaram convidar o Presidente da Junta de Freguesia de Frechas? Isto não é romper o protocolo? Claro que não. Isto é esfarrapar o protocolo todo.

E no dia 14 de março de 2025, quando o Senhor Secretário de Estado do Desporto veio a Mirandela, e a Comissão Permanente estava reunida a debater o assunto do desporto no concelho e que nem sequer se dignaram convidar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. *Francisco Esteves*, isto não é romper o protocolo?

E no dia 16 de março, na Feira da Vinha e do Bacelo, e aqui quero fazer uma ressalva, que nada tem a ver com os Presidentes de Junta. Nada tenho contra eles. Na Feira do Bacelo da Fradizela, nas redes sociais do município, colocaram 43 fotografias. No dia 19 de abril, no Serrar a Velha, colocaram nove fotografias. Na Feira dos Morangos de São Pedro Velho, colocaram 19 fotografias. Na Feira da Cereja de Mascarenhas, colocaram 29 fotografias. Sabe quantas é que colocaram da Feira dos Ramos de Frechas? Bola. E como agravante, o fotógrafo da Câmara é residente em Frechas. Isto não é romper o protocolo, claro que não. Isto é perseguir, é discriminar não só o Presidente da Junta, mas toda a população da freguesia de Frechas.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) solicitou a palavra para defesa de honra:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Se alguém de Alvites estiver a ouvir, tem conhecimento daquilo que o Senhor Deputado não tem, e, portanto, tenho aqui a ocasião de explicar. Efetivamente, quando o procedimento concursal para a beneficiação da cobertura da escola primária foi lançado, por lapso, foram convidadas entidades que não cumpriam os requisitos para o efeito. O que acontece é que, para o efeito, tinha que ser enviados convites a pelo menos três entidades que estivessem habilitadas, e só uma delas estava habilitada para o efeito.

Os serviços de contratação contactaram-me para me informar deste facto, dizendo que, caso o procedimento tivesse avançado, poderíamos estar a falar de um ajuste direto encapuzado, ou seja, contornar as regras da contratação para determinar diretamente a entidade escolhida para fazer a obra. Portanto, o procedimento concursal teve que ser anulado.

Entretanto, tivemos duas falhas de água consecutivas em Alvites, nos tanques de baixo e nos tanques de cima da aldeia. Eu, enquanto dirigente e representante da população, e sabendo que a água é um bem essencial, tomei a medida de acudir essa emergência. Reabilitámos as condutas de água nos dois tanques e restabelecemos o fornecimento de água à população.

O que aconteceu à freguesia foi o que acontece a todas: falta de liquidez. Não há Presidente de Junta que, em algum momento, não passe por dificuldades financeiras. A questão é que ficámos sem liquidez para avançar com a obra. Posso dizer que, hoje, foi assinado o relatório preliminar. O júri assinou o relatório preliminar, que será enviado às duas entidades que apresentaram proposta, e, em princípio, a obra será levada a cabo a breve trecho. Mas, efetivamente, foi essa a situação.

Deixe-me dizer já agora, a ninguém mais custa do que a mim, porque a minha avó foi professora naquela escola primária durante toda a sua vida. A população residente naquela freguesia foi ensinada pela minha avó. E, como pode imaginar, quem mais custa ver a escola primária na situação em que se encontra, sou eu. E, como o senhor Presidente da Junta sabe tão bem quanto eu, ninguém mais do que o Presidente da Junta de uma localidade se sente afetado por ver o património degradado.

Portanto, se a obra não foi realizada, foi por manifesta impossibilidade para o efeito. Já foi aqui explicado que não é possível pedir dois subsídios para a mesma obra. E, atendendo a que já tinha sido feita uma intervenção na estrada de Alvites-Lamas de Cavalo com um investimento de quase meio milhão de euros, eu não me sentia legitimado nem podia fazer um pedido de subsídio adicional para a obra da escola.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Entendo que, às vezes, estas questões têm que ser levadas com alguma leveza, e, por isso, dou os parabéns ao Presidente da Junta da União de Freguesias, o *André*.

Agora, vou falar contra mim próprio. Vejam só ao que chegámos. Eu, enquanto Presidente da Junta, e como todos sabem, fui muitos anos Presidente da Junta do Franco, sendo o primeiro Presidente da Junta naquela altura, na febre das construções dos pavilhões polidesportivos, fui o primeiro a pedir, um pavilhão multiusos. Mais tarde, mas quase na mesma época, juntou-se a nós o atual Presidente *Bernardino Pereira*, e juntos trabalhámos nesse sentido. Chegámos mesmo a consultar orçamentos, e tudo estava a andar bem. Mas depois veio a Troika, as mudanças de Presidentes, e a verdade é que, nesta parte, contra mim próprio, não consegui fazer o pavilhão multiusos. Porque na altura faziam-me um pavilhão desses que vemos por aí, que acabam por ser pouco utilizados nas aldeias e fora delas, e por isso optei por não o fazer.

Rena
Borges

Mudando um pouco de assunto, sinto-me um pouco descontextualizado, porque, como sabem, às vezes venho a Assembleias, outras vezes não, porque venho em substituição. Isso acaba por me deixar um pouco perdido no contexto. Mas, nesta Assembleia de hoje, em que está o Senhor Presidente Vítor a comandar o Executivo, acho que não pode estar com Deus e com o Diabo, presumo eu.

A propósito de quê? Nunca vi, até hoje, que alguma pergunta feita por qualquer Membro da Assembleia, seja ele Presidente de Junta ou Membro da Assembleia Municipal, não tenha sido louvada. Nunca vi uma pergunta a ser feita sem que o Senhor Presidente tenha elogiado o questionador, dizendo sempre: “já estamos a trabalhar”. A verdade é que nunca consegui obter uma resposta mais concreta: o que está a ser feito? O que vai ser feito? Quando é que vai ser feito? E quando estará terminado?

Não sei se tem algum consultor, com certeza que tem, de imagem ou para comunicação social, mas... também o tempo é um bocadinho escasso, não é? Faltam três meses para as eleições, e talvez com estas respostas genéricas, o Senhor Presidente consiga levar o barco a bom porto e ter um grande sucesso.

Desejo-lhe as maiores felicidades. Eu, provavelmente, não estarei aqui, e, se não estiver, será para sempre. Portanto, desejo as melhores felicidades, tanto ao Senhor Presidente como a todos os outros candidatos.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção para um problema que afeta diariamente os habitantes de Mirandela, bem como todos aqueles que visitam a nossa cidade: a fraca sinalização rodoviária. Este é um tema que tem sido recorrente pelo Deputado *Jorge Humberto* no programa de um órgão de comunicação local. Portanto, gostaria também de fazer referência a algumas das suas palavras sobre este tema.

Trata-se de uma questão que, embora aparentemente simples, tem implicações sérias ao nível da segurança rodoviária, da mobilidade urbana e, sobretudo, da imagem da cidade. Em muitos pontos de Mirandela, a sinalização vertical, isto é, os sinais de trânsito, encontra-se degradada, obstruída por vegetação, desatualizada ou simplesmente inexistente. O mesmo se aplica à sinalização horizontal: passadeiras apagadas, marcas de estrada quase impercetíveis e zonas mal delimitadas, nomeadamente em rotundas e cruzamentos perigosos.

Esta situação coloca em risco peões e condutores, sobretudo os mais vulneráveis: as crianças, os idosos e pessoas com mobilidade reduzida. Gera confusão e má fluidez no trânsito, principalmente para quem não conhece bem a cidade, além de desvalorizar o espaço público, transmitindo uma imagem de desleixo que não corresponde ao orgulho que sentimos por Mirandela.

É importante lembrar que a boa sinalização é uma das formas mais eficazes e económicas de prevenir acidentes. A sua ausência não só compromete a segurança como também dificulta o trabalho das autoridades e penaliza os munícipes.

Por isso, apelo à Câmara Municipal para que façam um levantamento atualizado das zonas críticas e implementem com urgência um plano de requalificação da sinalização rodoviária. Não se trata apenas de pintar linhas ou substituir placas, trata-se de cuidar da vida e do bem-estar de todos.

Em seguida, queria também responder à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pontes*. Quando fiz a proposta do voto de louvor, não é apenas para dar o louvor à pessoa ou às pessoas visadas, mas sim para reconhecer o sucesso que elas trouxeram para Mirandela. Reconhecemos o *Rui Borges* e o *José Pedro Meireles* como o “*Rui de Mirandela*” e o “*Zé Pedro de Mirandela*”, e, como o Senhor Presidente disse, nunca Mirandela foi tão falada nos órgãos de comunicação nacionais e no estrangeiro. É apenas louvar aquilo que o sucesso deles, trouxeram para Mirandela.

Por fim, passo para duas deliberações que já foram feitas nesta Assembleia, a homenagem a dois Presidentes de Junta que ainda está por fazer. Questiono o Senhor Presidente se ainda pretende fazê-la ou se deixará para um futuro candidato. Aproveito também para dirigir-me aos próximos candidatos, que nos possam estar a ouvir: não deixem para amanhã aquilo que podemos agradecer hoje. Devemos reconhecer o mérito das pessoas e agradecer pelo que elas fazem, sobretudo pelo bem comum.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) solicitou a palavra para defesa de honra:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu só quero deixar claro que não tenho nada contra votos de louvor. Apenas vim aqui expressar o que é o meu pensamento, a minha maneira de estar na vida, tanto perante mim mesmo quanto perante os outros. O que eu quero também dizer, e talvez até seja muito novo, é que já houve outros treinadores que foram campeões por outros clubes e que, clarinho, não sou de nenhum clube. Esses treinadores não foram homenageados nem alvo de votos de louvor aqui na Assembleia Municipal de Mirandela. Independente de tudo isso, é uma questão minha, uma posição que mantenho.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se já não há nenhuma carrinha nem nenhuma máquina? na Zona Industrial de Mirandela, eu passo por ali três vezes por semana, e vejo lá um montão de lixo. A cada dia, colocam mais lixo, e aquilo é uma vergonha. Nem numa aldeia das mais pequenas seria aceitável. Alguém que queira investir em Mirandela, na Zona Industrial, basta que passe por ali só vê ali aquela lixeira, já nem quer vir para Mirandela. Há dias, choveu e eu quis passar de carro, mas nem consegui, porque o lixo estava acumulado naquela curva. Isso é um desmazelo. Um trabalho como aquele, se uma retroescavadora passar lá, em uma hora carrega tudo para um camião e limpa a área.

As pessoas chegam ali e simplesmente descarregam lixo. Ainda há dias, descarregaram sofás lá. Depois, quando passei por lá dois ou três dias depois, já não havia sofás, pois uns levam, outros trazem. Aquele local parece uma lixeira no meio de Mirandela. Se fosse numa zona mais afastada, ainda poderia entender, mas é no centro da cidade, não tem lógica.

Já falei com o Senhor Presidente sobre o Ninho de empresas e aquilo continua a ser a maior vergonha do mundo. O senhor Presidente até ficou de verificar, mas na altura estava a chover, e depois esqueceu-se. Acho que o Senhor Presidente anda a



esquecer-se de muitas coisas e, claro, se um Presidente da Câmara se esquece tanto, os outros também vão se esquecer de votar em si.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu agora gostaria de convidar todos a participarem na Feira do Queijo e do Mel. Vamos realizar a feira nos dias 12 e 13 de julho. Conto com a presença de todos vocês. Será um prazer vê-los por lá, com certeza serão todos muito bem recebidos, pois somos gente que sabe receber. Um abraço e muito obrigado a todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Vão compreender a minha intervenção e peço a máxima compreensão. O mapa de pessoal, que passou um pouco ao lado, não levem a mal, mas o assunto é demasiado pertinente. É verdade que vão entrar para a Câmara 161 novos postos de trabalho. 161, sendo que 79 são na designação de outros.

Desculpem, mas a importância do assunto é grande. Sabem que, no total da despesa, 85% é gasto em despesa corrente. Isto é uma pergunta, não digo mais nada para não baralhar as pessoas.

Sobre aquele contrato do Dia de Festa, na homenagem ao Arquitecto *Albino Mendo*, o contrato foi assinado às duas da manhã? Este funcionário tem isenção de horário? Então peço que a avaliação de desempenho dele seja a máxima possível. Porque uma Câmara que tem funcionários destes precisa, necessariamente, de ser acarinhado.

Não digo mais nada, para ser claro na minha intervenção.

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu vinha propor à Mesa uma alteração ao Regimento da Assembleia. Também aproveito, já que estão a pedir, para sugerir, se possível, a introdução de uma classificação de um a cinco, sendo um “muito desagradável” e cinco “muito agradável”, relativamente à relevância das interrupções dos Senhores Deputados nos seus discursos, bem como à classificação das suas palavras.

Podemos já, por exemplo, usar algumas palavras do Senhor Deputado *Virgílio Tavares* para iniciar essa classificação: a palavra “triunvirato”, pelos vistos, podemos classificar como 1; mas a palavra “troika”, dita pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, já se poderia classificar como 5, “agradável”. Quanto à expressão “Alzheimer”, mencionada pelo Senhor Deputado *Rui Pacheco*, poderíamos classificar como 1; já a palavra “esquecimento” poderia talvez ser classificada como 5.

Deixo, assim, este reparo.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Vou começar, então, a responder a este bloco de perguntas, cumprimentando novamente a Senhora Presidente *Luísa Deimãos*. Efetivamente, temos aqui mapeado o saneamento e a Rua da Escola no âmbito do ciclo urbano da água. Como sabem, e volto a repetir, recorremos a capitais candidáveis, não a capitais próprios. A nossa participação tem ficado na ordem dos 15%. Por isso, estamos sempre à espera de uma melhor oportunidade para lançar esta obra. Se fosse apenas o calçamento, já estaria feito, pois é algo simples; no entanto, obriga também a mexer no saneamento e temos de fazer a obra completa.

Relativamente à questão do serviço social que colocou, e da situação daquela família invisual, sinceramente, tinha conhecimento, pois já tínhamos conversado sobre isso. Não sei se o facto de ter falado consigo serviu para informar que já tinha havido contacto com a Junta de Freguesia. Terá havido esse contacto, mas talvez se tenha considerado que bastava. Provavelmente seria necessário outro, mas se assim foi, poderá não ter ficado claro.

A informação que foi dada pela Presidente da Junta já tinha sido transmitida ao Vereador. Portanto, já vinha de trás e, se tivesse ficado esclarecido na altura, não estaríamos a falar disso agora. Afinal, falar com o Vereador ou com a ação social é praticamente o mesmo, pois o Vereador depois encaminha o assunto para a ação social. No futuro, o ideal será sempre encaminhar diretamente para esse serviço. Confirmo que estamos em falta com a Rua da Escola, e ela terá de se tornar realidade dentro dos projetos do ciclo urbano da água, que têm capitais candidáveis.

Relativamente à questão colocada pelo Deputado *Virgílio Tavares*, informo que o contrato com a Inordeste já foi enviado à Mesa com todos os detalhes. Está tudo rigorosamente explicado, mas para que não hajam dúvidas nenhuma todo o plenário receberá essa informação. Aproveito para dizer que o Deputado *Paulo Pinto*, que também abordou o assunto, receberá igualmente este documento e saberá que as coisas funcionam como deve de ser e provavelmente depois, poderemos vir aqui a pedir que deem a vossa opinião relativamente ao tema. Porque depois também achava interessante que fizessem esse comentário

Quanto à questão colocada pelo Deputado *Jorge Humberto*, sobre o Plano Climático, confesso que, tendo em conta a elevada qualidade das suas intervenções, desta vez fiquei um pouco defraudado. Não pelo conteúdo do que disse, mas porque o documento esteve em consulta pública e todas as pessoas e entidades têm o dever de participar. Já era para ter vindo à Assembleia de abril, mas não veio devido a poucos contributos. Foi novamente colocado em consulta pública e, dessa vez, recebemos mais contributos, que estão agora refletidos no documento. O que me surpreende é que venha agora fazer críticas sem ter dado contributos na altura. Os documentos são passíveis de alteração e devem evoluir. Se houver melhorias a fazer, serão feitas. Conto consigo e com todos para trazer propostas, pois a nossa missão não é apenas criticar, mas contribuir ativamente.

Sobre a questão levantada pelo Presidente de Junta *José Carlos Teixeira*, penso que já foi respondida.

Relativamente ao Deputado *Paulo Pontes*, com quem já tenho longa convivência, sabe que procuro sempre conduzir-me com educação e elevação. Quando agradeço, não é mais do que a nossa obrigação como representantes públicos. Se um problema é



apresentado, é porque existe e precisa de solução. Contudo, nem sempre conseguimos definir de imediato um prazo para a sua execução. Todos os problemas aqui levantados têm de ser ponderados face ao orçamento, que é limitado, ao contrário das necessidades.

Quanto ao Deputado *Carlos Carvalho*, concordo que a sinalização rodoviária da cidade está ultrapassada e precisa de intervenção. Parabéns por nos lembrar, mas uma vez desse assunto, que há de ter o seu momento de intervenção, mas é por falarmos dos problemas que eles podem ser resolvidos, se não falarmos neles, nunca serão resolvidos. Obrigado.

Sobre a homenagem aos Presidentes de Junta, tenho a minha opinião muito própria, até à Assembleia de setembro vai haver aqui mais Presidentes de Junta que também vão deixar de ser Presidentes de Junta, pelo limite de mandatos. Parece-me que deviam ser homenageados não apenas dois Presidentes de Junta, com todo o mérito, mas todos os que completaram os três mandatos que a lei permite. Parece-me justo e adequado.

Quanto ao Presidente da Junta *Bernardino Pereira*, o assunto do ninho de empresas foi encaminhado para o local certo e já está em concurso, num lote de 300 mil euros, que inclui a pavimentação desse espaço e de outros na cidade. Quanto à limpeza junto à Multigranitos, o terreno ainda é de entidades privadas, mas concordo que o local, naquelas condições, convida ao depósito de mais lixo. Vamos diligenciar para melhorar a limpeza.

Relativamente ao Presidente *Arménio Vaz*, agradeço a simpatia e amabilidade no convite para a feira. Só um motivo de força maior nos impediria de estar presentes.

Quanto à questão do Deputado *Paulo Pinto*, irá ter acesso e irá ver que quem assinou, provavelmente não foi o funcionário, provavelmente foi a empresa, mas poderá confirmar isso ao consultar o documento.

Sobre o mapa de pessoal, não aumentámos para mais 161 pessoas. O mapa já existia; apenas foi atualizado, ouvidos os serviços, para suprir necessidades futuras. Mas há uma coisa que não sei se sabe, eu também não sabia porque a gente vai aprendendo ao longo da vida. É preciso ter os lugares abertos para que, caso alguém se reforme, possa ser substituído. Acrescentámos apenas sete lugares, com base nas necessidades apontadas pelos chefes de divisão. Se consultar o mapa anterior facilmente chegará à conclusão destes números.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Era para dizer ao Senhor Presidente, também já se sabe desculpar, já sabe, olhe, o lote onde está aquela terra é da Câmara, mas o lixo está na estrada, está visível. Tenho fotografias aqui no telemóvel. O lixo está na estrada. Tem que assumir que aquilo está mal, Senhor Presidente. E até pode dizer que o senhor tem culpa, mas os técnicos da Câmara, que também podem ouvir, também têm culpa. Porque aquilo é um trabalho, ó pá, aquilo é um trabalho de uma hora. Olhe, se não tiver pessoal, eu carrego o lixo e depois diga-me onde é que eu levo, que faço com um camião meu ou com a máquina. Não custa nada, olhe, aquilo nem uma hora demora, mas fica muito mal. Mesmo uma pessoa que venha de qualquer lado, aquilo fica muito mal. Não sei se já lá passou, mas fica muito mal.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Ó Senhor Presidente da Câmara, muito me entristece a sua resposta. Eu não perguntei nada ao Presidente de Junta; perguntei foi ao Senhor Presidente da Câmara. Quem tem que me responder é o Senhor Presidente da Câmara, não o Presidente de Junta. Certo ou errado?

O Senhor Presidente vai compactuar com essa ilegalidade? É uma ilegalidade atribuir um subsídio para uma determinada obra e fazer outra. É ou não é uma ilegalidade? Se vai compactuar com ela, eu tenho que tomar medidas.

E a prova disso, se bem se recorda, é que faz exatamente hoje, à mesma hora, sete dias, estávamos os dois reunidos. A primeira coisa que ele me disse foi: "Foi-me atribuído um subsídio na última Assembleia para fazer o pavimento de um passeio de uma rua no Cachão. Visto que não consigo fazer a contratação atempadamente, antes das eleições, aquilo que eu propus foi se queria que eu devolvesse o dinheiro à Câmara."

Porque não tenho possibilidade, então se vamos por aí, dê-me o dinheiro, pois ainda agora tive uma derrocada no muro de Vale da Sancha, que está feito e pago, 17 mil euros. Também a Junta de Freguesia de Frechas não anda a nadar em dinheiro. Isto então seria a república das bananas, se fosse assim. É para aquilo, tem que ser para aquilo. É uma ilegalidade. Agora, se o Senhor Presidente vai compactuar com ela, e a Senhora Presidente da Mesa não toma medidas, tenho que as tomar eu, porque a Assembleia tem que fiscalizar o que faz a Câmara.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Ó Senhor Presidente da Câmara, tem o documento à mão? Tem? É que só em mobilidade contabilizei 59 pedidos.

E depois, processo concursal comum, 161 funcionários, é metade da Câmara Municipal, que conta atualmente com 314 ou 334 funcionários. Senhor Presidente, diga, isto é emprego social, político... chame-lhe o que quiser, mas diga a verdade à Assembleia. Só de mobilidade são 59. Isto é um embuste. A oposição certamente colherá efeitos políticos para si, mas diga, aqui e agora, a toda a gente, se é mesmo para isto que estamos.

E depois não diga que 85% da despesa total é para despesa corrente e não se queixe de que, porventura, a guerra da Ucrânia, como aparece nos documentos, é o motivo. Porque eu, ainda não senti no meu bolso. Para já, fui aumentado e segundo o crude, o petróleo baixou e estão a baixar os juros. Não sei que crise é essa que aparece constantemente nos documentos da câmara, associada à guerra da Ucrânia ou a outros conflitos, como justificativa para as dificuldades.



Senhor Presidente, diga-me claramente: são 59 pedidos de mobilidade e são 161 empregos previstos a curto prazo para a Câmara Municipal? Isso levaria o número total para cerca de 500 empregos. Diga, Senhor Presidente, mas diga com sinceridade.

Ainda agora houve uma intervenção do Senhor *Paulo Pontes* em que o senhor foi meigo, redondo, objetivo, e eu nem me meto nisso. Mas, neste assunto, neste mapa de pessoal, exijo, Senhor Presidente, que diga, é verdade, faço logo contas à minha eleição e ao meu resultado. Porque o Senhor vai multiplicar isto por quatro e eu tenho que ir ter com 16 mil pessoas em Mirandela, não sei se há eleitores para tanto. Tenho que lhe dizer o contrário.

Senhor Presidente, desculpe este discurso, a Assembleia hoje até está a correr muito bem. No entanto, estes 161 empregos merecem da sua parte uma resposta clara a esta Assembleia. É para isso que aqui estamos, para o fiscalizar. Não é assim, Senhora Presidente?

Peço-lhe também, Senhora Presidente da Mesa, que me ajude nesta intervenção e que saíamos todos daqui devidamente esclarecidos. Não sei se existe algum pedido de mobilidade de algum conhecido seu, mas, se houver, vai ter sorte, com certeza.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Não posso deixar passar em claro esta intervenção do Deputado *Paulo Pinto*, é demasiado saborosa para não comentar. E, sinceramente, não consigo perceber. Não consigo mesmo perceber, Senhor Presidente.

No comentário que fez à minha intervenção, o Senhor disse que se sentiu defraudado. Eu acredito que se tenha sentido defraudado, mas não foi pela minha intervenção; foi por ter trazido à Assembleia Municipal um documento que devia, antes de aqui chegar, ter sido fiscalizado pelos Órgãos que tutelam este Plano de Ação Climática.

Como deve compreender, eu não sou especialista, mas dei-lhe aqui um contributo indireto, aqui e agora. Enumerei o número de setores que não participaram neste estudo e lamentei que o pedido de colaboração não tenha sido trazido à Comissão Permanente.

Eu sei que houve consulta pública, mas, Senhor Presidente, a minha função não é estar diariamente a consultar o *site* da Câmara para ver quando é que abrem consultas públicas. Eu faço parte de uma Comissão Permanente, tenho responsabilidades políticas, e o mínimo que o Executivo podia fazer era trazer o assunto a essa Comissão, era o mínimo.

Dei-lhe inclusive uma solução, deveria sentir-se defraudado com os serviços que enviaram para esta Assembleia um documento com dados de 2009. Sugeri que recorressem ao Instituto Politécnico de Bragança e à UTAD, que têm dados atualizados sobre a ocupação do solo.

O que me defrauda, e devia defraudar todos nesta Assembleia Municipal, é termos votado um documento com dados desatualizados. Não digo que não possa ser melhorado, mas deveria ter sido apresentado já com dados atuais, e a partir daí fazermos as atualizações necessárias.

O documento não é fechado, mas o mais importante, e que não foi feito, é o requisito para o rastreio da eficiência carbónica.

Portanto, o que fica claro é que votaram um documento com dados desatualizados. A minha indignação é esta. Aceito que o Senhor Presidente se sinta defraudado, mas deveria ser pelos responsáveis que elaboraram o documento e não o fiscalizaram devidamente.

Eu sei que este documento não foi feito pela Câmara, foi por uma empresa privada. E essa empresa privada não só fez o Plano de Ação Climática para Mirandela, como fez para o Distrito de Bragança. Foram bem pagos e, ainda assim, apresentaram um trabalho com erros e dados completamente desatualizados. É esta a qualidade do serviço que a entidade privada prestou às comunidades.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Quero responder ao Senhor Presidente de Junta *Bernardino Pereira* e agradecer-lhe a disponibilidade e os meios que colocou para fazer a limpeza. Contudo, penso que não é necessário. De facto, está na via pública, mas, se é o sítio que estou a pensar, é onde era a Multigranitos, certo? Naquela esquina das curvas. Penso que essas pedras são provenientes de lá. Já falámos sobre isso, mas tudo bem. Apenas queria confirmar se é esse o sítio. Muito obrigado.

Relativamente à questão colocada pelo Presidente de Junta *José Carlos Teixeira*, dizer-lhe que, a partir do momento em que ouvimos aqui que a obra vai ser realizada, e que o fundo vai ser aplicado, embora tardiamente, parece-me que está confirmado que o dinheiro será usado para o fim previsto. Não há um segundo investimento, nem outra forma de resolver o problema que não seja fazer a obra.

Portanto, a obra vai ser feita, foi para isso que o valor foi atribuído e esta é a posição que devemos tomar. Se a obra não viesse a ser feita, aí sim, haveria matéria para explorar. Agora, a demora no tempo não é aceitável, mas pelo menos o dinheiro vai ser aplicado no fim para o qual foi destinado.

Relativamente à questão do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, e peço desculpa, não sei se estava a ficar muito surpreendido pela positiva com a forma cordial e adequada que manteve durante toda a Assembleia. Mas, no final, acabou por se exaltar. Não sei qual a razão da sua exaltação, se é intrínseca ou não, mas o facto é que, quando isso acontece, deixo de ouvir com atenção.

Recordo que, antes desta alteração, havia 317 lugares ocupados e 142 previstos. Agora, nos previstos, passámos de 142 para 161. Nunca o vi protestar quando eram 142; vem agora protestar com 161.

Relembro o que já lhe disse anteriormente, o facto de estarem previstos não significa que sejam ocupados. É preciso que o quadro tenha capacidade para integrar novas pessoas quando outras se reformam. Tem a ver com isso e com mais nada.

Se quiser dar outra interpretação, está no seu direito, mas a dimensão real é esta. A do executivo é gerir. Do ponto de vista da gestão, ouvimos os nossos técnicos e disseram-nos que era necessário reforçar esta rubrica para estarmos preparados.

Não podemos estar sempre a fazer alterações de última hora: “Saiu uma pessoa, vamos abrir uma vaga.” Não. Temos de ter um mapa preparado para acomodar as pessoas quando entram.

Já aprendi isto e espero que também aprenda, para que não voltemos aqui a discutir o mesmo. Não há qualquer questão eleitoral envolvida, pelo contrário, as eleições hão de vir a seu tempo. Estamos todos ainda em trabalho autárquico, porque foi para isso que nos elegeram a todos.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Não havendo inscritos, damos por encerrada esta Sessão da Assembleia Municipal.

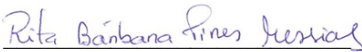
Quero, antes de mais, agradecer o civismo e a forma como decorreram os trabalhos. Apresentamos os nossos respeitosos cumprimentos a todos, desejamos um bom fim de semana e cá nos encontraremos em setembro.

Entretanto, a quem for de férias, desejamos boas férias.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pela Senhora Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 18 horas e 10 minutos.

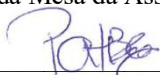
A Presidente da Assembleia Municipal;


Rita Bárbara Pires Messias

O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal;


Luís Carlos Fontoura Soares

A 2.º Secretária da Mesa da Assembleia Municipal;


Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo